



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

Danyelle Mota Ricardo Guerra

REDES SOCIAIS DE MIGRAÇÃO COMO CRÍTICA SOCIAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDOS DE CASOS EM FORTALEZA

Fortaleza – Ceará

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

REDES SOCIAIS DE MIGRAÇÃO COMO CRÍTICA SOCIAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDOS DE CASOS EM FORTALEZA

Danyelle Mota Ricardo Guerra

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará em cumprimento às exigências parciais para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dr^a. Adelita Neto Carleial

Fortaleza – Ceará

2007

Dedicatória

*Dedico este trabalho à minha família, em especial minha
mãe que tanto me escuta.*

*Ao meu esposo que sempre acreditou na minha
capacidade intelectual.*

*Às amigas do mestrado que juntas aprendemos o valor da
cooperação e da amizade.*

AGRADECIMENTOS

Acredito que na vida nada acontece por acaso. Algumas pessoas que fazem parte do nosso meio seja pessoal, profissional ou acadêmico, também aparecem em nossa vida para somar ao nosso crescimento.

O Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade surgiu como uma oportunidade de continuar a busca por conhecimentos, e com isso um maior reconhecimento para minha formação de cientista social. Sei o quanto em nosso país as ciências sociais são por muitos ignoradas, desprezadas e desvalorizadas. Portanto, estar no meio acadêmico, permitindo essa valorização, fortalecendo um grupo que, de certa forma, se sente rejeitado pela sociedade, traz em si, uma importância para a reflexão e para a tentativa de solucionar os problemas sociais existentes.

Na verdade, aqui não cabe fazer uma reflexão sobre a importância de tais ciências, mas agradecer todos aqueles e tudo aquilo que, em momentos especiais, contribuíram para a produção aqui apresentada.

Tudo teve início na minha graduação. Revelo que quando adentrei no curso de Ciências Sociais em 1998, era uma aluna relapsa e ainda irresponsável. Com a possibilidade de ser contemplada com uma bolsa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), meu caminho começava a trilhar de uma forma mais primorosa sob a orientação da professora responsável pelo projeto de pesquisa *Movimentos populacionais no Ceará na década de 90* que tinha uma “fama” de exigente e criteriosa. Mas, confesso que ela foi a primeira pessoa a cruzar meu caminho e a me dar a mão.

Prof. Dr^a Adelita Neto Carleial há oito anos (alguns deles mais intensamente) tem estado ao meu lado. Com ela aprendi a ter responsabilidade, a ter mais amor à leitura, a respeitar a opinião do outro, a lutar pelos meus objetivos, a acreditar que sou capaz, enfim a me tornar uma pessoa melhor. E a ela agradeço, de coração, por tudo.

Aos meus pais, obrigada pelo amor incondicional que recebo diariamente através de gestos, palavras e até apreensões. Obrigada à minha mãe que além de ouvir sobre assuntos os quais não faziam parte de seu cotidiano, sempre tinha algo a dizer. Compartilhava comigo o computador, que muitas vezes ela queria utilizar, mas cedia-o para que eu pudesse fazer minhas pesquisas e digitar meus textos.

Ao meu esposo, que sempre dizia: “Acredito muito em você. Tenho certeza que vou te ver dando suas entrevistas na televisão e nos jornais”. Eu sempre sorria. Logo

que casamos entrei no mestrado e dificilmente parava para os afazeres domésticos. Ele, nunca reclamou. Pelo contrário, quando notava meu cansaço ou minhas angústias fazia o possível para que eu me sentisse confortável e pudesse continuar.

Às minhas amigas de sala de aula, Jane Meyre, Vera Carla, Ticiane e, em especial, Eveline Alves, que com sua segurança e doçura me ensinou a ser uma pessoa mais confiante e positiva. Foram muitos os momentos juntas, muitas risadas e conversas o compartilhar de dores e de alegrias que fazem parte do ser humano.

Apesar de termos objetos de estudo diferentes, sempre encontramos uma maneira de juntas estudarmos, participar de eventos, apresentar trabalhos, publicar artigos, enfim, estar sempre mostrando que é possível uma amizade verdadeira. Lembrando o poeta Vinícius de Moraes: “Amizade não se faz, se reconhece”.

À banca examinadora composta pela Prof^a Dr^a. Ângela Julita, que desde a banca de graduação tem feito parte dos resultados de meus esforços. Esteve presente também, na minha qualificação de mestrado e, agora, tenho a honra de ter sua colaboração e assim absorver suas inestimáveis considerações. À Prof^a Ana Maria Matos, uma companheira de trabalho com quem tive o privilégio de aprender a dar meus primeiros passos quando cheguei ao IPLANCE (Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará), em 2000, como bolsista. E aproveito o espaço para parabenizá-la pelo título de doutora alcançado recentemente o que permitiu sua presença nesta banca.

À FUNCAP, pelas bolsas de incentivo à pesquisa, tanto na graduação quanto no mestrado. Grata pela confiança na produção de trabalhos criteriosos.

A energia espiritual é fundamental para nossa vida aqui na terra. Portanto, agradeço ao Pai, Deus nosso Senhor, que com seu infinito amor está sempre de braços abertos a nos receber, acalentando nossos vazios e nos imbuindo de uma força interior que nos faz crer.

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.
Muda-se o mundo, muda-se a confiança.
Todo mundo é composto por mudança.
Tomando sempre novas qualidades”.*

Luis Vaz de Camões

RESUMO

Esta pesquisa compreendeu a atuação das *redes sociais de migração*, nos casos estudados na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, como uma crítica social à ausência de políticas públicas direcionadas para os imigrantes. Metodologicamente, utilizamos como tipo de pesquisa o estudo de caso, sendo analisados, qualitativamente, 15 casos de imigrantes traçando os fluxos percorridos pelos mesmos, através de histórias de vida. Apoiamos-nos na dialética materialista como método de investigação, sendo o estudo da práxis um viés que nos ajudou a elucidar fatos no movimento do real. No caminho da pesquisa, abordamos categorias como relações de poder em contraponto à “solidariedade” que serviram para encontrar respostas aos nossos questionamentos. As dinâmicas migratórias foram vistas como processos históricos que seguem às determinações do sistema capitalista em expansão, onde as relações sociais de baseiam nas desigualdades e na exploração. Verificamos como o advento da globalização, dentro da ótica neoliberal, fez um Estado defasado de suas obrigações, deixando a política social se enfraquecer de tal forma que, hoje, fica à mercê de ações encabeçadas pela sociedade civil. Dentre essas ações, *as redes sociais de migração*, muitas delas sendo protagonizadas por comerciantes, familiares, amigos e pela igreja, as quais têm exercido papéis tradicionalmente de Governo como o de acolhimento, proteção e assistência ao imigrante oferecendo-lhe casa, alimentação, trabalho e informações, facilitando, dessa forma, a sua adaptação na cidade. Diante desse contexto, confirmamos a fragilidade das ações do Governo para com os imigrantes trabalhadores, e a sua submissão aos interesses do capital, reforçando assim a acumulação e a concentração de riquezas. Nesses casos, o imigrante trabalhador, usado enquanto classe, na medida em que o único interesse que desperta ao sistema é a utilização de sua força de trabalho. É nesse contexto que, de acordo com esta pesquisa, consideramos a atuação da sociedade civil eficiente para a viabilização da migração no local de destino, onde suas ações de assistência e proteção ao imigrante suprem de certa forma crítica e social um vazio deixado pelo Estado.

Palavras – chave: Migração, redes sociais de migração e políticas públicas

ABSTRACT

This research understood the performance of the social nets of migration, in the cases studied in the city of Cortaleza, capital of the Ceará, as critical a social one to the absence of directed public politics for the immigrants. In the methods, we use as type of research the case study, being analyzed, qualitatively, 15 cases of immigrants tracing the flows covered for the same ones, through life histories. In them we support in the materialistic dialectic as inquiry method, being the study of the praxis a bias that in helped them to elucidate facts in the movement of the real. In the way of the research, we approach categories as relations of being able in counterpoint to "solidarity" that had served to find answers to our questionings. The migratory dynamic had been seen as historical processes that follow to the determination of the capitalist system in expansion, where the social relations of base on the inequalities and the exploration. We verify as the advent of the globalization, inside of the neoliberal optics, made an unbalanced State of its obligations, leaving the social politics if to weaken of such form that, today, it is at the mercy of actions headed for the civil society. Amongst these actions, the social nets of migration, many of them being carried out for traders, familiar, friends and for the church, which has exerted papers traditionally of Government as of shelter, protection and assistance to the immigrant offering to it house, feeding, work and information, facilitating, of this form, its adaptation in the city. Ahead of this context, we confirm the fragility of the actions of the Government stops with the diligent immigrants, and its submission to the interests of the capital, thus strengthening the accumulation and the concentration of wealth. In these cases, the diligent, used immigrant while classroom, in the measure where the only interest that awakes to the system is the use of its force of work. It is in this context that, in accordance with this research, we consider the performance of efficient the civil society for the viabilization of the migration in the destination place, where its action of assistance and protection to the immigrant supply of certain critical and social form an emptiness left for the State.

Key-words: Migration, social nets of migration, public politics

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais)
ANPUR (Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional)
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)
BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial)
BNB (Banco do Nordeste do Brasil)
CETREMI (Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes)
CHESF (Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco)
CIA (Agência Central de Inteligência Norte-americana)
CMU (Centro de Memória da Unicamp)
COCEN (Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa)
CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e da Parnaíba)
DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas)
DRI (Desenvolvimento Rural Integrado)
FMI (Fundo Monetário Internacional)
GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste)
IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade)
IFOCS (Inspetoria Federal de Obras contra as Secas)
INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)
IOCS (Inspetoria de Obras contra as Secas)
IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará)
IPLANCE (Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará)
LAHO (Laboratório de História Oral)
NEPO (Núcleo de Estudos de População)
ONGs (Organizações Não-Governamentais)
PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural)
PIN (Programa de Integração Nacional)
PLAMEG (Plano de Metas Governamentais)
PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio)
POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste)

PROCERA (Programa de Crédito Especial para as Áreas de Reforma Agrária)
PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)
PROSANEAR (Programa de Saneamento para Populações em Áreas de Baixa Renda)
PROSEGE (Programa de Ação Social em Saneamento)
PRÓ-TERRA (Programa de Redistribuição de Terras e apoio à Agroindústria Canavieira)
RDC (Rubber Development Corporation)
RMF (Região Metropolitana de Fortaleza)
SEMTA (Serviço de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia)
SEPLAN (Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará)
SIMI (Sistema de Informações sobre Migrações Internas)
SINE (Sistema Nacional de Emprego)
SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste)
UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)
USP (Universidade de São Paulo)

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

- Quadro 1** – Dados gerais sobre o (a) imigrante pesquisado (a), segundo sexo, local de nascimento e estratégias de análise _____ 97 e 98
- Gráfico 1** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 1 – Período (1962-1979) _____ 126
- Gráfico 2** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 2 – Período (1954-1964) _____ 127
- Gráfico 3** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 3 – Período (1954-1996) _____ 128
- Gráfico 4** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 4 – Período (1931-1955) _____ 92
- Gráfico 5** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 5 – Período (1990-2006) _____ 129
- Gráfico 6** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 6 – Período (1979-1994) _____ 130
- Gráfico 7** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 7 – Período (1945-1980) _____ 94
- Gráfico 8** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 8 – Período (1980-2005) _____ 131
- Gráfico 9** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 9 – Período (1949-2001) _____ 132
- Gráfico 10** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 10 – Período (1994-1998) _____ 96
- Gráfico 11** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 11 – Período (1938-1966) _____ 133
- Gráfico 12** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 12 – Período (1978-1997) _____ 134
- Gráfico 13** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 13 – Período (1977-1992) _____ 135
- Gráfico 14** – Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 14 – Período (1984-2001) _____ 136
- Gráfico 15** – Fluxo Migratório e para Fortaleza e Redes Sociais de Migração. Caso 15 – Período (1990-1992) _____ 137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – CAMINHOS PERCORRIDOS NA BUSCA DO OBJETO.....	18
1.1 Pesquisadora e objeto: facetas dos encontros e desencontros	18
1.2 Abordagem e procedimentos utilizados	22
1.3 Tipo de pesquisa e a técnica: instrumentos para o encontro.....	23
1.4 A busca dos sujeitos	27
1.5 Estratégia de análise	35
1.6 Dialética: método de investigação	37
CAPÍTULO II – OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS COMO RELAÇÕES DE PODER NO CAPITALISMO	42
2.1 Bases materiais e sociais da migração	43
2.2 Exercícios do poder nas migrações	50
2.3 Migração nos contextos nacional e local	54
2.4 Percalços da migração em um mundo globalizado	61
CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS INTERCADENTES DE MIGRAÇÃO	67
3.1 Políticas públicas descomprometidas com a classe trabalhadora.....	67
3.2 Políticas públicas de retenção do homem no campo	69
3.3 Políticas públicas indutoras de migração	77
3.4 Políticas estaduais de migração	83
CAPÍTULO IV - REDES SOCIAIS DE MIGRAÇÃO.....	88
4.1 Redes sociais urbanas dentro do contexto da migração	89
4.2 Configurações das redes sociais: importância e heterogeneidade.....	104
4.3 Redes sociais como expressão crítica às políticas públicas.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
APÊNDICE	125

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa intitulada *Redes sociais de migração como crítica social às políticas públicas: estudos de casos em Fortaleza* trata de duas questões: a primeira é a articulação das redes estabelecidas pela sociedade civil que têm o intuito de interagir com o imigrante; e a segunda é perceber qual a atuação do Estado nas políticas de migração.

A presente dissertação visa descobrir os mecanismos e dinâmicas de certas redes existentes entre imigrantes ou para imigrantes, na cidade de Fortaleza e, nos debruçarmos sobre o funcionamento das mesmas. De acordo com experiência monográfica em que trabalhamos com a migração, já identificamos algumas redes sociais envolvendo migrantes e naturais, mas faltava uma pesquisa mais aprofundada nesse aspecto, pois até o momento apenas questionamentos surgiram aguçando nosso senso de cientistas sociais.

Como aluna e pesquisadora do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (Mapps – UECE) pareceram-me óbvios os questionamentos quanto a ação do Estado neste segmento das migrações: por que as pessoas se mobilizam para ajudar aos outros, se é função do Estado dar condições para uma adequada adaptação ao chegante na capital cearense? Como as redes sociais de migração são formadas? Que tipo de rede é elaborada? Como o Estado enfrenta a questão da movimentação de pessoas que entram na cidade a procura de melhores condições de trabalho, de saúde, de moradia, enfim, de vida? Quais as políticas públicas dirigidas aos problemas que decorrem desse processo migratório? E, quais seus mecanismos de atuação e seus efeitos sobre a sociedade na qual vivemos?

A princípio construímos uma hipótese de trabalho que estabelece a relação de dependência entre ausência de ações políticas institucionais de proteção ao imigrante e o fortalecimento de ações sociais particulares, que preenchem essa lacuna. Nesse sentido, nosso objetivo é buscar os elos entre existência de redes sociais na migração (que envolvem imigrantes) e a ausência de políticas sociais específicas para este segmento social.

Na intenção de alcançar nosso objetivo nos apoiamos, metodologicamente, em alguns aspectos relevantes: o estudo de caso será nosso tipo de pesquisa, sendo a história de vida a técnica. Através de 15 casos estudados de imigrantes, desenvolvemos suas histórias com suas idas e vindas como um recurso; nós traçamos o fluxo percorrido

em cada caso, os contatos estabelecidos, as ajudas recebidas formando vínculos, dependências, subordinações, ou seja, estabelecendo as redes sociais.

Vale ressaltar que desde o início não determinamos quem e quantos seriam esses imigrantes. De início escolhemos pessoas de nosso convívio e conhecimento e a partir de indicações continuamos a pesquisa. Portanto, nosso ponto de partida foi o (a) imigrante e a rede social percebida em decorrência da dinâmica vivida por ele (a). O que estava claro desde o começo, da busca aleatória por imigrantes, foi que o percurso de cada um deles teria que passar por, pelo menos, duas cidades: a de origem e a de destino.

Para desenhar esse percurso, alguns recursos visuais foram de extrema importância para entendermos o fluxo e as características de cada história, como por exemplo, as cores e as formas que destacariam questões relevantes que seriam analisadas.

Os desenhos deveriam contemplar a complexidade das redes dando elementos suficientes para permitir uma análise rigorosa e consistente.

Nosso método de investigação seguiu as determinações dialéticas de pensamento, tendo a idéia de complementaridade entre a teoria e prática consubstancial em nosso trabalho. Não concebemos a opção de estudar as redes sociais de migração sem fazer relação com o existente, muito menos sem se ater a exemplos concretos. Portanto, não há como captar nosso objeto de estudo apenas em devaneios teóricos.

Cientes desses critérios metodológicos, nós iniciamos a caminhada aprofundando nossas leituras, principalmente sobre as redes sociais e políticas públicas.

Seguros de nossos objetivos, nós partimos em busca dos imigrantes. Cientes de nossa experiência de pesquisa sobre o tema, nossa formação atenta com os perigos da imposição do pesquisador sobre os pesquisados e dos conhecimentos acadêmicos incorporados. Os instrumentos de trabalho de campo se resumiram a lápis, folhas em branco e um gravador.

Com a pesquisa em mãos, partimos para sistematizar nossa escrita. No primeiro capítulo nos detemos nas questões metodológicas e nos caminhos que perseguimos para a efetivação dessa dissertação. Exploramos nesse momento, concepções teóricas da abordagem, os critérios, as técnicas e o método de investigação adotados.

Nessa parte é possível o leitor apreender os passos dados, a inquietude de nossos questionamentos na busca de explicar o funcionamento das redes sociais de migração na cidade de Fortaleza.

Nesses passos, fizemos questão de apresentar alguns de nossos depoentes de forma mais íntima e dinâmica, para que seja permitida uma apreensão mais profunda dos momentos vividos por nós pesquisadoras.

No capítulo seguinte, abordamos de maneira geral algumas teorias e dados que dinamizam o processo migratório, tanto no Brasil, como no Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza, relacionando-o com a globalização.

Discutimos algumas determinações que envolvem o sistema capitalista, as relações entre os homens dentro desse sistema e o que essas relações provocam na vida do imigrante mostrando, através dos depoimentos, os resultados e as contradições, salientando questões como o conflito, o poder e a dominação.

No segundo momento, desse capítulo, veremos aspectos gerais das migrações com intuito de justificar os deslocamentos populacionais como um processo ainda atual que traz conseqüências sociais, para o desenvolvimento do país, mostrando dados recentes, bem como o capitalismo e sua relação com o processo de mobilidade e urbanização. Posteriormente, relacionamos esses deslocamentos com a globalização, enfatizando as conseqüências que esse processo de integração econômica trouxe para as migrações.

Diante das conseqüências da “onda global”, que provocou um redesenho do Estado, daremos continuidade no terceiro capítulo discutindo as políticas públicas direcionadas às migrações. Inicialmente fizemos uma explanação conceitual sobre políticas públicas, e em seguida, uma parte mais extensa onde delineamos, historicamente, quais as ações de âmbito governamental relativas ao tema a partir de análises de documentos oficiais, registrando a criação de vários órgãos e a implementação de propostas. Nesse contexto, dividimos as políticas públicas em ações: de retenção do homem no campo; políticas indutoras de migração; e por fim, as políticas estaduais de migração, estas de forma sucinta dada sua ocorrência restrita.

Ao quarto e último capítulo reservamos uma discussão sobre as redes sociais, e em particular as de migração. Apresentamos os conceitos e nossas questões de partida que nos fizeram caminhar mostrando as estratégias de análise que nos norteou na pesquisa. Aqui, expomos também os dados gerais de nossa pesquisa, mostrando de forma clara aspectos gerais dos entrevistados: sexo, lugar de origem, razões que os levaram a migrar, com quem migrou, quem forneceu algum tipo de ajuda, as vantagens e desvantagens da migração e que tipo de rede foi estabelecida em cada caso. Ainda, colocaremos 3 (três) desenhos que montamos a partir das histórias de vida dentre os 15

(quinze) casos pesquisados a fim de que o leitor apreenda visualmente o percurso feito pelos mesmos. Vale ressaltar que no apêndice se encontraram todos os outros casos graficamente representados.

Continuaremos essa discussão, enfatizando as falas sobre a importância da atuação das redes na vida dessas pessoas mostrando o papel social que essas redes exercem no atendimento e assistência aos imigrantes tarefas tradicionalmente de responsabilidade do Estado.

Posteriormente analisamos a relação que se estabelece entre as redes sociais e as políticas públicas fazendo uma crítica do fortalecimento da primeira em decorrência da ausência da segunda, comprovando nossas análises explicitando os depoimentos da nossa pesquisa.

Por fim, temos a conclusão expondo nossas considerações acerca desta pesquisa na qual tivemos um grande prazer em nos debruçarmos diante de sua importância e complexidade.

CAPÍTULO I – CAMINHOS PERCORRIDOS NA BUSCA DO OBJETO

A metodologia desempenha um papel decisivo na formação do cientista, à medida que o faz consciente não só dos seus limites e de suas possibilidades, mas também abre espaço para que o pesquisador não tenha receio de ousar. Essa ousadia vem a partir das surpresas que aparecem no caminho da pesquisa, deixando nosso pensamento mais aguçado, e uma presença permanente da curiosidade, tornando a investigação mais instigante. É preciso, ainda, ter clareza e organização no caminho do pensamento realizado na abordagem sobre a realidade.

Aqui, iremos tratar das concepções teóricas da abordagem, do método e de um conjunto de técnicas utilizadas que possibilitam a apreensão desta realidade.

Somos condicionados a seguir regras e a acompanhar os ditames da ciência. Há quem diga que a escrita solta os devaneios e o descomprometimento com certas imposições do trabalho científico; seria um privilégio para os verdadeiros poetas. Mas, apostamos em uma aliança firme que une o método ao prazer de escrever. Apesar de nos sentirmos atrelados aos critérios metodológicos, o medo de deslizarmos na fluidez de algumas palavras não nos aflige, pois sabemos que é possível uma ciência coroada de ternura sem perder sua concretude.

O trabalho científico identifica, em parte, uma maneira de escrever particular de cada pesquisador. Muitas pessoas se preocupam em seguir rigorosamente as regras, não deixando escapar uma suavidade nas palavras que é própria de cada um. Aqui, confessamos nossa coragem em priorizar nosso pensamento e, como um bom companheiro, teremos, no método, um amigo que possivelmente nos salvará dos grandes abismos. Será um guia que nos conduzirá para melhor desbravarmos o caminho da ciência.

1.1 Pesquisadora e objeto: facetas dos encontros e desencontros

Estudar os processos migratórios foi objeto de nossos estudos e pesquisas desde a época da graduação, e o fizemos usando estatísticas, priorizando os fluxos intra e inter estaduais. Enfocamos, ainda, a questão de gênero na migração, observando que as mulheres imigrantes na década de 1990 para cá, apresentaram-se em número

considerável em relação aos homens e, basicamente, se movimentavam para Fortaleza em busca de trabalho e matrimônio¹ (GUERRA, 2002).

No Brasil, a presença da mulher no processo produtivo foi marcante na industrialização, especialmente aquela ligada ao setor têxtil. Nas últimas décadas do século XX vem sendo observado um comportamento diferenciado da taxa de atividade feminina em quase todos os países industrializados. Enquanto “(...) as taxas masculinas estagnam ou decrescem, as femininas ampliam-se durante os períodos de expansão e continuam a crescer durante a crise” (HIRATA *apud* GALEAZZI, 2001, p. 1).

Muitos são os fatores que impulsionaram esse processo de ampliação do mercado de trabalho feminino. Galeazzi (2001) cita alguns, como: o desejo de desenvolver uma carreira, a necessidade econômica, seja em decorrência da deteriorização dos rendimentos reais do trabalho, seja para fazer frente aos novos anseios de consumo, e principalmente, as elevadas taxas de desenvolvimento econômico que, no caso latino-americano, marcaram especialmente as três décadas subsequentes à II Guerra Mundial, trazendo uma expansão do emprego assalariado regulamentado e incorporando novos contingentes de trabalhadores, inclusive as mulheres.

Quando as atividades exercidas pelas mulheres são analisadas, observa-se a importância do emprego doméstico no ramo prestação de serviços. Para Christine Jacquet (2000), 65% das empregadas domésticas em Fortaleza são imigrantes oriundas do meio rural, que migraram tendo como motivação a mobilidade social, entendida como o estabelecimento na cidade e a possibilidade de matrimônio. Conforme esta autora, baseando-se em pesquisa do SINE (Sistema Nacional de Emprego), realizada em 1991, três quartos dessa população tinha menos de 25 anos de idade, apontando também que o emprego doméstico constitui a principal atividade profissional exercida pelas jovens imigrantes do sexo feminino.

Esse contexto nos instigou para estudar as mulheres imigrantes. Com a intenção de estudar o gênero feminino na migração, nosso primeiro pouso foi no Gabinete de Beleza *Symphonie*², em Fortaleza, que hoje constitui uma empresa com mais de 500

¹ Neste trabalho monográfico analisamos as migrações no estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza, na década de 1990, com dados do IBGE e PNADs. Tais dados se referem à situação domiciliar, sexo, origem dos imigrantes, condição de atividade, condição de ocupação, rendimento mensal e anos de estudo.

² O Gabinete de Beleza *Symphonie* é uma empresa familiar que surgiu há 40 anos, quando uma mulher interiorana se casou com um primo e, juntos, migraram para a Capital do estado a procura de melhores condições de trabalho. Com dificuldades financeiras, ela resolveu fazer pequenos serviços de tratamento de beleza para as mulheres vizinhas, para ajudar na renda da casa. De acordo com uma pesquisa de Carleial (2004) o negócio foi crescendo e a proprietária, para seu aprimoramento, participou de alguns

funcionários. Este empreendimento foi, durante muitos anos, um ponto de chegada para muitas mulheres interioranas. Ali, sem mesmo se dar conta, a proprietária, chamada carinhosamente por “D. Lili” estabelecia uma rede de migração. Ela, com o intuito de dar oportunidades de trabalho às pessoas oriundas de seu local de origem, no interior do estado, instituiu como regra empregar familiares e pessoas “amigas”:

Para a proprietária do salão, trazer pessoas que já faziam parte do seu círculo de amizade foi melhor, pois segundo ela, resolvia dois problemas: primeiro subsidiava um emprego para aquelas que se encontravam desempregadas e, segundo, era mais confiável colocar pessoas da família e amigos no seu negócio, do que selecionar pessoas que ela não conhecia (GUERRA, *op. cit.*, p. 58).

A partir de então, nos aguçou estudar mais profundamente as redes de migração. Alguns estudos³ já apontavam análises de algumas redes no âmbito comercial e religioso, como, por exemplo, sobre o Cantinho do Faustino⁴ que só empregava homens

cursos profissionalizantes. Assim, foi atraindo novas imigrantes de sua terra natal, de sua família, absorvendo-as em seu pequeno negócio, hospedando-as em sua própria casa que era dividida em residência e local de trabalho. À princípio, o costume de trazer primas, sobrinhas, e outras jovens mulheres, todas parentes próximas ou distantes da proprietária do empreendimento, foi para que elas estudassem em Fortaleza, porque no lugar onde viviam não tinha escola perto. Elas trabalhavam no Gabinete de Beleza enquanto estudavam. As moças iam capacitando-se para o trabalho; e com isso, estabeleceu-se uma rede consolidada de atração e absorção da força de trabalho. A produção econômica dessas mulheres permitiu que se sustentassem e pudessem permanecer na cidade. Algumas contraíram matrimônio com pessoas nativas, e, outras, saíram desta situação para instalar seus próprios negócios. A experiência analisada constitui-se em uma rede feminina econômica e de solidariedade às imigrantes, que reforça uma ocupação tradicionalmente de mulheres, aquela do ramo de serviços de higiene e limpeza.

³ Estes estudos a que nos referimos podem ser vistos nos autores Adelita Neto Carleial (2002 e 2004) na pesquisa Trabalho e redes de solidariedade aos imigrantes e Redes Sociais entre imigrantes; Bernadete Beserra (2003) em Migrações internacionais e imperialismo: o caso dos brasileiros adventistas em Los Angeles e; Wilson Fusco (2002) no trabalho As redes sociais nas migrações internacionais: migrantes brasileiros para os Estados Unidos e Japão.

⁴ A empresa “Cantinho do Faustino” explora a atividade de restaurante, com pratos regionais requintados e exóticos. José Faustino Paiva, considerado um famoso *chef* de cozinha cearense, criou receitas surpreendentes, que resultaram no seu elaborado cardápio. Localizado no bairro Varjota, Fortaleza-CE, o ambiente é simples, mas acolhedor. No estudo de Adelita Carleial (2004) citado em nota anterior, a autora afirma que para ingressar na rede social promovida pelo Cantinho do Faustino o candidato deve ser: parente do proprietário, oriundo de Reriutaba, no interior do Ceará, lugar de nascimento do dono do negócio, e estar disposto a seguir as normas e aos costumes vigentes. Esta empresa comercial e familiar absorve mão-de-obra imigrante exclusivamente masculina porque, segundo o informante pesquisado, trata-se de uma atividade produtiva que requer laços harmoniosos entre os trabalhadores, profissionalismo e dedicação exclusiva, e a presença de mulheres poderia, como já aconteceu, perturbar esta ordem, pois despertaria envolvimento afetivo provocador de conflitos e de discórdias, prejudicando os negócios. Este restaurante funciona, também, como uma escola de garçons e de cozinheiros imigrantes, que emprega em torno de 25 pessoas. Criado em 1990, já capacitou neste ramo de serviço 30 pessoas, sendo que dois saíram para colocar seus próprios restaurantes, um em Recife e outro em Fortaleza. O número de pessoas envolvidas tem sido pequeno, porque não é comum o rodízio de mão-de-obra, apesar da existência de um “exército de reserva” pressionando este mercado de trabalho. Patrão e empregados costumam sair juntos, para atividades de lazer, desenvolvendo-se assim relações pessoais não tipicamente profissionais. Além disso, o sistema de recrutamento, também, rompe com as fronteiras entre a impessoalidade profissional e a afinidade familiar, porque as características dos imigrantes, quanto às suas habilidades e qualificações profissionais, que interferem nos critérios de seleção, são obtidas pelo proprietário mediante informações

vindos do município de Reriutaba ou, então, sobre a Pastoral do Imigrante⁵ que assistia às pessoas oriundas do interior, para dar apoio religioso.

Pode-se dizer, então, que a maioria daqueles que migram encontra ajuda no local de destino, seja pela ação de um parente ou de um amigo, seja pela ação da família do futuro marido ou esposa, do patrão, dentre outros.

Indagávamos as razões pelas quais as pessoas assistiam aos imigrantes. Seria ajuda despreziosa? Troca de interesses? Uma tentativa para driblar os vazios deixados pelas políticas públicas? Existia alguma política pública para aqueles que vinham em busca de uma vida melhor na cidade de Fortaleza? Em que dimensões se davam essas redes?

Os questionamentos são fundamentais para nossa busca. Eles norteiam a direção para o encontro do nosso objeto. Nessa dissertação queremos descobrir os mecanismos e dinâmicas de certas redes existentes entre imigrantes ou para imigrantes, na capital cearense, e nos debruçamos sobre o funcionamento das mesmas. No início da pesquisa pensávamos aprofundar o estudo sobre migrações para o Ceará, mas nos desencontramos e com o avanço das reflexões encontramos o foco de nossas dúvidas. Sabíamos que a migração produz redes sociais que envolvem os imigrantes, mas por que elas são formadas? Qual a importância dessas redes na sociedade? Construimos uma hipótese de trabalho que é a relação de dependência entre ausência de ações políticas institucionais de proteção ao imigrante e o fortalecimento de ações sociais particulares, que preenchem essa lacuna. Então, nossa intenção é buscar os elos entre

familiares, possibilitando, assim, uma maior segurança e satisfação com o desempenho do trabalhador que é também seu parente. Estas práticas sociais estreitam os vínculos de dependência entre a direção e os empregados sob a orientação patronal. Compartilham, também, percepções e comportamentos, pois é comum, entre eles, o relacionamento sexual com mulheres também da mesma terra natal, porque seriam conhecidas e suas posturas morais guardariam as tradições e os costumes interioranos.

⁵ A Pastoral do Imigrante, segundo Carleial (2004), seria, igualmente, uma *rede social na migração*, sendo de conotação espiritual e evangelizadora. A prática social desta Pastoral é verbalizada pelas representações religiosas onde os seus promotores se vêem como portadores de uma verdade idealista que deve ser propagada arregimentando fiéis para seus cultos e para a expansão de suas crenças. Esta rede religiosa funciona em âmbito nacional pelo Serviço da Pastoral dos Migrantes (SPM) que está burocraticamente estruturado, com instrumentos de propaganda o Boletim Informativo, planejamento de programação e realização de eventos como a Semana do Migrante, seguindo-se uma pedagogia cristã. A Pastoral parte da premissa que migrante é sinônimo de pobre e carente de sua assistência. Em Fortaleza, fundada em 1995, depois de cem anos de existência no Brasil, ela é coordenada por imigrantes, religiosas cristãs scalabrinhas, da congregação do Bispo italiano Scalabrini, que veio acompanhando seus patrícios ao Brasil. Na Pastoral são assistidas pessoas vindas predominantemente do interior cearense; orientando-as espiritualmente, ensinando-as em certas condutas de auto-estima, discutindo os problemas familiares e pessoais, mantendo um espaço para a reflexão e para encontros de estudos e de práticas religiosas. Independente de laços de parentesco, vínculos de interesse econômico ou político, a ação religiosa responde à crença de que se teria uma missão aqui na Terra, designada por Deus, em favor do necessitado, do oprimido, que pode ser o pobre imigrante. Contraditoriamente, as mensagens veiculadas nos boletins pastorais oscilam entre a resignação e a compreensão crítica da condição de imigrante.

existência de redes sociais na migração (que envolvem imigrantes) e ausência de políticas sociais específicas para este segmento social.

Por isso vamos estudar casos aleatórios de imigrantes⁶. A partir da história de vida de cada imigrante, com suas idas e vindas, vamos traçar o fluxo percorrido em cada caso, os contatos estabelecidos, as ajudas recebidas formando vínculos, dependências, subordinações, ou seja, estabelecendo as redes sociais. Nosso ponto de partida será o (a) imigrante e a rede social será percebida em decorrência da dinâmica vivida por ele (a).

Nos casos entrevistados, encontramos imigrantes antigos e recentes⁷, os quais vivenciaram diferentes momentos do contexto brasileiro. Dessa forma é possível analisarmos os diferentes discursos e suas correspondências às situações vividas em épocas distintas.

1.2 Abordagem e procedimentos utilizados

Nossa abordagem é definida por critérios qualitativos, observando e organizando os fenômenos a partir da observação direta e análise documental. A pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, por isso nosso objeto não foi quantificado, buscando-se, assim, uma dimensão mais profunda das relações sociais entre os imigrantes e seus receptores.

Minayo (1994) diz que a abordagem qualitativa “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (p. 22).

Neste sentido, Haguete (1987) contribui quando afirma que a análise qualitativa busca apreender em profundidade os significados e as relações sociais que conformam a prática dos atores sociais, numa perspectiva dialética que focaliza indivíduo e sociedade, estruturas e sujeitos.

Demo (2002) vai dizer que as metodologias qualitativas realçam, sem dicotomias inúteis, faces mais dinâmicas e subjetivas da realidade, praticando estilo mais flexível de formalização. E acrescenta que essas metodologias:

⁶ Consideramos como imigrante o indivíduo que mora em Fortaleza atualmente, independente do tempo de residência, mas que não nasceu nesse município. Difere da conceituação do IBGE, que entende como imigrante a pessoa não natural do município e que mora no local há 10 anos ou menos.

⁷ Para nós os imigrantes antigos são aqueles que imigraram para a cidade de Fortaleza há mais de 10 anos. No caso específico de nossa pesquisa temos imigrantes antigos, com mais de 50 anos de residência na Capital cearense e os imigrantes recentes com menos de 10 anos.

(...) não resolvem tudo, apenas abrem outros horizontes de análise. Convém, por isso, destacar os três passos concatenados: contribui para a compreensão mais ampla do fenômeno suas histórias e gêneses, porque tudo se faz em seu vir a ser que jamais se conclui; vemos melhor o que conseguimos formalizar, indicando que as estruturas sempre são mais palpáveis, sobretudo manipuláveis, que a dinâmica; mas vemos melhor ainda quando usamos a formalização para destacar a dinâmica contrária, não-linear, ambígua e ambivalente dos fenômenos (p. 28).

A pesquisa qualitativa mostrou-se eficaz na fase que consideramos essencial na presente investigação. Ouvir as histórias, os caminhos percorridos pelos imigrantes, perceber como as redes foram sendo tecidas nos deu condições de vislumbrar os efeitos da ação humana na qual os sujeitos puderam participar.

A maioria das pessoas ouvidas era conhecida, mas adentrar na subjetividade delas foi descobrir não apenas alguns de seus segredos, mas fazê-las lembrar de lugares vividos e pessoas importantes que fizeram parte de suas vidas. Nas entrelinhas de todas as histórias encontramos algumas questões que se repetem, embora as trajetórias fossem diferentes e, também, elementos bem particulares que nos permitem a construção da pluralidade.

1.3 Tipo de pesquisa e a técnica: instrumentos para o encontro

Optamos pelo estudo de caso que, segundo Gil (2006) é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa difícil, porém não impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. Dos três propósitos⁸ utilizados no estudo de caso, apresentados por Gil, fizemos uso daquele que afirma: “explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos” (p.73).

Além desse aspecto, entendemos ainda o estudo de caso como, afirma Yin (2001): “[...] uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas (p. 32)”.

Em outra visão, de Becker (1994), o estudo de caso prepararia:

⁸ Os outros dois propósitos explicitados pelo autor, que fazem parte do estudo de caso são: a) explorar situações de vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação.

(...) (o) investigador para lidar com conseqüências inesperadas, e de fato, exige que ele reoriente seu estudo à luz de tais desenvolvimentos. Força-o a considerar, por mais que de um modo rudimentar, as múltiplas inter-relações dos fenômenos específicos que observa. E evita que ele faça pressuposições que podem se revelar incorretas sobre questões que são relevantes, ainda que tangenciais, para seus interesses principais. Isto acontece porque um estudo de caso quase sempre fornece alguns fatos para guiar estas pressuposições, enquanto os estudos com procedimentos de coleta de dados mais limitados são obrigados a pressupor o que o observador que faz o estudo de caso pode verificar (p. 119).

No estudo de caso, escolhemos a história de vida como uma técnica das mais significantes para a coleta de informações, sobretudo, quando cada pessoa é considerada um caso específico: “A história de vida, à medida que é constituída pelo relato pessoal do informante acerca das situações vividas, possibilita a investigação do fenômeno de mudança, que dificilmente é obtido mediante outros procedimentos de pesquisa social” (FROTA, 2005, p. 66).

Becker (*op. cit.*) salienta que nas ciências sociais o caso estudado é tipicamente de uma organização ou comunidade e não o de um indivíduo. Mas, o autor não descarta os estudos de caso individuais, afirmando que são também realizados por cientistas sociais, sobretudo na forma de história de vida. Ele ainda finaliza dizendo que hoje estes estudos são relativamente raros. Nesse sentido, nossa escolha por estudos de casos individuais, seguiu um caminho incomum, porém adequado e válido.

A história de vida esclarece experiências, acontecimentos e relações concretas vivenciados pelo depoente em sua trajetória, e que foram significativos na sua construção pessoal e profissional, fatos esses que aparentemente foram esquecidos, mas que oportunizam elucidar algumas escolhas e atitudes assumidas. Assim, para realizar o estudo da história de vida, que contém uma complexidade de experiências vividas sob diferentes circunstâncias, recorreremos à metodologia da História Oral, sob o aspecto da história oral de vida. A história oral baseia-se no registro dos fatos ocorridos entre o passado e o presente, ou seja, o passado como fenômeno renovado no presente, num processo contínuo de novas significações. Então, o depoente nunca poderá ser tratado como mero objeto de pesquisa, porque o mesmo é um valioso colaborador.

Há quem discuta sobre a história oral como uma disciplina, um método ou uma técnica. Alguns estudiosos da história oral, entre eles Meihy (1996) advogam que esta seria uma disciplina. Já Ferreira e Amado (2001) entendem que:

(...) a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de

transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática (p. 16).

Ainda para esses autores, a divergência entre os que postulam a história oral como disciplina e não metodologia está no fato destes “reconhecerem na história oral uma área de estudos com objeto próprio e capacidade (como fazem todas as disciplinas) de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática” (p.31). Os que defendem que a história oral seja uma técnica, geralmente, são pessoas envolvidas na constituição e preservação de acervos orais. Estes pesquisadores utilizam as fontes orais de forma esporádica, como fontes de informação complementar, o que teoricamente justificaria essa postura. Neste caso essa visão não se aplicaria para o nosso trabalho.

Desde o início desta pesquisa, a história oral nos fascinou pela sua característica de liberdade. Deixar falar o coração sem a preocupação com questões, permanentemente, pontuais. O primeiro texto que tivemos acesso sobre História Oral se intitulava “*Vida de mulheres: cotidiano e imaginário*” (MASSI, 1992) e ao terminarmos a leitura das histórias daquelas mulheres que se referiam às suas vidas, trabalho, sexualidade e organização, com clareza, nos veio a sensação, em alguns momentos, de que estávamos presenciando aqueles depoimentos. Hoje, acreditamos que aquela tenha sido uma visão de certa forma romântica do que foi lido, pois, naquele momento, fomos despertadas para a história das pessoas ditas comuns, excluídas, marginalizadas e ao, mesmo tempo, vencidas e vencedoras.

Atualmente, trabalhando com a história oral, não nos causou surpresa a dificuldade que alguns autores enfrentam para defini-la, o que, entretanto, não os impedem de utilizá-la em seus estudos, nem tão pouco consultá-la como fonte de pesquisa. Para Alberti (1989), esta dificuldade está relacionada ao fato da história oral não pertencer a um campo estrito do conhecimento: “sua especificidade está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno pluridisciplinar (p. 41)”. Ela ainda acrescenta que a história oral é:

(...) um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc... (p. 52).

Talvez, em virtude dessa abrangência, a história oral comporte três tipos de abordagens, a saber: história oral de vida, temática e tradição oral. Para Camargo (1999) a história oral de vida, particularmente, garantiu “o rigor, a fidedignidade e a riqueza que a técnica que a história oral por si mesma não possuía”. Ele segue afirmando que “nada mais consistente do que uma longa vida que se decifra, com a chancela de um gravador (p. 52)”.

Segundo Debert (2001) a história oral de vida tem aumentado seu âmbito de atuação, sendo enfaticamente reivindicada por várias disciplinas (história, antropologia e sociologia). Não é nosso objetivo discutir a quem pertence esse método, no entanto, concordamos com a autora quando diz que dentre as vantagens deste método uma delas é o estabelecimento de um diálogo entre informante e o pesquisador, onde é possível alcançar um ponto de interseção em que ambos compartilham algo novo, que se apresenta pela primeira vez ao pesquisador e re-apresenta ao informante, através de sua memória (p. 29).

Apoiamos-nos, ainda, no conceito adotado pelo Laboratório de História Oral do Centro de Memória da Universidade de Campinas, em que a história oral ou método biográfico é o registro da história de vida de indivíduos que, ao focalizar suas memórias pessoais, constroem também uma visão da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem.

História oral ou de vida, portanto, é a narrativa que cada pessoa faz de si mesmo, transmitindo uma visão de mundo para os outros. É a narrativa que montamos a partir de marcos que guardamos, seletivamente, em nossa memória. Essa explicação verbaliza nossa identidade, nos fazendo reconhecer a nós próprios. Da mesma forma, a história de um grupo organiza, demarca significados da memória social, da coesão e do conflito grupal e de sua identidade.

O cientista social com o desenvolvimento do método da história oral não mais depende, unicamente, dos textos escritos para estudar o passado. Esse método, também, possibilita que, indivíduos, pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial, possam ser ouvidos, deixando registradas, para análise futura, sua própria visão de mundo e aquela do grupo social ao qual pertencem.

Enfim, a história oral possibilita a construção e a reconstituição da história por meio dos relatos individuais ou coletivos. Daí o fato de ser considerada um campo multidisciplinar que possibilita que algumas disciplinas, entre elas a antropologia,

psicologia, psicanálise e a sociologia, possam dar suas contribuições teóricas, especialmente no tratamento e na análise da informação oral.

Baseados nessa discussão e cientes dessa técnica como algo envolvente, evitaremos seus limites ideológicos, para adotá-la como um dos métodos que irá permitir conhecer nosso objeto pela fala dos imigrantes. Assim, propomos uma parceria entre informante, no caso o imigrante, e pesquisador, que será construída ao longo do processo de investigação, através de relações baseadas no respeito à fala dos entrevistados e não na imposição teórica do autor.

Dessa forma foi utilizada a modalidade de entrevista não-diretiva, como Vidigal (1996) define: “(...) um estilo mais informal e aberto (p. 54)”. Segundo este autor, podemos defini-la, também, como centrada num tema ou não diretiva circunscrita, sendo estas duas formas mais adequadas para os estudos de história oral. Os sujeitos que participam da pesquisa, ao narrarem suas lembranças através de experiências ocorridas ao longo de suas vidas, utilizam-se da memória: “A lembrança é a sobrevivência do passado” (HALBWACHS *apud* BOSI, 1994, p. 27). É dentro dessa concepção que Halbwachs estuda a memória, ou melhor, os quadros sociais da memória. Para o autor na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado: “A memória não é um sonho, é trabalho” (BOSI, *op. cit.*, p. 15).

Através da memória, ocorre um processo de construção e transformação de fatos acontecidos no passado e trazidos para o presente, mas que são significativos para o depoente. Assim, novas vivências estarão sempre contribuindo para a modificação do conteúdo da memória, na construção de novos sentidos e significados.

1.4 A busca dos sujeitos

Quem estaria disposto ou disposta a contar sua história, sua vida, seus caminhos percorridos? Será que voltar ao tempo traria lembranças desagradáveis? Traria sorrisos deixados para trás, sentimentos de angústia, dor e tristeza? Mas, também, poderiam relembrar bons momentos, trazer à tona pessoas importantes que cruzaram a vida dos imigrantes. O que íamos encontrar? Ao certo não poderíamos prever.

Nosso objetivo é reconstruir os elos estabelecidos pelos imigrantes com outras pessoas ou grupos, que nos permitam enxergar o modo de vida e de trabalho, as relações sociais, a influência do sistema econômico em suas vidas e como elas reagem e formam

estratégias de sobrevivência contra a exploração do trabalho, contra as dificuldades que encontram ao longo de suas trajetórias. Queremos ver os casos estudados em uma sistemática social mais geral, que uniformiza as histórias particulares, evidenciando um movimento coletivo que caracteriza a migração em redes sociais.

Escolhemos imigrantes que moram em Fortaleza. Sabíamos que não seria difícil encontrá-los na cidade, pois as migrações são recorrentes e seus participantes estão em diversos lugares: na família, no trabalho, nos hospitais, nas escolas e nos restaurantes. Como selecioná-los? Seria necessário abordar mais imigrantes, ou a amostra escolhida seria satisfatória para alcançar nosso objetivo? Precisávamos escolher maior número de pessoas nos guiando por critérios flexíveis ou nos debruçar rigorosamente sobre a quantidade pré-estabelecida? Tínhamos uma certeza: era preciso dar “o pontapé” inicial.

A pesquisa de campo começou no início do mês de julho de 2006. Munidas de um gravador, folhas de papel em branco, lápis e borracha fomos ao encontro dos sujeitos. Iniciamos com familiares, porque, além de estarem mais próximos, tínhamos facilidades de contato e, também, nos sentíamos mais à vontade, visto que aquele “friozinho na barriga” é inevitável quando nos deparamos com o desafio.

Foi muito prazeroso e instigante ouvir os vários episódios ocorridos na vida de pessoas próximas e queridas que até então eram “desconhecidas”. Com estes familiares a pesquisa teve uma desenvoltura bastante proveitosa, pois, nesses casos, contar a vida para alguém que você já conhece, foi positivo para ambos os lados: o protagonista se sentiu mais livre e contente em contar sobre seu passado e para nós ficou mais fácil fazer algumas intervenções. Ao fim da pesquisa a sensação foi de ter tido uma duradoura conversa.

Dos cinco familiares, duas já tinham uma idade mais avançada, e se prolongavam, demasiadamente, em relatos sobre vários episódios vividos. Por se tratar de pessoas idosas deixávamos falar à vontade, pois era possível notar a ternura, em cada olhar, na lembrança de muitos momentos felizes. Era como se as dificuldades vividas tivessem sido esquecidas e superadas, a situação atual estava confortável e elas só tinham que agradecer⁹. Ao certo que nestas ocasiões, um envolvimento entre o

⁹ Neste aspecto retomemos a idéia de memória estabelecida por Bosi (1994) em que a autora afirma que a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e valor. Como ainda salienta William Stern citado por Bosi (*op. cit.*): “(...) a memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem acha-se a maior caminho entre o instinto que se repete sempre, e a inteligência que é capaz de inovar”. E acrescenta: “A

pesquisador e o seu objeto foi inevitável, mas isto não interferiu na análise dos dados. O exercício da arte de ouvir só facilitou a nossa caminhada que estava apenas começando.

Antes de darmos continuidade aos outros entrevistados, fazemos uma pausa nas duas primeiras. Ao chegar à casa da primeira selecionada, uma interiorana de 74 anos, alta magra, mãe de nove filhos, mas que mora em Fortaleza há mais de 40 anos, explicamos do que se tratava, e como era da família, logo nos aconchegamos no sofá que fica na sala de costura no fundo da casa. Ela sentou ao nosso lado, e mesmo um pouco envergonhada, supondo que não se lembraria de muita coisa, falou bem. O que nos chamou atenção e de certa forma nos sentimos felizes, foi o fato dela ter chamado seu esposo, que além de estar com síndrome do pânico há meses tem apresentado sintomas do mal de alzheimer, mais precisamente o esquecimento. A protagonista encontrou na lembrança da trajetória de sua família a possibilidade do companheiro fazer um exercício de memória, e de certa forma foi muito proveitoso, pois apesar dele repetir algumas coisas, estava se sentindo confortável naquela situação.

A segunda pessoa ouvida, já sabendo do que se tratava nossa visita, já nos aguardava deitada em uma rede, na varanda de sua casa, um espaço agradável e bem ventilado. Ao chegar, ela pediu que eu sentasse em uma espreguiçadeira ao lado da rede e ali nossa conversa se prolongou por mais de uma hora. Às vezes, ficava aflita, outras, se empolgava demais, mas nós entendíamos suas posturas. Uma senhora de 91 anos, saudável, lúcida, mas embora morando com uma filha, sentia-se muito solitária, e aquela oportunidade de conversar com alguém, sobretudo sobre sua vida, trazia uma visível satisfação. Despedimos-nos com um grande abraço, na certeza de termos feito um bom trabalho e ela de ter compartilhado sua história.

A pesquisa com esses cinco familiares transcorreu em duas tardes e duas manhãs. Estávamos empolgadas com a dinâmica da investigação de campo e sem interrupções, continuamos nossa busca científica com alguns conhecidos, indicados através de conversas informais.

Desde o início não utilizamos um critério rigoroso com relação à quantidade de homens e mulheres e nem seu lugar de origem, sendo a preocupação maior escolher pessoas que migraram para mais de uma cidade. À medida que as investigações transcorriam, notávamos que a maioria eram mulheres, vindas do interior do estado do

função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo” (p. 68). Essa idéia faz nos entender a postura confortável das citadas entrevistadas, que durante quase todo o seu discurso se mostraram felizes e satisfeitas.

Ceará retratando o que ocorre na migração em geral, ou seja, predominância feminina de origem interiorana. Esta observação nos faz refletir uma questão de gênero¹⁰, que nos traz grande prazer em abordar, pois o gênero feminino já fez parte de alguns dos nossos estudos¹¹.

Não foram escolhidos previamente os homens que aparecem na pesquisa. Todos os protagonistas foram indicados e escolhidos aleatoriamente. Mas, é verdade que nas conversas com as mulheres foi possível obtermos um maior número de informações, pois o prazer de falar foi visível em todas elas. Quanto aos homens, muitas questões a serem respondidas tiveram que ser repetidas vezes perguntadas, pois seus relatos eram curtos e precisos. Aqui, foi possível notar essa diferença entre os sexos: um mais solto e livre para falar sobre sua vida e outro mais retraído e contido.

Dando continuidade em nossas buscas, mais uma mulher cruzou nosso caminho, mas desta vez, o episódio foi interessante: ao entrevistar a mãe de uma amiga, chega seu segundo marido, um português simpático e bem-humorado que ao saber de que se tratava a pesquisa, logo quis participar, na certeza de que teria uma boa história para contar: “eu preciso fazer parte desses dados, pois só migrei para Fortaleza por amar essa mulher”, disse sorridente, o Sr. Augusto.

Não hesitamos. Ao findar a pesquisa com a esposa, conversamos com o Sr. José Augusto, um senhor alto, bem vestido, cabelos grisalhos com uma barriga bem saliente. De início ele pegou uma capanga¹² na mesa da sala e tirou, de dentro dela, uma foto deles dois no início do relacionamento e disse: “Como vês, essa foto foi tirada logo que nos conhecemos no aeroporto, há cinco anos atrás. Fiquei encantado com tamanha beleza de minha mulher. Estou melhor, não acha? É o amor”. Finalizou, perguntando se já poderia começar a contar sua história. Foi uma conversa agradabilíssima, apesar de

¹⁰ Embora a questão de gênero não seja o foco de nossas análises para esclarecer nossos objetivos, ela está presente nos relatos dos protagonistas, contribuindo positivamente em nossas análises.

¹¹ Trabalhamos sobre o panorama histórico, ainda que rápido, onde constatamos que a sujeição da mulher em relação ao homem vem desde a Antiguidade, não obstante a existência de mulheres que se destacaram, naquelas épocas remotas, em diferentes setores da atividade social. Mas o feminismo, como movimento organizado, surgiu de fato na Revolução Francesa. Martins (1986, p. 12-13) afirma que naquele conturbado período, arregimentaram-se sociedades populares femininas que encaminharam à Assembléia Constituinte diversas petições, pleiteando a extensão às mulheres dos direitos concedidos aos homens. Houve, no momento, políticos e pensadores proeminentes, como Condorcet e Sieyès, que defenderam vigorosamente a tese da igualdade política entre os sexos, porém os projetos de feministas foram rejeitados em 1793. De cunho científico encontramos uma infinidade de autores que se debruçaram no estudo do feminismo. É possível ter ao nosso alcance obras, teses e pesquisas direcionadas ao estudo do gênero feminino visto de diferentes formas trazendo conceitos e teorias diversas.

¹² Capanga é uma espécie de bolsa pequena, que os viajantes usam a tiracolo para conduzir pequenos objetos, ou ainda, é uma pequena bolsa de mão, usada, sobretudo por homens (Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa, 1988).

curta, pois pudemos sentir muita satisfação de sua parte e ainda sua vontade de contribuir da melhor forma, com o nosso trabalho.

Sáímos de lá bem felizes, e dispostas a encontrar outro estrangeiro. O Sr. Augusto foi movido pelo casamento, mas e aqueles que vêm, por outros motivos, como por exemplo, em busca de negócios, ou usufruir o não recomendável turismo sexual, existente na cidade? Neste dia dormimos pensando em como buscar outro estrangeiro para entrevistar. Pessoalmente não conhecíamos nenhum, mas sabíamos que com alguns contatos poderíamos encontrar.

No outro dia pela manhã ligamos para alguns conhecidos, sem sucesso. Então decidimos continuar as entrevistas, mas sempre na tentativa de encontrar algum estrangeiro que pudesse ser indicado. Já estávamos na 14ª história de vida e o outro estrangeiro não aparecia. Até que no aniversário de um cunhado, um engenheiro civil estava presente um francês, o Sr. Norbert, que tinha solicitado os conhecimentos do referido cunhado para construção de uma casa de praia em Iparana – CE. Pensamos: “É este”.

Passamos a festa observando seu jeito e sua maneira de falar, e percebemos que seria possível um entendimento numa conversa. Quando muitos já tinham ido embora da festividade, conversamos com nosso cunhado sobre a possibilidade de um encontro com o francês Norbert. Logo na segunda-feira, pela manhã, passamos um e-mail para ele explicando do que se tratava e quais eram os objetivos da nossa pesquisa. Ele foi muito atencioso, e respondeu positivamente às nossas solicitações.

Acompanhadas de nosso cunhado e esposa, fomos à casa do Sr. Norbert, ainda na mesma semana. Ele, mesmo simpático, foi muito sucinto em suas colocações. Não obstante, para as questões as quais propusemos, obtivemos respostas. Gostaríamos de ter ouvido mais e falado menos, mas de certa forma foi agradável toda a conversa.

E assim, finalizamos nossas entrevistas, sendo ao todo 15 imigrantes ouvidos. Destes: 11 foram mulheres e quatro homens, sendo nove naturais do interior do Ceará, quatro de outros estados e dois estrangeiros.

A quantidade dessa amostra não prejudicou nossas análises e discussões, pois as questões que nos interessaram foram suficientemente debatidas nos relatos, nos capacitando delinear as redes sociais de migração.

Registramos as experiências vividas pelos informantes em fitas magnéticas de áudio, sendo este um instrumento fundamental para registro do passado recente. O imigrante ou a imigrante era deixado o mais livre possível para expressar suas

experiências pessoais, pois se tratava de um colóquio mais subjetivo do que objetivo. Nossa interferência era feita apenas no instante e no sentido de esclarecer uma ou outra coisa que, num primeiro momento, escapava ao nosso entendimento ou para evitar que os imigrantes se distanciassem muito do assunto priorizado. Em relação à veracidade dos relatos, tivemos como prioridade respeitar a exposição do entrevistado. Para Meihy (1996): “A história oral de vida é o retrato oficial do depoente. Nesta direção, a verdade está na versão oferecida pelo narrador que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações ou pessoas (p. 35)”. Neste sentido, as significações imaginárias do depoente são mais importantes do que as nossas supostas verdades absolutas.

Procuramos ir ao encontro dos nossos sujeitos da pesquisa, em suas casas. O ambiente familiar e a forma mais à vontade, dos entrevistados, se posicionarem frente a sua realidade têm um valor essencial para obter uma compreensão mais clara da história de vida dessas pessoas e, afinal, encontrarmos respostas para questões particulares, as quais estão mergulhadas numa dimensão mais profunda das relações, dos processos e dos fenômenos sociais.

A arte de ouvir possui uma significação específica para um cientista social. Para nós foi um momento ímpar para percebermos no olhar de cada protagonista alguns de seus sentimentos e até aspectos ocultos que podem ser perceptíveis, pelas técnicas de pesquisa.

Neste sentido, é importante que o pesquisador tenha o cuidado de tomar certas medidas para assegurar que, ao discursar sobre sua história de vida, o informante esteja ciente das principais questões que devem ser abordadas.

Nosso encontro com os imigrantes estava centrado no delineamento das redes sociais estabelecidas nos fluxos migratórios. As redes sociais de migração são uma importante categoria nessa pesquisa. Apesar de destinarmos um capítulo para tal discussão, é importante salientarmos que para nós, essas redes são entendidas como as interferências que incorrem em relações sociais interpessoais ocorridas no caminho percorrido pelos imigrantes em sua trajetória de vida viajante. Os imigrantes são motivados para sair de seu lugar de nascimento e irem em direção a outras cidades por diversas razões. Nosso principal objetivo é descobrir quem são aqueles que participam dessas redes, ou seja, quem são aqueles que acolhem ou se relacionam com o imigrante na sua luta pela sobrevivência.

Já que estamos falando em redes, estava claro para nós que o desenho desses elos seria imprescindível em nossas análises. Figuras geométricas seriam nossas

companheiras: os círculos, os retângulos, as linhas em ascendência e descendência, os pontilhados, e ainda, as cores, os desenhos e as legendas fariam parte da principal parte de nossa investigação.

A cidade de origem, como ponto de partida, seria o início de uma retrospectiva de vida. O imigrante ouvido seria a ponta da linha. A partir desse fio iríamos desenrolar, costurando um desenho particular de cada caso.

Para melhor visualização, a fim de caracterizar os personagens que estavam envolvidos nas trajetórias, utilizamos uma “carinha” com cores específicas, ou seja, o protagonista sempre aparecerá na cor vermelha, os pais, a mãe ou o pai de cor azul, a verde representa os filhos, o esposo, na cor laranja e irmão na cor marrom.

Na legenda além dos personagens de cada história, temos os círculos que representam as cidades de pouso, linhas crescente e decrescente representando alguma mudança na sua situação econômica ou social. As linhas pontilhadas se referem ao tipo de rede estabelecida sendo ligadas a um desenho representativo.

Cada caso pesquisado constituía-se em uma pedra preciosa que seria lapidada com nossa interpretação. Íamos escolher, em cada caso, um ou uma protagonista de sua própria história, com seus pontos de partidas e de chegadas. Denominamos este imigrante como protagonista porque é a partir dele que as redes sociais serão identificadas. Ele ou ela será aquele (a) que conduzirá sua história, suas idas e vindas, seus anseios, seus medos, suas limitações, suas certezas e ainda seus desejos de lutar para melhorar suas vidas. Ele ou ela dirá com quem se relacionou e de que foram esses contatos e relacionamentos, qual a importância deles para sua adaptação no lugar que não era o seu de nascimento.

Para cada relato, redes de migração são desenhadas, caracterizando os fluxos dos percursos, os motivos das migrações e aqueles que os acolheram. Com isso identificamos uma série de ligações, relacionamentos, constrangimentos que se entrelaçam, ora se afirmando, ora se contradizendo, permitindo o desenho das redes. Esse procedimento metodológico demorou dois meses, tempo necessário à transcrição e análise das falas.

Na proporção das falas, as redes foram desenhadas como um organograma, umas com mais ramificações do que outras, dependendo de quantas cidades eles migraram antes de chegar a Fortaleza. Cada um tem suas particularidades, motivadas por diversas razões, como também, o imigrante tem acolhidas de diferentes formas, e adaptações variadas.

A leitura dos organogramas nos levou a criação de uma tipologia para as redes sociais de migrações. Muitos rabiscos foram feitos até chegarmos à composição mais clara das redes estudadas. Essa tipologia é um ponto importante em nossa pesquisa. A partir dos relatos e observando fatores similares, criamos uma tipologia com cinco tipos de redes sociais na migração, baseadas nos relacionamentos principais que viabilizaram a migração para o primeiro local de destino do imigrante protagonista, chegando-se a: familiar, fraterna, de trabalho, de estudo e de casamento.

- a) *Rede Familiar* – é aquela motivada por sugestão de familiares, portanto, um tipo de rede formada por parentes, seja de primeiro, segundo ou terceiro grau, até mesmo não sendo estes entes de relacionamento próximo da família;
- b) *Rede Fraterna* – é aquela proporcionada pela amizade, realizada com a ajuda de amigos, seja de infância ou recém conhecido, ou ainda por indicação de outro amigo. É comum o imigrante procurar alguém conhecido no local de destino ou, então, ter indicação de alguém sugerido por algum amigo;
- c) *Rede de Trabalho* – formada por patrão e empregado, ou por companheiros de trabalho que atraem o imigrante com a oportunidade de emprego e facilidades de acomodação no local de destino. Essa rede está presente também, nas migrações decorrentes de transferências de empresas, com ofertas de melhores condições de trabalho, de salário e moradia;
- d) *Rede de Estudo* – é aquela tipificada pela motivação de melhores condições de estudo para o imigrante no local de destino em comparação ao local de origem. Os jovens, na sua maioria, são aqueles que mais viajam para estudarem em outros estados.
- e) *Rede de Casamento* – baseada na motivação do matrimônio, jovens mulheres migram com a intenção de contrair bodas com pessoas do local de destino, acreditando em vantagens comparativas às possibilidades já conhecidas no lugar de origem. São comuns entre mulheres e homens imigrantes.

A elaboração desses conceitos, além de guiar o desenvolvimento da pesquisa, irá validar nosso objeto na proporção que cada caso for se adequando a um ou mais tipos dessas cinco redes identificadas nos casos investigados.

1.5 Estratégia de análise

O estudo de Fusco (2002)¹³ sobre as redes sociais presentes nos fluxos migratórios em duas cidades brasileiras nos baseou para organizarmos nossa estratégia de análise. Esse autor, que investiga a migração internacional de brasileiros, faz uma comparação entre os fluxos com destino aos Estados Unidos e ao Japão, mostrando os motivos dessas migrações, as diferenças de sexos e a idade. Nesse discurso, Fusco afirma que as redes sociais ampliam seu alcance, diminuem riscos e facilitam a inserção no mercado de trabalho de mulheres com idade fora da faixa padrão.

O que é importante nessas considerações é como o autor atenta sobre as redes sociais: elas foram mapeadas em função da estratégia utilizada pelo migrante antes de sua primeira viagem, ou no início de sua estadia no destino, e durante seu período de residência no país estrangeiro.

Do mesmo modo que os casos estudados por Fusco, as redes sociais presentes nos fluxos migratórios para Fortaleza formam elos combinados entre o imigrante e o nativo antes de sua viagem à capital cearense. Este aspecto é importante, na medida em que demonstra que os elos são firmados antes mesmo do processo ser efetivado.

Para nortear nossa pesquisa e delinear como a rede se desenvolveu, escolhemos seis itens relacionados ao imigrante para analisar: as razões que o levaram a migrar; com quem migrou; a situação financeira antes de migrar; o vínculo existente na cidade de Fortaleza; quem o abrigou ou forneceu algum tipo de ajuda, e; as vantagens e as desvantagens da migração.

Essas questões possibilitaram uma atenção específica para determinados aspectos essenciais, tanto na construção das redes, como também, para perceber o que há de similar nos diferentes processos migratórios, visto que, das quinze pessoas ouvidas, encontramos migrantes recentes e antigos.

Para nós, não importa quanto tempo migrou para a cidade de Fortaleza, mas como se deu o processo da migração, os acontecimentos que antecederam e sucederam à mudança de cidade, região e até de país.

A fim de concluir esse esboço metodológico é preciso deixar claro todas as escolhas feitas por nós: a) adoção de rigor científico; b) observação com a menor

¹³ Esse estudo de Wilson Fusco (2002) trata sobre imigrantes das cidades de Criciúma e Maringá, pontos de origem de fluxos internacionais, sendo Criciúma (SC) exportadora de imigrantes para os Estados Unidos como destino principal, e Maringá (PR), origem dos imigrantes nipo-brasileiros para o Japão.

perturbação possível do objeto observado; c) não julgamento valorativo dos fatos; d) oposição a todo maniqueísmo.

Com estas condições preenchidas, temos ainda que saber o que fazemos e porque fazemos. Isso significa checar nossos próprios pressupostos, efetuar uma ruptura epistemológica e, também, questionar as técnicas.

As técnicas são suscetíveis de camuflar ideologias, e de maneira ainda mais inocente, de traduzir os pressupostos, de recortar a realidade por antecipação, ou seja, de ser inspiradas pelos *a priori* que ela têm por função combater.

Para aqueles que lutam para atingir a objetividade científica, o uso sério de instrumentos técnicos representa uma garantia. Porém alguns autores se empenharam em mostrar que o antídoto pode ser um álibi.

Neste sentido, gostaríamos de explicitar Bourdieu (1999) em suas argumentações sobre a falsa neutralidade das técnicas. Para esse autor o objeto é construído ou artefato, portanto, sofre influência do sujeito, discutir as operações axiologicamente neutras não garante uma epistemologia isenta de valores, por isso, ele defende um exame crítico do conhecimento e da prática sociológicas.

Ao mesmo tempo em que critica, o autor dá pistas do que deve ser feito, como, por exemplo, interrogar sociologicamente as questões sugeridas, fazer perguntas transparentes, elaborar uma teoria do questionário, evitar as ausências de questões importantes, conscientizar-se da problemática a pesquisar, escapar do etnocentrismo lingüístico (achar que suas palavras são inteligíveis para o outro, que os seus sentidos das palavras são os mesmos dos entrevistados), ler dialeticamente as construções das propostas contextualizando os sistemas significativos dos sujeitos; buscar fugir das respostas conjunturais, dependentes do momento; dentre outros problemas teóricos metodológicos.

Já Becker (*op. cit.*) utiliza o termo *bias* para expressar o problema do observador que não evitar ver apenas as coisas que estão de acordo com suas hipóteses implícitas ou explícitas:

Este tipo de *bias* pode ocorrer de várias maneiras. O observador interagindo com aqueles que estuda em bases de longo prazo, acaba por conhecê-los como companheiros, seres humanos além de como objeto de pesquisa; portanto é difícil para ele evitar sentimentos de amizade, lealdade e obrigação, os quais o fazem querer proteger alguns membros do grupo, e assim não ver aqueles eventos que os tornariam passíveis de crítica (p. 120-121).

Estes deslizes, sem dúvida, são suscetíveis em qualquer pesquisa, não sendo a nossa diferente, pois aqueles familiares, com os quais conversamos, compartilham conosco esse sentimento de amizade. Mas, isso não foi empecilho para que a pesquisa tomasse sua direção. Pelo contrário, o fato dos informantes terem abertura para conversar sobre o passado, deixou-os mais livres para contar suas histórias. E quanto a nós, foi possível obter mais informações para que posteriormente pudessem ser analisadas.

1.6 Dialética: método de investigação

Qualquer sociólogo é tão livre e tão competente para inventar novas idéias e teorias quanto foram Marx, Weber e Durkheim (BECKER, *op. cit.* p. 12).

Desde o início do trabalho, nos propusemos a escrever de forma livre, sem nos preocupar demasiado, mas respeitando os critérios científicos. Como cientistas sociais, é válido expor o método que utilizamos para responder várias questões referentes ao nosso estudo.

O conhecimento científico requer uma organização do nosso pensamento para que possamos nos aproximar de fragmentos do real. Fazer ciência é saber conhecer; é saber como percorrer o movimento do real. Para isto, é necessário construir um método a ser seguido para que possamos chegar ao conhecimento.

A importância do método como via de acesso e discernimento é relevante para a busca desse conhecimento. Marilena Chauí (1994) afirma que “*métodos* significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa; procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso fixado” (p. 354). Portanto, o método e os procedimentos técnicos são elementos indissociáveis em todo o processo de investigação desencadeado com o ato de pesquisar. Pádua (2000) reafirma essa idéia quando entende o método como a “teoria explicativa, abarcando o conjunto dos caminhos percorridos pelas ciências para a produção dos seus conhecimentos” (p. 71).

A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que possibilitam a interpretação da realidade. Nesse sentido, teoria e metodologia caminham juntas. Para Gonsalves (2001), a questão metodológica é ampla e indica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social. O registro metodológico evidencia a postura

epistemológica do pesquisador, deixando pistas de como estão concebidos sujeito e objeto da pesquisa.

Esta investigação, apesar de não se sentir presa às determinações rígidas de um método específico, toma o método dialético como fio condutor, que nos traz idéias às quais nos apoiamos, para entendermos questões importantes nesta pesquisa. Além disso, o método dialético é considerado por Marques (1992)¹⁴, como um dos três pontos que “está vivo no marxismo¹⁵”, por isso, sua atualidade e capacidade interpretativa da realidade social. Diante das considerações feitas pelo autor e aceitando suas idéias, faremos a discussão do método, como algo atual e preciso nos estudos de hoje.

Carone (1981) visa esclarecer a epistemologia do método que foi utilizado em “*O Capital*” fazendo uma distinção entre método de pesquisa e método de exposição, que consideramos relevante abordar, visto que os mesmos demonstram a visão de Marx em relação aos critérios investigativos, demonstrando sua postura frente ao trabalho empírico.

A autora cita a importância de observar tal diferença afirmando que:

O método de pesquisa é a investigação de ordem empírica, a coleta de dados, a sua classificação, o conjunto de técnicas e procedimentos adequados à apropriação analítica do material empírico. (...) O método de exposição é a reconstrução racional e teórica da realidade pesquisada, mas a exposição só é possível *a posteriori* da pesquisa empírica (CARONE, *op.cit*, p. 23).

Ela ainda segmenta seu pensamento quando diz que a distinção entre esses dois métodos deixa claro que sem pesquisa empírica não há exposição teórica, mas que a pesquisa empírica não é auto-suficiente, do ponto de vista de Marx:

Os dados empíricos, por mais rigorosamente que sejam coletados, permanecem presos às ilusões e inversões ideológicas das representações imediatas dos objetos sociais. Eles precisam, portanto, ser interpretados e

¹⁴ Esta obra, a que nos referimos, intitulada de *O Marxismo passado e presente*, faz uma abordagem crítica do marxismo. O autor faz uma reflexão do que considera aspectos mortos no marxismo, como a ditadura do proletariado, a simplificação da luta de classes e a visão instrumental do Estado; e aspectos vivos no marxismo, como a crítica da alienação, a crítica da exploração capitalista e a questão do método dialético.

¹⁵ Marxismo é uma vigorosa corrente política criada por Marx, que inspira movimentos sociais e organizações partidárias. Uma política que concebe a classe operária como a única capaz de transformar a realidade mediante a revolução social, conduzindo a humanidade a uma sociedade sem classes, sem exploradores, nem explorados. Nessa discussão Marx rompe com a cientificidade e faz uma reflexão doutrinária. Para nós, não interessa essas proposições de doutrinamento, mas não deixa de ser relevante expor essa idéia revolucionária que Marx carregou em seu seio como algo imutável e precioso. No limiar desse pensamento, seu objeto de investigação está centrado no regime de produção capitalista e as relações de produção e de circulação que a ele correspondem ou mais precisamente as leis naturais de produção capitalista que operam e se impõe como férrea necessidade.

convertidos pela mediação teórica, ou seja, os dados imediatos devem ser mediatizados pela teoria (p. 26).

Aceitamos essa idéia de complementaridade entre a teoria e a empiria. Tendo a ciência como objetivo fundamental chegar a elucidar fatos no movimento do real, caminhamos pelo viés da práxis, utilizando particularmente o método dialético como norteador em nosso processo de investigação científica.

Pensando a práxis, relembremos uma frase de Marx (1987), na qual nos apoiamos: “Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios, que induzem às doutrinas do misticismo, encontram uma solução racional na *práxis* humana e no compreender dessa *práxis*” (p. 162).

Ora, não há como captar nosso objeto a partir apenas da intuição e da teoria. O estudo das *redes sociais de migração* seria incompleto e sem fundamento se analisado sem relacionar com o que está em sua volta, ou seja, elas foram criadas em decorrência de variados fatores, sendo estes provenientes de diversas causas e assim é a história da humanidade. Tudo acontece por uma razão de ser. Portanto, a práxis é essencial em nossa investigação, pois como diz Marx (*op. cit*): “é na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade ou não-efetividade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica (p. 162)”.

O método dialético¹⁶ de abordagem da vida social foi redenominado de método dialético materialismo histórico, por Marx, para explicar a história das sociedades

¹⁶ Marx utilizou o método dialético para explicar as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos. Ao estudar determinado fato histórico, ele procurava seus elementos contraditórios, buscando encontrar aquele elemento responsável pela sua transformação num novo fato, dando continuidade ao processo histórico. A dialética de Marx postula que as leis do pensamento correspondem às leis da realidade, não é só pensamento, mas é pensamento e realidade a um só tempo. Georges Politzer (1970) apresenta os diversos aspectos da dialética: A primeira característica do método dialético se refere à *Lei de ação recíproca e da conexão universal*. Aqui se entende uma relação universal em tudo. Exemplificando, a natureza é um todo em que todas as manifestações naturais estão relacionadas entre si: “Nem a natureza, nem a sociedade são um caos incompreensível; todos os aspectos da realidade prendem-se por laços necessários e recíprocos” (p. 43). “Tudo se transforma” faz parte da segunda característica, a chamada *Lei da transformação universal e do desenvolvimento incessante*, onde a dialética se prende ao movimento das coisas: “(...) vê a natureza não como um estado de repouso e imobilidade, de estagnação e imutabilidade, mas como um estado de movimento e mudanças perpétuas onde sempre qualquer coisa nasce e se desenvolve, qualquer coisa se agrega e desaparece” (p. 45). A mudança qualitativa é a terceira característica. O novo passa a ter relevância a partir de uma acumulação gradual de pequenas mudanças quantitativas: “É a passagem de uma qualidade para outra, a passagem de um estado para outro; existe uma relação entre as mudanças quantitativas e as mudanças qualitativas” (p. 58). A quarta e última característica da dialética está centrada na luta dos contrários. A mudança ocorre porque há contradições na natureza que se opõe: “A causa fundamental do desenvolvimento das coisas não está fora delas, mas dentro delas, na natureza contraditória, inerente a essas mesmas coisas” (MAO TSE TUNG *apud* POLITZER, *op.cit*, p. 71).

humanas, em todas as épocas, através dos fatos materiais, essencialmente econômicos e técnicos.

Marques (*op. cit*) afirma que: “O método – a dialética – cujo centro primordial é a categoria da totalidade concreta, evoca uma concepção de realidade eivada de contradições e em movimento” (p. 57).

Este pensamento pondera que nenhum fenômeno será compreendido se analisado isoladamente e independente dos outros. Eles são processos e não coisas perfeitas e acabadas; estão em constante movimento, transformação, desenvolvimento e renovação e não em estagnação e imutabilidade. O mundo não pode ser entendido como um conjunto de coisas pré-fabricadas, mas sim como um complexo de processos.

Vendo a migração pela ótica do método dialético materialista e histórico, podemos dizer que esse fenômeno complexo, a migração, está sempre em mudança e desenvolvimento. Os processos migratórios são milenares e, ainda hoje, repercutem em todos os lugares do mundo em suas diferentes formas, acompanhando, assim, as mudanças nos processos produtivos e nas visões de mundo. As migrações são permeadas de contradições, onde os seres que a praticam agem de acordo com as condições existentes.

As migrações, em nosso país, têm um caráter acentuadamente compulsório. O migrante é povo expropriado e, por isso, forçado a uma peregrinação constante em busca de trabalho, renda e melhores condições de vida. Há, evidente, casos em que pessoas, grupos e famílias se deslocam por outros motivos, como o turismo, comércio e visitas e permanecem nos lugares diferentes de suas origens. Mas estes são fatos menores se comparados ao volume das migrações de pobres trabalhadores que brutalmente se vêem obrigados a um permanente vaivém pela sobrevivência.

A migração, numa conexão universal, é fruto de um sistema econômico de espoliação, que visa aumentar ao máximo os lucros das empresas privadas e condena à itinerância constante da grande parte da população mais pobre. Seguindo essa lógica, o capital se transforma no centro da sociedade. Assim, é preciso que exista o migrante, o desempregado para que o sistema produza. É como se a saúde do capitalismo estivesse subordinada ao empobrecimento dos trabalhadores. Estes são sacrificados para que o capitalismo sobreviva.

É necessário, portanto, trabalhadores circulando de um lado para o outro, funcionando como um “exército de reserva”, pronto a mendigar uma dura

sobrevivência. Com isso, permite-se uma concentração galopante do capital e da renda, acompanhada de uma queda na qualidade de vida das massas trabalhadoras.

Em linhas gerais, a migração não é um fenômeno natural e espontâneo, mas sim provocado por estruturas injustas sejam elas, econômicas, políticas, sociais e ideológicas, as quais privilegiam as classes dominantes condenando milhões de famílias aos malefícios causados pela insensatez, o descaso e a opressão.

Diante dessas características, os imigrantes provocam redes sociais construídos na sociedade civil, caracterizados por troca de informações, atenções, ajudas e serviços que substituem ou complementam ações de proteção social, de convivência ou de inserção no mundo do trabalho.

Embebidos pela dialética marxista, nossa investigação se objetiva estudar essas redes sociais de migração, pesquisando alguns casos específicos de imigrantes através de suas histórias de vida, analisando qualitativamente suas trajetórias, para perceber o funcionamento dessas redes, e o espaço que elas ocupam em nossa sociedade.

CAPÍTULO II – OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS COMO RELAÇÕES DE PODER NO CAPITALISMO

A migração é um movimento contínuo de grupos sociais diferenciados, entre estruturas específicas, interagindo entre si, respondendo à dinâmica econômica sócio-espacial da sociedade, cujas intra e inter-relações determinam a dinâmica do processo. Todo lugar é ao mesmo tempo lugar de origem e lugar de destino dessas pessoas que migram; esses pontos de passagem têm maior ou menor capacidade para reter a sua própria população e a que por ali passa. Fatores estruturais fazem com que determinados grupos sejam menos favorecidos, e para os quais a migração torna-se um escape para sua própria sobrevivência, uma estratégia de reprodução social. Valentei (1987) vai afirmar que:

O meio geográfico é importante porque gera a base material para a produção do espaço, e as relações sociais e de poder são as que determinam a produção no espaço. Ou seja, o conteúdo e a forma do espaço possibilitam a sustentabilidade no lugar ou de mobilidade populacional (p. 78).

Este autor quer dizer que não são as diferenças pessoais que explicam as relações sociais. Levando esse argumento para analisar o processo migratório, podemos dizer que as transformações espaciais das áreas freqüentadas por determinados grupos sociais, em distintos períodos históricos, são conseqüências das transformações econômicas e sociais do espaço geográfico. Não do espaço físico absoluto, mas do espaço produzido pelo trabalho humano na sua relação com a natureza.

É por meio da interação dos seres humanos com a natureza e entre si, na busca em atender suas carências¹⁷, onde se dá a origem da vida material. Diferente dos animais que atuam de forma inconsciente e imediata, os homens procuram dominar a própria natureza mediante uma ação consciente e de acumulação, a partir do estabelecimento de relações sociais.

¹⁷ Essas carências se referem às leis mais gerais da evolução social. Segundo Marx, os homens precisam comer, beber, vestir-se, abrigar-se, ou seja, reproduzir suas condições materiais de vida. Enquanto fazem isso, eles, como classes, desenvolvem as instituições políticas, as concepções jurídicas, as idéias e os valores. É o modo de produção que constitui a base do regime social e determina seu caráter, inclusive na forma de organização da sociedade. A história do desenvolvimento da sociedade é a história do desenvolvimento da produção. Mas, para Marx não é suficiente afirmar que na produção os membros da sociedade apropriam-se dos produtos da natureza para as necessidades humanas; que os homens criam objetos que correspondem às suas necessidades; que tudo começa na produção. Para ele a pessoa se objetiva na produção, esta é também imediatamente consumo das forças vitais do próprio indivíduo que trabalha mediante esforço físico.

A base das relações sociais são as relações de produção¹⁸, estas indicam a quem pertencem os meios de produção e expressam as relações que os homens travam entre si, no processo de trabalho. Sendo estas a categoria central nas relações sociais, encontramos que o trabalho é essencial nas relações dos homens com a natureza e com os outros homens, porque esta é sua atividade vital.

Nesse contexto de relações de produção e forças produtivas, podemos dialogar com Marx sobre nosso objeto, discutindo a vida material e sensitiva do imigrante trabalhador, suas percepções sobre a vida (superestrutura), fundadas em suas necessidades econômicas (infra-estrutura).

2.1 Bases materiais e sociais da migração

A infra-estrutura, como a vida material do imigrante trabalhador, pode ser interpretada como as condições existentes no local de origem, as quais são insuficientes, para ele, porque não permitem sua sobrevivência de acordo com seus interesses e desejos. Ao mesmo tempo, tem-se a superestrutura que é a valorização do lugar de destino, onde o imigrante sonha em encontrar empregos melhores remunerados, maiores possibilidades de ascensão, condições de trabalho satisfatórias e atividades mais diversificadas.

Essa relação que envolve infra-estrutura e superestrutura tem como característica fundante o ponto de partida, para Marx, que é a produção, sendo esta a principal atividade do trabalhador, a manifestação de sua própria vida. Com as palavras de Marx (1987):

(...) na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independente de suas vontades, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais (p. 29).

¹⁸ As relações de produção correspondem a períodos determinados de desenvolvimento das forças produtivas, compondo a infraestrutura econômica que determina, em última instância, a superestrutura jurídico-política e ideológica. A superestrutura é constituída por espécies de produtos que não têm forma material: as instituições jurídicas e políticas, as ilusões, os modos de pensar, os códigos morais e por determinadas formas de consciência social, a ideologia. Portanto, a visão que temos do mundo e a nossa psicologia são reflexo da base econômica de nossa sociedade. As idéias que surgiram ao longo da história se explicam pelas sociedades nas quais seus mentores estavam inseridos. O marxismo adotou o termo infra-estrutura para designar a base material ou estrutura que na verdade é o fundamento sobre o qual se constituem as instituições políticas e sociais. Para Marx, é formada por forças produtivas (que são as ferramentas, as máquinas, as técnicas, as terras, o próprio capital, a força de trabalho e tudo aquilo que permite a produção) e por relações de produção (relações entre os que são proprietários dos meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho).

Na migração, homens e mulheres independente de seus desejos e vontades, condicionados pela busca de sobrevivência, estabelecem relações determinadas pelas condições históricas e pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Sendo assim, ao desenvolverem a sua atividade laboral e o seu comportamento social, os imigrantes trabalhadores à medida que se influenciam e se deixam influenciar através da cultura e dos costumes, eles modificam a realidade, seu pensamento e os produtos de seu trabalho.

Ao chegar à cidade de destino, os imigrantes trabalhadores se relacionam com o que já existe no local. É nesse embate que as condições sociais de existência são estabelecidas, pois os mesmos necessitam de trabalho, de educação e saúde, dentre outras coisas, se reproduzirem como seres humanos.

Esse confronto não é característico apenas das relações entre imigrantes e naturais, pois os conflitos de interesses são acontecimentos freqüentes e próprios do sistema capitalista. É nesse desenvolvimento das forças produtivas que podemos identificar as contradições entre aqueles que são proprietários e os não proprietários dos meios de produção. Portanto, o que particulariza esse grupo de imigrantes trabalhadores é que estes além de estarem na condição de não-natural, ainda não possuem os instrumentos e meios para a sua reprodução.

Dessa forma, tais conflitos se resolvem em favor da produção capitalista e, assim, surgem novas contradições nas produções. Com isso, a superestrutura também se modifica e abre-se possibilidade de revolução social, como diz Marx.

As revoluções sociais são geradas pelas contradições entre as relações de produção que estão atrasando o avanço das forças produtivas. Esse movimento das relações econômicas desdobram-se de modo dialético, mais precisamente, no conflito de classes. Por isso, para Marx, a história é principalmente a história das lutas de classes.

Esses acontecimentos fazem parte do capitalismo, um sistema apresentado como uma relação social. Esta é consolidada, por seu turno, pelo predomínio da produção industrial que subordina os outros setores, como a produção agrícola, à sua dinâmica, com o crescimento da divisão do trabalho, com imenso desenvolvimento das forças produtivas e com uma subordinação crescente de toda a vida social a esse sistema de geração de riquezas não repartidas com os trabalhadores.

A dinamização presente nessa relação social envolve capitalistas e operários ocorrendo em diferentes locais e situações. Sua dinâmica não pode ser reduzida a um único espaço nacional: não surge circunscrita e, sobretudo, amplia-se constantemente,

expandindo sua modalidade própria de relação social de produção. A história do capitalismo não se encontra previamente limitada por fronteiras políticas, geográficas ou de qualquer outro tipo, mas ao contrário, tais fronteiras foram rompidas sistematicamente.

Seja entre trabalhadores imigrantes e não imigrantes e entre os primeiros e os patrões, essa relação, em geral, está permeada de conflitos, diferenças e rejeição. Ao imigrante que sonha em suprir necessidades que ficaram vazias estão reservadas muitas surpresas, principalmente no campo do trabalho, onde as condições são adversas.

As contradições encontradas nesta relação são aguçadas, visto que aqueles que vêm de diversos lugares são vistos como “intrusos”, têm condições de trabalho precárias, sofrendo dificuldades na vida material e social. Na maioria das vezes, eles têm que superar a discriminação e a rejeição por parte dos moradores locais, pois aos poucos eles tomam consciência de que sua situação de imigrante e de gente diferente, de fora do lugar, alienado. No seu cotidiano, eles percebem a migração como um processo conflituoso no campo do trabalho e na relação com o capital, concretizado no mercado de emprego.

E se os mesmos forem pobres e negros são, todavia mais discriminados, evidenciando as desvalorizações que estes segmentos sociais sofrem. Esses agravantes perpassam relações de produção que serão firmadas independente de qualquer coisa. Vejamos alguns exemplos da condição de imigrantes, dos entrevistados desta pesquisa:

Quando cheguei aqui em Fortaleza passei quase um ano chorando quase todo dia. Imagina aí, mulher, negra e do interior, só podia arranjar emprego em casa de família. Mas, o problema não é nem o tipo de trabalho, mas as humilhações que você sofre. Hoje estou melhor, aprendi a fazer unha e hoje as pessoas me dão mais valor. Mas eu tenho é pena de quem inventa de vir pra cá. Mas eu não posso reclamar, apesar de tudo que passei, acho que faria tudo de novo (Imigrante 7 – vinda de Novo Oriente, interior do Ceará)¹⁹.

Nesse exemplo, a imigrante trabalhadora reconhece a existência do preconceito de cor e de gênero. Sua reação a essa condição social é o sofrimento individual e sua resolução do problema é a aquisição de uma habilidade profissional – manicure – pouco valorizada no mercado. Sua grande insatisfação com o local de destino era sua inicial

¹⁹Esse depoimento faz parte de uma outra pesquisa, realizada pela autora na graduação sobre Migração, gênero e mercado de trabalho e que foi aproveitado aqui, complementando a pesquisa específica de Mestrado. Ver na bibliografia Guerra (2002).

situação de humilhada, superada por uma atividade profissional de baixo rendimento, ou seja, sua condição de imigrante ainda é de precária inserção no mundo do trabalho.

No desabafo a seguir, notamos a força que existe no não reconhecimento do lugar de destino como o seu lugar. Nessa fala percebemos a *rede familiar de migração* funcionando mais impotente para resolver o sentimento de desamparo. A saudade do lugar de origem é ressaltada quando a imigrante valoriza os laços de amizade que tinha lá. A questão de gênero é perceptível na valorização sobre o papel da mãe que protege seus filhos acima de seus problemas pessoais. Assim, a mãe como protetora teve que lutar além de tudo por uma adaptação favorável e sem traumas para os filhos:

Sinceramente me sentia um peixe fora d'água. Por mais ajuda que eu tivesse recebido de parentes a adaptação aqui foi difícil. No meu interior conhecia todo mundo. Aqui, ninguém conhece ninguém. Por muitas vezes tive que me fazer de forte para meus filhos não notarem que eu estava sofrendo. Eles chegavam ao colégio e diziam que muitos colegas faziam imitações, principalmente como eles falavam. Só em saber que eles sofriam, eu sofria também, mas ficava só pra mim. Hoje já está tudo bem. Muita gente de lá já veio pra cá e hoje nem penso em voltar para o interior. Só se for para visitar os que lá ficaram (Imigrante 1 – Senhora de 72 anos vinda do Baixo - CE há mais de 40 anos).

Nesse outro relato, a imigrante fala sobre a discriminação sofrida relativa ao sotaque de quem não é do lugar, preconceito que não poupa nem os mais jovens. Essa intolerância diferencia os imigrantes dos não imigrantes, não os reconhecendo como membros do grupo, no caso, escolar. Diante dos diversos problemas apresentados pela informante, observamos que ela se acomoda ao lugar de destino quando a *rede fraterna de migração* passa a funcionar, com a chegada de outros iguais a ela, vindos do interior, permitindo com isso, o seu reconhecimento como membros de um grupo social.

Neste próximo exemplo vemos a importância da *rede familiar de migração* na adaptação do imigrante. Aqui, também, a entrevistada reforça a idéia da existência de algum tipo de rejeição ao imigrante trabalhador, que no caso ocorre em intrigas pela disputa no mercado de trabalho. Percebemos que condição de imigrante motiva as desavenças com os outros trabalhadores que competem no local de trabalho. Afirmam que se trata de preconceito porque a imigrante tinha anos de estudo e cursos de especialização adequados para exercer suas funções profissionais questionadas injustamente pelos colegas.

Minha adaptação aqui em Fortaleza não foi difícil porque quando eu vim pela primeira vez, era criança, e quando eu voltei de Natal minha família já estava toda estabilizada e não sofri nenhum problema, mas em Natal passei por alguns atropelos. Vou ser breve e ir direto ao ponto: após ter me

formado lá em pedagogia, fiz uma especialização na parte administrativa, pois já fazia alguns anos que eu trabalhava no escritório do hospital (...). Mas o problema é que, mesmo depois de alguns anos lá, fui rejeitada e criticada por parte de colegas de trabalho ao ser promovida e ter recebido algumas regalias por parte do diretor do hospital. Escutei várias vezes comentários afirmando que o cargo deveria ter sido dado para uma nativa e não para alguém que vem de fora. Mas, não dei ouvidos. Recebi o cargo por méritos e não, por favor, (Imigrante 3 – Senhora de 53 anos. Nasceu em Teresina - PI, mas morou em Fortaleza, depois Natal e retornou há 10 anos para Fortaleza).

Analisando do ponto de vista das contradições no seio da classe trabalhadora, nós vamos encontrar as disputas pelo mercado de trabalho, travadas pelo trabalhador individual, desprovido de consciência de classe e de valores de classe. Assim, ele luta pelo o quê ele acha que é direito dele, mesmo que torne o seu igual - o outro trabalhador – despossuído de trabalho.

Essa competição egoísta explica os casos de falta de solidariedade entre trabalhadores naturais do lugar e os imigrantes. Os primeiros vêm nos segundos, refletindo as concepções capitalistas, aqueles que podem roubar seus postos de trabalho. Tal visão equivocada é semeada pelas argumentações patronais, criando desavenças e disputas no seio da classe trabalhadora.

No exemplo seguinte identificamos uma nova dificuldade vivenciada pelo imigrante: a da comunicação dificultada pelo desconhecimento da língua falada no lugar de destino. Neste aspecto a *rede de trabalho na migração* funcionou como uma forma de adaptação do imigrante protagonista. Entendemos que a contratação de alguém parecido com o patrão, que tinha conhecimento da língua nativa permitiu a comunicação do imigrante patrão com os nativos.

Mesmo sendo um imigrante capitalista e detentor de posses, em seu depoimento foi possível identificarmos alguns preconceitos sofridos por ele: relativos à sua raça diferente e sua dificuldade de se relacionar com as pessoas do lugar.

É interessante observar que o preconceito é sentido tanto pelo imigrante trabalhador quanto pelo imigrante empregador, evidencia um fenômeno social que ultrapassa a questão de classe social, estendendo-se a todos os diferentes.

A maior dificuldade para mim foi a língua. Mas, nada melhor do que o dia-a-dia para ir aprendendo. O engenheiro que contratei para ampliar meus negócios na praia tinha uma noção e muito me ajudou. Outro aspecto negativo que senti foi a forma de olhar das pessoas. Como minha atual esposa é negra, sentia e ainda sinto um certo preconceito. Não sei explicar, mas não gosto muito. Fora isso, estou muito bem aqui. (Imigrante 15 –

Senhor alemão nascido na cidade de Hamburgo. Veio para Fortaleza de férias, em 1992, mas logo despertou para ampliar seus negócios na cidade).

As outras dificuldades, apontadas nesse caso, têm uma maior possibilidade de superação. Vejamos que se adaptar a outra língua foi sendo superada com o tempo e o incômodo que o imigrante sentia com relação à sua companheira, que era negra, nada afetou a execução de seus projetos. Tratava-se, apenas, de uma rejeição que o mesmo não gostava.

Estes são apenas alguns exemplos os quais podemos identificar formas de discriminação, sujeição e até visões diferentes. Algumas das dificuldades apontadas podem ser superadas num menor prazo, outras são próprias das relações entre os homens que são inerentes ao processo de produção capitalista, ou seja, essas dificuldades não são próprias dos imigrantes por serem imigrantes, mas da classe trabalhadora por ser explorada e desvalorizada no processo produtivo.

Cavalcante (2002) afirma que os imigrantes sabem dos problemas que irão enfrentar no lugar de destino, por isso, muitos vão com uma disposição de trabalhar em troca de um a dois salários mínimos, contanto que tenha carteira assinada, ganhe experiência como trabalhador num centro mais dinâmico, e compre alguns bens de consumo que almejam para si e/ou para sua suas famílias. A autora salienta que esses migrantes:

(...) vão em busca de resolver, enfim, o problema da estagnação em que vivem [...] onde a circulação de mercadorias, oportunidades de trabalho e de dinheiro, em muitas situações, está restrita à apropriação e ao consumo daqueles segmentos médios e superiores da sociedade, de quem recebem apenas migalhas e favores (p. 158).

Os imigrantes, podem até ter essa percepção, mas eles não têm consciência de classe, se deixam levar pelas circunstâncias próprias das condições de trabalho. Mesmo se submetendo à condição de exploração, ainda assim se sentem confortáveis, pois sua situação atual apresenta-se melhor que a anterior. O fato de estarem no mercado de trabalho, na cidade de destino, recebendo direitos e podendo possuir bens, como utensílios domésticos, traz uma satisfação não alcançada no local antes vivido.

Complementando essa idéia da busca pela sobrevivência, onde homens e mulheres não medem as conseqüências das possíveis adversidades a serem enfrentadas, as autoras Araújo e Carleial (2001) vão dizer que:

A facilidade com que esse imigrante sai de uma alternativa de vida para outra em diferentes lugares demonstra aquilo que a literatura comenta a respeito dessa predisposição do migrante para o movimento em busca de trabalho (p. 36).

Bessera (2003) que estuda os imigrantes brasileiros em Los Angeles, afirma que os “latinos” ou “hispanicos” são categorias ligadas à idéia de pobres e isso para os Estados Unidos é visto de maneira negativa: “A transformação em latinos, portanto, é um dos problemas mais difíceis com que os brasileiros têm de lidar no seu processo de integração” (p. 237).

Ao chegar num lugar estranho as pessoas se sentem, inicialmente, deslocadas e diferentes. As redes sociais de migração, criadas pelos homens e pelas mulheres, além de promoverem uma melhor adaptação no local de destino, também amenizam a relação permeada de conflitos entre os migrantes e não-migrantes. O contato com as pessoas naturais (aquelas nascidas no local de destino dos imigrantes) é imprescindível para que os não-naturais (os imigrantes) possam se sentir, aos poucos, fazendo parte de um mesmo grupo.

Carleial (2002a) aponta sobre esta relação, afirmando que:

O processo migratório faz parte da reprodução da base material da sociedade, pois influencia o mercado de trabalho e a produção da riqueza local. Os imigrantes relacionam-se com os não-migrantes, e, estabelecem elos contraditórios, de competição e de solidariedade. Esse processo, também, produz idéias, discursos e representações sobre os homens migrantes, resignificando seu modo de pensar e de viver o mundo (p. 36).

A produção de diferentes idéias e discursos sobre a relação entre imigrantes e nativos decorrem da forma como eles se inserem no mundo do trabalho e na vida social, em geral. Há nessa relação, mesmo a partir de características contraditórias uma troca de informações, modos de vida e idéias, onde os envolvidos influenciam e se deixam influenciar. A migração é um movimento que expressa essa produção da base material e social desse segmento populacional, por lidar com fatores que modificam e produzem o espaço, seja pelas relações de poder, seja pela solidariedade.

Nos depoimentos citados anteriormente, nos referimos à questão das dificuldades de adaptação que o imigrante enfrenta, mas vale ressaltar que isso ocorre de maneira mais nítida e aguçada, pela existência de parcelas de poder nas relações pessoais capitalistas, sendo mais comum entender essa categoria como mais uma propriedade das classes dominantes. Nesse trabalho defendemos que o poder está

espraiado desigualmente na sociedade, concentrando-se nas mãos dos capitalistas e de seus defensores.

2.2 Exercícios do poder nas migrações

Para Marx o poder estava diretamente vinculado às relações de produção. Os burgueses exerciam uma dominação e, por isso uma exploração sobre os trabalhadores, e a única forma de evitar esse poder opressor era a instauração da propriedade coletiva dos meios de produção.

Mas, diz Foucault (1993), que o poder é um conjunto de estratégias em movimento nas práticas, técnicas, discursos, crenças, corpos e instituições. Não se possui poder, ele é exercido. Não é o resultado do privilégio de nenhuma classe, mas o efeito das posições de classe, dos grupos e dos próprios indivíduos.

O enfoque foucaultiano concebe de forma totalmente revolucionária o poder, entendendo-o como uma produção social. O Estado como eixo do poder é somente o terminal que faz refluir os micros poderes difusos, multiplicados, elementares, profundamente mais perigosos que o “poder público”.

Segundo Foucault (*op. cit*), não devemos buscar o poder num ponto central, num foco último de soberania do qual irradiam formas derivadas e descendentes, mas nas relações de forças múltiplas que se formam e atuam na produção, repercutindo nas famílias e nos indivíduos, que se expressam em todos os espaços. Sobre o assunto afirma Machado (1993):

(...) os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (...) o poder não é algo que se detém a uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. (...) é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. (...) não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. (...) deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede (p. XIV).

Para Foucault, devemos perceber que a partir das lutas cotidianas e dos embates quase imperceptíveis é que delineamos as malhas finas da rede de poder, isto é, uma micro física do poder. O processo de dominação e, também, de resistência dão-se a partir de linhas quase invisíveis, mas que fazem parte do cotidiano e das múltiplas formas de convivência, nos meandros das relações sociais. Tendo a idéia de poder como

algo que se produz em rede, num cenário em que o “sujeito social”, o “ator da história” aparece como agente propagador de sua força e não apenas como receptor de estímulos externos.

Não encontramos antagonismo entre Foucault e Marx porque para este último o poder é desigualmente exercido pelos indivíduos, dessa forma, a sua essência está na relação de classe, sendo a classe dominante detentora desse poder que espraia sobre os outros, e, estes, quando refletem o poder dominante, reproduzem a dominação em todos os lugares. Aqueles que resistem, exercendo um contra poder ao dominante, constroem um novo poder que, por sua vez, também, se espraia na sociedade, em todos os lugares.

A seguir apontamos alguns exemplos, nos depoimentos em que claramente percebemos as redes de poder no cotidiano do imigrante, interligando-se com as interconexões da migração:

Quando eu decidi ir para Santarém, tinha casa e trabalho, mas ficava pensando que não seria fácil, pois eu ia morar na casa da família do meu patrão. Uma casa que ficava em cima da loja dele. Eu praticamente não tinha liberdade. Fechava a loja, só fazia subir e tinha que conviver o dia todo com pessoas que por ter me dado a mão tinha que aceitar tudo. É como se o poder estivesse sempre em cima de mim. Tinha medo de fazer qualquer coisa que pudessem desagradá-los. Ainda agüentei essa situação por um bom tempo, até morar com uma amiga em uma *kitinete*²⁰. Mas, no trabalho ainda devia respeito, obediência e satisfação. (Imigrante 5 – Jovem de 27 anos. Nasceu no interior do Baixo e veio para Fortaleza com apenas 10 anos de idade).

Como vemos, as relações de poder vividas por essa depoente se apresentam ligadas à *rede de trabalho na migração*. A imigrante foi a Santarém- PA com trabalho garantido, mas depois percebe que junto ao emprego estava a falta de liberdade, como ela mesmo diz. Nessa *rede de trabalho na migração*, veio à tona a sujeição do trabalhador ao patrão. Nesse caso o agravante é que além da convivência no ambiente de trabalho ser permeada de dominação, ao chegar no espaço da casa, essas relações se reproduziam talvez não da mesma forma, mas com tamanha intensidade. A obediência e a satisfação faziam parte do seu cotidiano em ambos os espaços, mostrando assim que o poder está em vários lugares e se apresenta de diferentes formas, mas sob a lógica do capital.

²⁰ *Kitinete* é uma derivação da palavra inglesa *kitchenette*, que quer dizer uma cozinha pequena ou reduzida, ou parte de um compartimento ou armário dispostos como cozinha, características dos apartamentos de quarto e sala ou conjugados (Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Editora Nova Fronteira S/A. Rio de Janeiro, 1988).

O processo de dominação tem seus tentáculos em todos os canais de reprodução do discurso elitista, mas nota-se que ele se dá através de redes de poder que são delineadas no cotidiano e nas múltiplas ações dos homens; também se percebe o processo de resistência sendo articulado através dessas mesmas redes de poder, isto é, a resistência acontece nas múltiplas ações humanas, que tanto podem ser visíveis quanto invisíveis.

Outra forma de poder que diagnosticamos nos depoimentos encontra-se na diferença entre sexos. Mais uma vez abordamos a questão de gênero, desta vez nas relações de dominação e subordinação, como por exemplo:

Fui criada numa família onde o chefe que tínhamos que obedecer era meu pai. Quando casei, fazia tudo, mas tudo mesmo para meu marido. Quando ele se mudava de cidade, era uma novela, pois eu tinha que arrumar tudo e ir atrás dele. Moramos em tantas casas, que não dá nem pra contar. Mesmo que eu não tivesse vontade tinha que ir. Meu marido, né, eu tinha que acompanhar. Eu tinha que obedecer a ele. (Imigrante 11, Senhora de 82 anos. Nascida no Cedro, morou em mais de cinco cidades diferentes).

Nesse trecho de uma das entrevistas realizadas, vemos como funciona a *rede de casamento na migração* com seus elos de constrangimento e opressões. Essa imigrante afirma o poder dos costumes onde a mulher obedece e segue seus maridos independente de suas vontades. Essa protagonista migrava, sistematicamente, para manter seu matrimônio estável, submetendo-se a uma ordem social não questionada por gerações e gerações.

De uma forma mais gritante, temos outro exemplo de mulher idosa que mantém viva numa época em que o machismo era mais direto e as mulheres não tomavam nenhuma atitude mais enfática quanto a essa situação de submissão:

Mesmo que eu tenha sofrido com as coisas do meu marido, fazia tudo de novo. Pode ser onde for, na cidade ou no país que for, a mulher deve obediência ao marido sim. Tem que servir. Acho triste essas mulheres de hoje que querem mandar no marido (Imigrante 4 – Senhora de 92 anos, nascida no interior de Bom Jesus, morou em Teresina e vive em Fortaleza há mais de 40 anos).

Mas essa negação da independência da mulher casada não é constante nos depoimentos dos protagonistas de nossa pesquisa. Há casos em que a mulher resiste, apoiada em *rede familiar da migração* rompendo com as amarras de um casamento baseado na opressão do poder econômico do marido, como é o caso da seguinte citação:

Quando eu vim para Fortaleza, achei que muitas coisas iam mudar, principalmente meu marido. Mas que nada, aqui sofri do mesmo jeito, acho que mais ainda. Homem com dinheiro é pior, só serve pra arranjar mais mulher. Passei muito sofrimento por causa das estupidez dele. Bater ele nunca me bateu, mas as humilhações eram outras. Eu chorava tanto. Acredita que ele trazia mulher para dentro dessa casa e elas ainda comiam do que eu fazia?! Pelos meus filhos eu tive que agüentar. Mas foi só eles crescerem e me ajudarem com dinheiro me separei (Imigrante 2 – Senhora de 71 anos, nascida em Santa Quitéria que mora em Fortaleza há mais de 45 anos).

É viável salientar que a situação de aceitação ou rejeição à opressão masculina, por parte de mulheres, não é prerrogativa de imigrantes, pois outras mulheres não imigrantes também passam por isso. O que trazem de especial é que no caso dos imigrantes a situação é duplamente desfavorável, pois além da discriminação de gênero eles sofrem preconceito pelo fato de serem de um lugar de origem diferente do lugar onde moram.

Essas falas denotam um aspecto subjetivo, ou seja, quando ocorre a migração seja por parte da mulher ou do homem, há sempre uma perspectiva de mudanças para melhor. Há uma esperança de que a vida seja melhor que a anterior, em todos os sentidos. A esposa ou companheira, nessa situação, embora migrando contra sua vontade, e muitas ficando longe de seus familiares, acabam cedendo para o suposto bem de sua própria família, na perspectiva de prosseguir sua vida de uma outra forma.

Nem todas as falas das mulheres entrevistadas denotam apatia. Algumas mulheres não aceitam com passividade certas atitudes do sexo oposto, principalmente quando elas adquirem relativa independência financeira. Vejamos dois depoimentos que comprovam isso:

Desde criança trabalhei para ajudar meu pai. A gente se mudava muito procurando viver melhor. Já colhi café em Baturité, já cuidei de plantações num sítio em Guaramiranga, e já plantei algodão também na cidade da Caridade. Meus estudos foram nas escolas mais precárias, mas nunca deixei de estudar. Meu pai veio para Fortaleza trabalhar em um Hotel, perto da Rodoviária e logo conseguiu um emprego pra mim. Lá sofri algumas humilhações no começo, mas aos poucos fui me dando bem com todos. Quando eu casei, eu já tinha um bom dinheiro guardado. Reformei quase toda a casa e comprei muitas coisas que me agradavam. Pra mim, estudar, trabalhar e ter minhas coisas era uma situação confortável, pois meu marido não tinha autoridade pra mandar tanto em mim. Eu não precisava dele. Quando eu não quis mais, não foi difícil sair de casa, quer dizer, botar ele pra fora. A casa era mais minha do que dele. Acho que a mulher tem que trabalhar mesmo, senão o marido monta mesmo. (Imigrante 6 – Jovem de 33 anos, nascida em Canindé – CE. Mora em Fortaleza há mais de 10 anos).

Ai de mim de não fosse meu dinheiro. Fui casada durante muitos anos. Amei muito meu marido, mas posso dizer que sofri com suas atitudes. Meus filhos ainda eram pequenos e eu não queria que eles sofressem, mesmo que meu dinheiro desse para nos sustentar. Sempre trabalhei e estudei mesmo contra a vontade do meu marido, mas hoje é conselho que dou: mulheres não devem deixar de trabalhar e estudar, nada de ficar em casa fazendo tudo pelo marido, eles não dão valor. Depois que me separei, tive outros relacionamentos muito bons, mas por algumas razões não deram certo. Não posso negar que às vezes sinto falta, mas nada melhor que ocupar a mente com o trabalho e meus cursos que faço um atrás do outro (Imigrante 9 – Senhora de 58 anos, nascida em Nova Russas – CE. Apesar de suas idas em vindas está em Fortaleza com tempo ininterrupto por três anos).

Essas atitudes, presentes em mulheres contemporâneas, ajudam a amenizar as relações desiguais de poder entre os sexos. Com a independência feminina, ela migra mais em busca de uma melhor condição, tem mais autonomia para tomar decisões próprias, mesmo que isso não altere a diferença entre os salários quando homens e mulheres ocupam o mesmo cargo ou função (GUERRA, *op.cit*, p. 41).

Tal disparidade entre os gêneros significa que a produção econômica e seus produtos mentais, tais como a desvalorização da mulher trabalhadora, são desigualmente desqualificadores da classe trabalhadora, prejudicando mais os imigrantes quando comparados aos “naturais”, e dentre os imigrantes, as mulheres quando comparadas aos homens.

Assim, embora, exista uma luta pelo avanço nas relações fraternas entre os sexos ainda está longe uma maior mudança significativa nas redes desiguais de poder de gênero, pois a raiz “podre” dessa questão se encontra no processo capitalista de desenvolvimento que produz relações de dominações entre as classes fundamentais da sociedade, constrói redes de poder e de dominação que vão sendo reproduzidas nos micro espaços de convivência dos grupos sociais, na família, na vizinhança, e entre os gêneros.

2.3 Migração nos contextos nacional e local

A contextualização da migração nos espaços nacional e local garante à análise, sobre este fenômeno, uma amplitude necessária ao mesmo tempo que a situa na conjuntura brasileira, dando-lhe sentido histórico.

Diferentes processos migratórios ocorreram em momentos históricos e espaços diferentes, porque seguiu as mais diversas determinações, sendo elas, principalmente, políticas ou econômicas²¹.

Trataremos aqui das migrações internas no Brasil, que de uma maneira geral, se deram principalmente por motivos econômicos atraindo mão-de-obra para os estados mais industrializados, comparativamente. No Nordeste há o agravante das secas que assolam essa região brasileira, fazendo com que milhares de pessoas abandonem suas casas no sertão nordestino, por falta de alternativa agrícola locais e iludidas pelo crescimento econômico de outros lugares.

Mas não são só as secas de expulsão o homem do campo. Historicamente, pode-se ainda ter outras direções das migrações, como por exemplo, da região Nordeste, para o Norte, como a que se deu, no fim do século XIX, por dois motivos: o início do Ciclo da Borracha e a grande seca que assolou a região. Outro exemplo a ser destacado é a movimentação de migrantes nordestinos e sulistas em busca de uma vida melhor na Região Sudeste do País, importante pólo industrial brasileiro na década de 1970. Em outros casos, a onda migratória de sulistas em direção às grandes áreas verdes com potencial agrícola no Norte e Centro Oeste do Brasil marcou os anos 80.

Hoje, se apresenta um quadro diferente, principalmente com relação ao Estado de São Paulo, palco histórico de chegada de milhões de pessoas, apresentando um saldo migratório em declínio. Em pesquisa recente²² a migração no Estado de São Paulo está se caracterizando por um acréscimo no número de pessoas saindo do estado.

²¹ Sampaio (2002) afirma que no caso da mobilidade da população, esta sempre aconteceu ao longo da história da sociedade humana: “(...) como mostra o exemplo de Moisés, líder que mobilizou seu povo faminto, deslocando-o para a terra prometida por Deus (p. 115)”. O autor ainda cita: os bárbaros que também constituem um exemplo de luta pela sobrevivência e as cruzadas mostrando que tais deslocamentos se repetem ao longo da história da sociedade e objetivam construir novos espaços: “(...) fugir das lutas étnico-culturais, repressões e coerção sobre as mentes, corpos e espaços geográficos” (p. 116). Podemos mencionar mais casos, como a invasão dos bárbaros na Europa, durante o século V; a expansão dos árabes no norte da África, durante o século VIII; a ocupação das Américas pelos europeus, a partir do século XVI; a colonização da Austrália, no século XIX pelos europeus; o tráfico de escravos durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX; o movimento durante a Segunda Guerra Mundial; ou ainda, na década de 1950 com o desenvolvimento do CEE (Comunidade Econômica Européia) houve importante incremento populacional entre os países europeus: os italianos, portugueses, espanhóis vão à procura de trabalho na França e Alemanha, países de rápido crescimento econômico.

²² Essa pesquisa é uma análise de José Marcos Pinto da Cunha, demógrafo e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO), da UNICAMP sobre a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio (PNAD) de 2004. Divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final de 2005. essa pesquisa ainda permite estabelecer, segundo Cunha, um perfil médio do migrante brasileiro e traz dados importantes sobre a intensidade da migração no país como um todo. Ver matéria na íntegra no site: www.comciencia.br/noticias/2006

Cunha (2006) indica que quando comparada ao Censo de 2000, que já sinalizava uma redução do número de pessoas que chegavam ao estado, a migração foi 29% menor. Segundo Cunha, esse fenômeno se deve principalmente à “migração de retorno”: muitas pessoas, que migraram para o estado em busca de melhores oportunidades e não conseguiram se fixar, estão voltando para seus estados natais.

Para Cunha (*op. cit*), a transformação no mundo do trabalho é a grande responsável pela “migração de retorno”. Desde os anos 80, o emprego na indústria e na construção civil vem diminuindo e esses eram exatamente os setores que tradicionalmente absorviam a mão-de-obra pouco qualificada. Além do fechamento de vagas, esse autor chama a atenção para a precarização do trabalho principalmente no setor de serviços.

De acordo com o pesquisador, apesar de ainda atrair migrantes, São Paulo não oferece mais as oportunidades como já ofereceu no passado. Para se ter uma idéia de como esse lugar diminuiu suas possibilidades de ascensão social, a proporção de pobres na região metropolitana de São Paulo aumentou em mais de 200 mil pessoas, como afirmou a economista Sônia Rocha, do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), em entrevista à Folha de São Paulo, no dia 29 de abril/2006.

A PNAD indica que o rendimento em São Paulo, em 2004, foi 5,3% menor que o registrado no ano anterior e que a renda *per capita* dos pobres não chegava na época a um salário mínimo – (R\$250,79): “Mesmo quem está empregado não está necessariamente livre da linha da pobreza”, afirma o pesquisador. “Todos esses fatores dificultam a assimilação do migrante e a inserção dele no mercado de trabalho, por isso muitos optam pelo retorno à região de origem”, afirma Cunha.

Esses dados demonstram que ao sair de seu lugar de origem o migrante, mesmo carregado de esperanças e disposição para o trabalho, na maioria das vezes não encontra aquilo que procurava. Eles vão viver sob a égide do capitalismo, onde a exploração é a mola mostra para o desenvolvimento do sistema. Portanto, a situação de muitos deles não se diferencia de sua condição anterior. Pelo contrário, fica mais difícil ainda, pois longe da família eles passam necessidade, morando em habitações precárias, se alimentando mal, tendo que se submeter as horas de trabalho árduo com um salário que não é suficiente para sua sobrevivência.

Mesmo neste contexto, São Paulo ainda atrai pessoas de diversas regiões do país por ser um pólo industrial importante e de grande concentração de riquezas e, segundo

Cunha, vai continuar atraindo: “O que a PNAD traz de novo é o crescimento do número de pessoas que deixa o estado”, afirma.

De acordo com o Censo 2000, o volume de migrantes que circulam no país caiu de 5,2 milhões para 4,8 milhões, um decréscimo de 7%. A migração de retorno representa 30% dos movimentos entre 1999 e 2004, segundo dados da PNAD 2004, sendo que o Nordeste tem a maior taxa (51%), seguido do Sul com 34%. Isso significa o fluxo de 1,4 milhões de pessoas nesse período. De acordo com a PNAD 2004, grande parte da "migração de retorno" tem como destino os estados do Nordeste. A região apresentou um crescimento de imigração de 19%, sendo que os principais estados responsáveis por este movimento são o Maranhão, com um aumento de 79%, e o Rio Grande do Norte, com aumento de 54%. A PNAD 2004 indica ainda que nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste não houve grandes alterações se comparada ao Censo 2000. Os números mais significativos são relativos à redução da imigração em Rondônia (40%), Distrito Federal (26%), Amazonas (27%) e Amapá (22%). Segundo Cunha, esses dois últimos estados foram áreas de atração de pessoas nos anos 80 e 90, fato que indicava uma tendência de expansão populacional nessas regiões, mas a PNAD 2004 registra que essa tendência não se confirma recentemente.

Scarlato (1987) chama a atenção para um outro aspecto: a transformação da dinâmica da economia espacial brasileira, ou seja, está em andamento um processo de desconcentração industrial em várias regiões do país, “muitas empresas estão saindo de São Paulo e se instalando em outras regiões, como, por exemplo, a Ford que foi para a Bahia”, (p. 41) afirma.

Dessa forma, a desconcentração industrial se reflete em uma desconcentração populacional, por isso muita gente sai de São Paulo. O migrante do começo deste século, no Brasil, é jovem, cerca de 70% possui entre 15 e 49 anos, e a proporção entre mulheres e homens é a mesma apresentada para a população total - 51,3% e 47,3%, respectivamente, segundo dados da PNAD 2004. O migrante é ligeiramente mais escolarizado que a média, mas, de acordo com Cunha, isso é mais um reflexo da faixa etária do migrante do que um diferencial em relação aos não migrantes. “É importante enfatizar que o perfil do migrante reflete o perfil da média nacional”, afirma Cunha. O migrante, portanto, possui a mesma média de escolaridade do não migrante, de idade e existe um equilíbrio entre os sexos o que não corresponde à média nacional, onde existem mais mulheres do que homens. Esse dado é interessante porque refuta o preconceito muito difundido em alguns lugares de que o migrante é pouco escolarizado.

Isso mostra que o migrante é como outro trabalhador, portanto, possui as mesmas características identificando-se com as especificidades daquelas que fazem o mundo do trabalho.

Quanto à escolaridade, o perfil do migrante também varia de acordo com a região. Os estados do Nordeste, com a emigração, apresentam uma perda muito grande de pessoas com satisfatória escolaridade, estimando em 57 mil saídas em oito anos. Por outro lado, o Centro-Oeste recebeu 100 mil pessoas com adequada escolaridade, nesse mesmo período.

Atualmente, o Nordeste está alterando o seu quadro migratório, sendo a modernização das grandes metrópoles e o incentivo fiscal, que o governo de alguns estados oferece aos empresários, responsáveis pela atração de milhares de indústrias à região, fazendo com que o número de emigrantes e imigrantes mantenha-se em um patamar relativamente similar, embora haja um fortalecimento das relações de poder desiguais na inserção desse segmento populacional, nesse sistema de vida e trabalho..

No campo e nas cidades, a desigualdade regional resulta do processo produtivo nacional e de todos os seus efeitos sociais e políticos. O capitalismo é geograficamente desigual em um ou mais de seus termos: lucro, composição orgânica do capital, produtividade do trabalho, salários, custos de reprodução da força de trabalho, tecnologia e mecanização, organização do trabalho e lutas de classes.

As desigualdades vão emergir como particularidades geográficas e históricas do processo concreto de reprodução capitalista no espaço/tempo. Esses diferenciais são mantidos tanto pelas distâncias geográficas e setoriais dos investimentos de capital e da infra-estrutura social, bem como pelos centros de controle de mão-de-obra e dos meios de produção, além de dependerem da articulação entre capitalistas e não-capitalistas. Essa articulação se combina, contraditoriamente, na divisão territorial e social do trabalho, pela dialética própria do espaço construído.

A dinamicidade provocada pelas articulações do processo social, faz das migrações um transporte de indivíduos para lugares do trabalho com valores e culturas, integrando crenças e sociedades. Fausto Brito (2002) salienta que a seletividade, própria dos fluxos populacionais, impulsiona os indivíduos para o retorno ou para os novos percursos migratórios. Essa seletividade seria a capacidade de adaptação dos imigrantes e de fixação deles, dependendo de sua absorção no local de destino, de acordo com o nível de desenvolvimento existente (p. 56).

No que tange à adaptação do imigrante, as redes sociais na migração vão desempenhar um papel importante nesse ajuste da força de trabalho vinda de fora.

Carleial (2002b) atenta para a existência de uma cultura migratória, entendida como hábito e tradição de emigrar, socializada pelos membros da sociedade brasileira e motivada pela vontade de ascensão social, quase impossível no local de origem (p. 183).

A autora ainda aponta que essa cultura migratória, difundida pelos meios de comunicação de massa traria um apelo de mobilidade social, possível pela mudança espacial. No novo lugar haveria chances de sucesso econômico, ilusão difundida pelas redes de informação, circulantes entre os imigrantes, sustentada por casos de efetivo êxito de alguns deles.

No Ceará, segundo dados do IBGE, atualmente vivem na capital cearense cerca de 82.000 imigrantes do Sul e Sudeste que vêm em busca de tranquilidade e ainda investir em empreendimentos. Nessa capital, Fortaleza, é comum encontrarmos paulistas, cariocas, gaúchos, dentre outros, explorando franquias, trabalhando em lojas nos mais diversos tipos de negócios, tanto ligados ao comércio como aos serviços. Geógrafos como Lima e Coriolano (2002) citam Amora, afirmando que a cidade de Fortaleza:

(...) tem-se constituído, nos últimos cinco a dez anos, um pólo de atração de população proveniente de classes médias, compreendendo pessoas de faixa etária jovem, com elevado nível de escolaridade e em muitos casos em condições de projetar e bancar seu próprio negócio (p. 100).

Temos ainda os estrangeiros que, vindos à princípio para férias, turismo convencional, e ampliar seus negócios, muitos acabam fixando residência, por vezes constituem família, por outra investem em diferentes ramos, particularmente, na construção civil.

Segundo dados do IBGE (1996) Fortaleza pode ser considerada atualmente um pólo industrial e um pólo turístico emergente. É a 5ª metrópole do Brasil com uma população de mais de dois milhões de habitantes.

Dados recentes mostram que Fortaleza tornou-se o quarto município mais populoso do Brasil. Em 2006, a cidade estava com 2.416.920 habitantes, 41.976 a mais do que em 2005, quando havia 2.374.944 habitantes: “De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta semana, a capital

cearense ultrapassou Belo Horizonte, em Minas Gérias, que estava em quarto em 2005 e caiu para quinto lugar em 2006” (Jornal O Povo, 02/09/2006)²³.

Esse incremento populacional se deve, em parte, a esta fase da modernidade impelida pela mesma lógica que impulsiona a mobilidade espacial do capital. Sendo uma tendência mundial, a vida em sociedade urbana acompanha o processo de globalização capitalista.

Quanto a esta tendência, Cicolella citado por Lima e Coriolano (2002) articula os processos migratórios e seus novos padrões às alterações, em curso, no capitalismo:

(...) o capitalismo avançado e as mudanças produtivas, tecnológicas, comunicacionais, organizacionais e políticas que estão marcando nossa época não aboliram nem anularam o espaço, mas pelo contrário lhe deram novo significado, nova dimensão, nova estrutura. Assim esse novo período técnico-científico-informacional, além de questionar o espaço e o tempo, questiona também sua ocupação e seus fluxos migratórios (p. 103).

Uma das características da história do capitalismo tem sido a intensa mobilidade espacial da população. Dentro de cada país, as cidades se transformam em *locus* hegemônico da acumulação de capital, acelerando os processos de urbanização.

O processo de urbanização, entretanto, é desigual e combinado, segundo a lei geral de acumulação ampliada do capital. O crescimento das cidades se insere e se mantém nas formações sociais específicas a cada lugar, território e região, para onde ocorrem diferentes fluxos e trajetórias migratórias no tempo e espaços: do rural para o urbano, e do urbano para o urbano.

As migrações, incontestavelmente, além de milenares, são ainda hoje recorrentes e merecem uma atenção específica nos estados urbanos. Diversos viéis podem ser direcionados para o estudo dos processos migratórios, diversificados nas formas de migrações internacionais, fluxos intra e inter estaduais, migrações sazonais, pendulares, ou seja, vários tipos de mobilidade que não cabe aqui aprofundá-los.

O importante é perceber como as migrações redesenham o espaço urbano socialmente produzido pelo capitalismo apresenta-se simultaneamente fragmentado,

²³ A reportagem ainda mostra dados sobre população - Ranking do IBGE em 2006: **10 cidades mais populosas do Ceará:** Fortaleza - 2.416.920; Caucaia - 313.584; Juazeiro do Norte - 240.638; Maracanaú - 196.422; Sobral - 175.814; Crato - 115.087; Itapipoca - 107.012; Maranguape - 100.279; Iguatu - 92.981; Quixadá - 75.717. **10 cidades mais populosas do Brasil:** São Paulo - 1.016.703; Rio de Janeiro - 6.136.652; Salvador - 2.711.372; Fortaleza - 2.416.920; Belo Horizonte - 2.399.920; Brasília - 2.383.784; Curitiba - 1.788.559; Manaus - 1.688.524; Recife - 1.515.052; Porto Alegre - 1.444.939 (Fonte: IBGE, 2006).

homogeneizado e hierarquicamente estruturado. Na produção e ocupação do espaço urbano, o consumo coletivo de imigrantes e não imigrantes é burocraticamente controlado pelo Estado que dispõe de uma estratégia planejada de homogeneização dos espaços, distribui diferencialmente as políticas públicas por setores produtivos e centros urbanos, colocando-os em escalas múltiplas hierarquizadas. O Estado, assim, interfere na vida cotidiana dos cidadãos com inúmeras regulamentações e, portanto, dispõe sobre a prática social urbana independente da origem sócio-espacial dos moradores das cidades.

A partir de uma ótica neoliberal, o discurso contemplado pelos administradores desse país diz que a migração é o responsável pelo crescimento demográfico, o que por sua vez, gera problemas sociais, tais como aqueles responsáveis pelo desemprego e a pobreza nas verbas brasileiras.

Diferente desse discurso governamental, apontamos a alternativa representada pelo pensamento marxiano, o qual apresenta o capitalismo como um sistema excludente e opressor, que regido pela ótica neoliberal produz sentimentos de ganância e competitividade fazendo as pessoas buscarem um lugar no mercado de trabalho, mesmo diante das inúmeras dificuldades que exclui e oprime tanto o não imigrante quanto o imigrante mais pobre, ou menos qualificado, mais velho, ou seja, aqueles que não se adequam ao perfil²⁴ correspondente às exigências do capital.

2.4 Percalços da migração em um mundo globalizado

Independente dos pontos de vista teóricos e políticos que se têm adotado, o conceito de globalização, hoje está em dia muito generalizado. Essa noção nos remete a duas idéias opostas: a primeira, própria dos capitalistas, carrega em si a promessa de um mundo melhor e mais pacífico, chegando a parecer atraente, algo como uma reconciliação, abrangendo todo o mundo sob o teto comum do mercado, parecendo proporcionar relações de vida igualitárias no mundo inteiro.

²⁴ Para conseguir um lugar no mercado de trabalho é comum os treinamentos e as informações que levam os candidatos a se adequarem a alguns critérios como, por exemplo: nível de escolaridade acima do adequado às funções do posto de trabalho, qualificação, capacidade para trabalhar em grupo, concentração criativa, ter um conhecimento apurado e diversificado, ter controle e auto-conhecimento, multifuncionalidade, capacidade de equilibrar a vida pessoal com a profissional e acadêmica, curiosidade, abertura intelectual, dentre outros. Nosso intuito em apontar essas características foi para demonstrar a dificuldade que as pessoas têm de fazer parte das “estatísticas dos empregados”. Com a pobreza e a deficiente estrutura sócio-econômica, em nosso país, se adequar a esses critérios se torna um sonho cada vez mais distante.

A outra, inerente à crítica social dos trabalhadores, é a idéia de um caos global. Isto se confirma quando analisamos este conceito na vida cotidiana, sob o enfoque das contradições e dos conflitos, como por exemplo, as desigualdades sociais que são gritantes em nosso país, a falta de oportunidades, o alto índice de trabalhadores no setor informal, o crescimento do tráfico de drogas, a falta de políticas permanentes e efetivas para os mais diversos âmbitos, seja na geração de emprego e renda, na assistência social, inclusive ao imigrante, na saúde, na educação, na cultura, no esporte, dentre outros exemplos que diariamente nos afetam.

Nem uma coisa, nem outra respondem, isoladamente, sobre as características da globalização. O cenário no qual vivemos é diariamente modificado por nós, portanto esse caos não é nada menos do que as conseqüências de todo processo histórico vivido e construído pelos homens. Dessa forma a globalização não surgiu de uma hora para outra, ela foi surgindo mediante uma seqüência de acontecimentos, inclusive com avanços tecnológicos e inovações no processo produto. Apenas sua essência de exploração da força de trabalho não mudou.

Após a Segunda Guerra Mundial, ainda durante o grande impacto fordista, apoiado no duplo fundamento da produção e do consumo em massa e em conseqüência da rígida organização do trabalho (o padrão tecnológico era a linha de montagem), a produção era praticamente imóvel espacialmente e, por isso, dependente de determinados espaços locais.

Nos anos 1970, isso mudou com grande velocidade. Com o surgimento de novos meios de transporte e de comunicações mais rápidos e mais baratos, da simultânea revolução da produção, e de seu planejamento, da logística pela microeletrônica, tornou-se, inicialmente, mais rentável a transferência do local de determinadas etapas e segmentos de produção, mais intensivos de trabalho, para regiões de níveis salariais mais baixos. Esta nova divisão internacional do trabalho transformou-se, então, rapidamente, numa organização de valorização do capital, orientada diretamente pelo mercado mundial. Passava-se a dividir unidades empresariais inteiras em segmentos que eram transferidos para diversos locais, sob critérios baseados nos custos.

A mobilidade da força de trabalho, pela migração, vai acompanhar esse movimento do capital.

Infelizmente, as benesses trazidas por essa mundialização são aproveitadas muito mais pelos países ricos e os países pobres, que não acompanham a velocidade do mercado, se afundam cada vez mais. Dentre os países na América Latina, os quais têm

se ajustado a essa nova ordem de forma dependente e subordinada, temos o Brasil uma nação que se insere neste ciclo de forma tardia e intensiva. Comparativamente aos outros países da região, o Brasil é um pólo de atração para imigrantes de países mais pobres latino-americanos, que não conseguem segurar seus trabalhadores em seus reduzidos mercados de emprego.

Carvalho (2003) vai dizer que nesse processo de ajuste de curto e longo prazos, o Brasil vem assumindo, de forma exclusiva e obsessiva, a opção pela integração competitiva no mercado global, em busca da proclamada “modernidade que, na realidade, é um modelo de recolonização do país, nos marcos do império do capital mundializado” (p. 136). E ainda acrescenta:

O Brasil transforma-se num espaço absolutamente livre para o capital estrangeiro, sobretudo o capital especulativo e predatório, numa experiência de ajuste de alto risco. Inegavelmente o percurso do ajuste brasileiro nestes doze anos - abertura dos mercados, juros altos permanentes na atração de capitais para garantia da estabilidade, endividamento interno explosivo, endividamento externo crescente, redução continuada dos investimentos no setor produtivo, dismantelamento do aparelho regulador do Estado - vem configurando o que Maria da Conceição Tavares (1988) denominou de ‘marcha da insensatez’, nos circuitos de uma ‘dança macabra’ (p. 137).

Como vemos, a situação do país frente a essa conjuntura mundial é de associação aos capitais externos deixando para depois questões importantes como a reforma agrária, priorização para investimentos sociais e de desenvolvimento local. Aqui fazemos referência ao que Demo (2000) chamou de pobreza política. O autor a conceitua como:

(...) o resultado do cultivo da ignorância, a condição de massa de manobra, na qual a pessoa é manipulada de fora para dentro, geralmente sem perceber. Em vez de apostar na emancipação, acomoda-se na ajuda externa, nas recomendações do próprio algoz, nas boas vontades da causa principal da exclusão. Não nega a exclusão material, apenas aponta para seu núcleo político principal, ou seja, a destituição da condição de sujeito, para que se fixe como simples objeto de manipulação (p. 12).

Embora a maior parcela da sociedade não atente para perceber as causas e conseqüências da pobreza crescente em nosso meio, é na prática que ela percebe o caminho no qual o país tem seguido e, é no cotidiano, que vivencia as suas conseqüências desastrosas do aumento das desigualdades sociais.

Não temos uma percepção pessimista quanto à nossa realidade, mas é certo que a mundialização do capital, imposta ao país e aceita pelos governantes, trouxe mais

exclusão, desigualdades sociais, insensatez, impunidade e ainda a inconseqüência na busca por um espaço no mercado. A globalização trouxe, também, restrições e reações contra os imigrantes do mundo inteiro, considerados como fator de agravamento das competições entre trabalhadores. Existem inúmeros exemplos de revolta de imigrantes, contra leis punitivas contra eles, ocorridas na França e EUA, em 2006 e 2007, apenas para indicar algumas.

Esse fenômeno, conceituado como globalização, resultou do avanço das forças produtivas e tornou-se, também, um fetiche como diz Hirsch (1996) quando atesta que a globalização é mais que um conceito científico. Ele a descreve como algo que possui um poder oculto que agita o mundo, que determina toda nossa vida e que nos domina cada vez mais (p. 84).

A crítica à globalização pode ser vista, também, em recente relatório (2006) do Banco Mundial em um trecho que afirma que: “A globalização parece aumentar a pobreza e a desigualdade. (...) os custos de ajustamento para maior abertura são suportados exclusivamente pelos pobres”.

A Agência Central de Inteligência Norte-Americana (C.I.A.) ainda em 2000, também abordou essa questão: “A economia global vai espalhar conflitos e estabelecer uma diferença maior entre vencedores e perdedores. Grupos excluídos enfrentarão profunda estagnação econômica (p. 58)”.

A ideologia da globalização é um instrumento, um recurso utilizado pelo capital para neutralizar a percepção e assim a compreensão de que os problemas estruturais do capitalismo são frutos das contradições desse sistema. Nesse contexto, o Banco Mundial assume o papel de centro de poder articulado ao FMI, e impõe aos países periféricos economicamente, e em processo de desenvolvimento, um programa, de ajustes estruturais, voltado fundamentalmente, a atender interesses do grande capital que, ao efetuar os financiamentos impondo condicionantes, monitoram esses países tornando-os reféns, garantindo assim a globalização e tornando-se o sustentáculo das reformas.

Aliado a esse processo de integração econômica o neoliberalismo, no plano superestrutural, vai fundamentar politicamente o predomínio dos interesses financeiros internacionais, sobre os nacionais, a desregulamentação dos mercados, as privatizações das empresas estatais, a flexibilização da economia e o crescimento das demissões, e o abandono do Estado de bem estar social. Nesse contexto, Negrão (1996) afirma que:

Outro pilar desse projeto consiste na desregulamentação das relações trabalhistas, onde predominam a criação de contratos temporários,

terceirizações e a quebra de estabilidade. Um terceiro foco está sustentado na abertura econômica e comercial, possibilitando ao capital internacional o investimento direto nos países conforme seus interesses (p. 106).

Essas mudanças, que afetaram e afetam drasticamente países da América Latina, trouxeram, também, conseqüências para o fenômeno das migrações. Primeiramente, podemos constatar que a polarização regional e social crescente continua a criar grandes potenciais de migração. Como sempre, pobreza, miséria social e opressão fazem com que as pessoas procurem regiões e cidades nas quais a situação econômica prometa, ao menos, certas chances para uma vida melhor, mas essas oportunidades são cada vez menores.

Sob o regime de globalização e do neoliberalismo, menores contingentes de migrantes internos nos países do Terceiro Mundo conseguem conquistar, através do trabalho árduo, um mínimo e modesto bem-estar. Muitas vezes a renda mal garante a sobrevivência, e, em muitos casos, nem isso. Mesmo assim, a migração para as cidades, apesar de não ter o mesmo ritmo de dez ou quinze anos atrás, continua a acontecer porque as condições de vida no campo, para a maioria dos trabalhadores, pioram cada vez mais.

Norbert Trenkle (1996) atenta que a migração internacional, também, cresceu fortemente, refletindo claramente as desigualdades sócio-econômicas existentes entre as nações. Países do Terceiro Mundo e do antigo Bloco Oriental mantêm-se ainda, como destinos, relativamente atraentes para pessoas dos países vizinhos mais empobrecidos: bangladeshis migram para a Índia, bolivianos para o Brasil, russos para a Polônia, dentre outros.

Sem dúvida, os imigrantes trabalhadores de outras nacionalidades enfrentam uma exploração brutal e extrema, agravada quando eles são ilegais e, portanto, sem direitos a exigir.

A mesma coisa acontece com aqueles que, em número cada vez maior, migram para os centros ocidentais do mercado mundial em busca de emprego formal:

Se há quinze ou vinte anos ainda tinham pelo menos alguma chance de se integrar no mercado formal e de 'subir' na escala social, hoje não lhes resta outra coisa que se integrar ao 'setor informal' e submeter-se a trabalhar por baixíssimos salários, em condições empregatícias totalmente inseguras (TRENKLE, 1996, p.8).

Há de se convir que essa questão da informalidade e da instabilidade no emprego são características marcantes do sistema capitalista, que apresenta um ciclo vicioso de

exploração seja com quem e onde for, ma há um diferencial em relação aos imigrantes trabalhadores, porque estes, além de tudo isso, sofrem constrangimentos próprios da condição de não pertencimento ao lugar.

A generalização do mercado capitalista mundial produz ou acentua a destruição crescente das condições naturais de vida, obrigando que mais pessoas sejam expulsas de suas terras²⁵, impelindo-as a outros lugares onde competirão com os não imigrantes nos mais diversos aspectos da vida social e econômica.

Essa competição no lugar de destino, entretanto, conta com a ajuda ou interferência de pessoas movidas por diferentes interesses. Assim, certas pessoas se mobilizam para ajudar aqueles que chegam, formando, as *redes sociais de migração*. Essas redes podem ser entendidas como crítica social à falta de apoio institucional aos que chegam às cidades, como por exemplo, o descomprometimento do Estado, e a descontinuidade de políticas públicas para essas pessoas.

As políticas sociais, na perspectiva liberal, tendem a diminuir, com o Estado mínimo, e as políticas, que persistem, são pontuais. Nessa perspectiva, a ação do Estado para a classe trabalhadora se restringe, cada vez mais, reduzindo as possibilidades de medidas específicas para grupos sociais sem visibilidade política com os imigrantes.

Para a visão materialista, o Estado não é o gestor universal, imparcial e magnânimo. Ao contrário, ele promove políticas sociais como estratégia de classe dominante, com isso, preserva a desigualdade social, camuflando, assim, os conflitos sociais.

Nessa concepção crítica é que vamos tratar as interrompidas políticas relacionadas, direta e indiretamente, à migração. Para interpretar a importância dada pelo Estado às migrações fizemos um levantamento temporal de planos e políticas nacionais e regionais, além de olhares para o Estado do Ceará, baseadas em documentos oficiais e textos específicos.

²⁵ Ao falar sobre as causas da migração internacional, Soares (2004) reafirma que o mais amplo arcabouço conceitual sobre tais motivações se concentram na teoria da atração e expulsão. Para o autor esta teoria consiste na reunião de fatores econômicos, sociais e políticos que forçariam as pessoas a deixarem o próprio país: “Interpretações de diferentes filiações teóricas lançam mão desse arcabouço, ao arrolar como determinantes dos fluxos migratórios: (a) o elevado crescimento demográfico dos países em desenvolvimento – nesses países, o excedente de mão-de-obra, gerado pelas altas taxas de crescimento populacional, não é absorvido de forma produtiva, o que leva a emigração para países desenvolvidos; (b) a pobreza – privação econômica estrutural; (c) o desequilíbrio de renda; (d) a estagnação econômica; (e) as violações aos direitos humanos, resultantes de problemas políticos e sociais, que têm um efeito destabilizador sobre a sociedade e podem conduzir a migração forçada” (p. 29).

CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS INTERCADENTES DE MIGRAÇÃO

As políticas públicas compreendem as decisões político-administrativas de governo em diversas áreas que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos, modificam os lugares, disciplinam a economia e provocam mudanças sociais. São os atos que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou a ausência destas provocam na sociedade.

É importante explicitar que política pública não é apenas decisão política, pois aquela requer igualmente, diversas ações, estrategicamente selecionadas, para implementar as decisões tomadas. Dentre tais procedimentos, desempenha papel relevante a divulgação e propagação das ações de Governo, justificando-os para as outras classes sociais. Portanto, teoricamente o Estado planeja, convence e executa suas políticas sociais direcionadas para suas prioridades com recursos públicos arrecadados do conjunto da sociedade.

3.1 Políticas públicas descomprometidas com a classe trabalhadora

As políticas públicas, teoricamente, possibilitam uma aceitável governança institucional. Na perspectiva marxiana as políticas públicas, concretamente, são expressões do Estado que representam os interesses do capital em detrimento dos trabalhadores. Complexificando essa idéia, para dar conta das dinâmicas atuais podemos dizer que as políticas públicas primam por responder ao avanço capitalista fortalecendo suas bases, incentivando sua produção e disseminando ideologias que reforçam o capitalismo, como proposta positiva de modernidade, avanços, desenvolvimento e geração de trabalho e renda para todos.

Há quem diga que as políticas públicas representam os instrumentos de ação dos governos, numa clara substituição dos "governos por leis" pelos "governos por políticas". Esses pensadores acreditam que o fundamento mediato e fonte de justificação das políticas públicas é o Estado social, marcado pela obrigação de implemento dos direitos fundamentais positivos, aqueles que exigem uma prestação do poder público (BUCCI, 2002, p. 135).

No mesmo entendimento, diz Comparato (1997) que as políticas públicas são programas de ação governamental. O autor segue uma posição doutrinária em que afirma a política como uma espécie de padrão de conduta que assinala uma meta a

alcançar, no mais das vezes uma melhoria das condições econômicas, políticas ou sociais da comunidade, ainda que certas metas sejam negativas, por implicarem na proteção de determinada característica da comunidade contra uma mudança hostil (p. 18).

Ainda defende Bucci (*op. cit*), numa perspectiva abstrata, “(...) a política define-se como o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo, com a participação dos agentes públicos e privados” (p. 259). A autora define políticas públicas como sendo "programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados" (p. 241).

Esse tipo de visão não percebe os interesses de classe no interior das políticas públicas e nem explicam o agravamento da exclusão dos trabalhadores da riqueza gerado pelos seus trabalhos.

As políticas públicas podem ser entendidas, do ponto de vista técnico, como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Há que se fazer a distinção entre política pública e política de governo, vez que enquanto esta guarda profunda relação com um mandato eletivo, aquela, no mais das vezes, pode atravessar vários mandatos. Deve-se reconhecer, por outro lado, que o cenário político brasileiro demonstra ser comum a confusão entre estas duas categorias. A cada eleição, principalmente quando ocorre alternância de partidos, grande parte das políticas públicas fomentadas pela gestão que deixa o poder é abandonada pela gestão que o assume.

Do que foi dito, notamos que a noção abstrata de políticas públicas centra-se em três elementos: a) a busca por metas, objetivos ou fins; b) a utilização de meios ou instrumentos legais e c) a temporalidade, ou seja, o seu prolongamento no tempo. Elementos esses que formam uma noção de atividade, pela qual definem-se políticas públicas como a "coordenação dos meios à disposição do Estado, harmonizando as atividades estatais e privadas para a realização de objetivos socialmente (ou economicamente) relevantes e politicamente determinados" (BUCCI: *op. cit* p. 91) ou simplesmente como o conjunto organizado de normas e atos tendentes à realização de um objetivo determinado.

A política pública, teoricamente, é uma noção ampla que, além de plano ou programa, envolve um processo de escolha de meios para a realização dos objetivos do governo, com certa margem de opção entre tais objetivos, a hierarquização dos mesmos, cuja efetivação deverá dar-se com a participação dos agentes públicos e privados. A adoção de certa política pública representa o processo político de escolha de prioridades para o governo, por meio de programas de ação para a realização de objetivos determinados num espaço de tempo determinado ou não.

Vale ressaltar que esse discurso, até então exposto, denota o que é uma política pública na visão do governo²⁶, sendo os conceitos articulados na tentativa de mascarar as intenções e interesses subjacentes. Pressupõe o planejamento que os problemas sociais poderiam ser resolvidos por uma ação racional de Governo, o que não concordamos porque a expansão capitalista espraia a dominação de classe e os mecanismos de exploração da força de trabalho, razão de ser da expansão capitalista.

3.2 Políticas públicas de retenção do homem no campo

A análise das políticas públicas torna-se concreta à medida que passamos a estudar ações específicas e dirigidas para determinados segmentos econômicos e sociais. Nesse momento podemos confirmar nossos pressupostos de que as políticas públicas sociais em sociedades capitalistas tendem a concentrar esforços e investimentos para a produção econômica e seus beneficiários em detrimento daqueles que trabalham para sobreviver. Isso fundamentado ideologicamente na idéia de que o desenvolvimento econômico é o principal motor da geração de emprego e renda, portanto, capaz de atender às necessidades humanas.

Com essa visão de mundo, o desenvolvimento capitalista não é considerado responsável pelo desemprego, pela criminalidade, pelo aumento populacional nas cidades, pelos problemas urbanos agravados pelo aumento de demanda por serviços públicos.

²⁶ Mas, há quem discuta o conceito de política pública como uma ação não exclusiva do Estado. Mesmo nesses casos ainda não se discute a natureza classista das políticas públicas. Esse é o exemplo de Pereira (2002) ao salientar que a palavra pública que acompanha a palavra política não tem uma identificação apenas com o Estado, mas com o que em latim se expressa como *res pública*, isto é, coisa de todos, comprometendo assim, o Estado e a sociedade. Em outras palavras: “(...) ação pública, na qual além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre sua própria reprodução e sobre os atos de decisões do governo e do mercado. (...) está se falando também, de uma forma de organização política que se pauta pelo interesse comum, da comunidade, da soberania popular e não da soberania dos que governam (p. 222 e 223)”.

Nessa mesma distorção ideológica, o fenômeno da migração é interpretado na ótica do Governo e do senso comum. Assim, a migração é causadora do inchaço das cidades, do desemprego, da violência, do crescimento das favelas e outras inverdades. Para resolver o “problema da migração” os discursos oficiais detectam como causa principal da chegada de imigrantes nas cidades, o êxodo rural, provocado pelas secas.

Até os anos 80, o fenômeno da seca²⁷ no Nordeste era combatido com políticas hídricas na esperança de amenizar seus efeitos sobre a agricultura e, com isso, reter o homem trabalhador no campo. Em 1877, em especial, a seca foi gigantesca, ocasionando a morte de cerca de 500 mil pessoas. A agricultura e a pecuária foram severamente impactadas, inaugurando um tipo de reação emocional e política ao problema. Com isso, um conjunto de recomendações foi produzido envolvendo a construção de açudes, perfuração de poços, construção de um grande canal para levar as águas do Rio São Francisco às áreas mais secas do Ceará. Neves (2003) cita que nessa época configurou-se uma nova relação dos trabalhadores com a terra e com o poder do Estado:

As razões da mudança podem ser esquematicamente resumidas da seguinte forma: 1) introdução progressiva da agricultura comercial do algodão; 2) valorização monetária das terras, em função dos desdobramentos da Lei de Terras de 1850 e da tomada final das terras indígenas (aldeamentos); 3) ampliação das idéias, procedimentos e mecanismos sociais vinculados a uma concepção liberal sobre o papel do Estado, especialmente em casos de escassez ou desastre, gerando uma ‘maléfica’ combinação entre alterações climáticas e transformações econômicas marcadas pela expansão mundial do imperialismo britânico e pela conseqüente divulgação do *laissez-faire* como doutrina econômica (p. 201).

De fato, diante dessas mudanças, muitos retirantes se deslocavam em fuga para a capital, que apesar de famintos, estavam dispostos a trabalhar para garantir a sobrevivência de sua família. Nestas circunstâncias, era necessário um amplo sistema de organização de serviços públicos para incorporar essa imensa massa de trabalhadores desqualificados, vindos do interior.

As secas, de final do século XIX, além de terem provocado uma relação de proteção e compensação entre Estado e trabalhadores, ensejaram também, a ampla e difundida utilização de verbas federais enviadas para auxílio aos retirantes desvalidos. Assim, a partir de 1877, os recursos de socorros públicos passam a ser incorporadas às relações políticas locais, “financiando fortunas e sustentando setores econômicos em

²⁷ As secas do Nordeste brasileiro tornaram-se um problema de política governamental especialmente depois da grande seca de 1877. Antes disso, embora com muito sofrimento e morte de pessoas, os políticos do país não estavam sensibilizados para o problema.

crise, gerando aquilo que ficou conhecido como ‘indústria da seca’” (CUNNIFF *apud* NEVES, 2003, p. 204).

As intervenções do governo no Nordeste, voltadas ao problema da seca, resultaram na criação de vários órgãos²⁸, alguns deles de caráter emergencial e outros de desenvolvimento permanente.

A década de 1950 ficou marcada pela campanha nacional pela Reforma Agrária, pelas agitações das Ligas Camponesas conferindo àqueles anos um caráter de revolução. Os conflitos, dos anos de 1950, traziam a exigência mudanças estruturais que modificassem a concentração fundiária e dessem terra para os trabalhadores se libertarem da sujeição aos latifundiários. As reações políticas dos camponeses faziam uma crítica social ao modelo de desenvolvimento econômico no campo evidenciando que o planejamento centralizado, científico, até então adotado no país, não estava dando conta da totalidade das demandas econômicas e sociais entrelaçadas aos problemas agravados pelo fenômeno das secas periódicas.

Em 1959 é criada a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) órgão responsável pela implementação das propostas do GTDN²⁹ (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) resumidas em 4 pontos: promover a industrialização; estimular a produção de alimentos nas zonas costeiras e áreas úmidas; reorganizar a economia do semi-árido, promovendo a agricultura adaptada; incorporar a fronteira agrícola ainda não explorada, da Bahia, Piauí e Maranhão, com a implementação de projetos de colonização.

Essas ações tinham intenções de direcionar a mobilidade da força de trabalho para áreas carentes de trabalhadores e os projetos de colonização vinham a calhar nessa

²⁸ Alguns órgãos foram criados direcionados ao problema da escassez de água em solo nordestino: 1906 – criação da Superintendência dos Estudos e Obras contra os efeitos das Secas e a inauguração do açude Cedro em Quixadá – Ce; 1909 – a superintendência passa a ser chamada de IOCS (Inspetoria de Obras contra as Secas); 1918 – foi transformada em IFOCS (Inspetoria Federal de Obras contra as Secas); 1945 – seria chamada de DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas); Durante a seca de 1951-53 abandonava-se o ciclo de transformações do IOCS-IFOCS-DNOCS, que caracterizou a fase hídrica e se dava continuidade ao processo iniciado com a CHESF (Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco); Em 1956, é criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN); Em 1959 foi criada a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

²⁹ O GTDN criado em 1956 elaborou um documento histórico denominado “Uma política para o desenvolvimento do Nordeste”, o qual consolidou o diagnóstico do problema nordestino como de subdesenvolvimento e de desigualdades em relação às regiões mais desenvolvidas do país. O relatório do GTDN estava destinado a provocar um grande impacto na formulação de políticas governamentais para o Nordeste. Quando, no final da década de 50, os bispos do Nordeste, sensibilizados pela grande seca de 1958, pressionaram o Governo Federal por novas soluções para a região, o GTDN forneceu as bases para a criação da SUDENE imbuindo-lhe de propósitos de auto-suficiência regional, tendo como objetivo maior tornar a região nordestina elemento dinâmico do desenvolvimento econômico e social (MAGALHÃES, 1991, p. 38).

necessidade de expansão do desenvolvimento econômico. Tais medidas foram institucionalizadas através de planos diretores de desenvolvimento do Nordeste, aprovados pelo Congresso Nacional e que davam poder a SUDENE de coordenar as ações de todos os Ministérios, no Nordeste, além de administrar programas próprios.

Os recursos para a assistência aos migrantes dos projetos de colonização saíram do Governo Federal e Governo Estadual para serem concentrados na SUDENE. Logo no início, este órgão implantou um mecanismo de financiamento para projetos privados considerados de interesse para o desenvolvimento regional. Esse mecanismo permitiu à SUDENE estabelecer uma aliança conservadora com as classes empresariais do Sudeste do país e do Nordeste, o que lhe deu condições de suporte político para expandir o capitalismo sob as bases das desigualdades regionais, transferindo riqueza para fora da região, ao mesmo em que enriquecia os empresários regionais associados aos do centro-sul.

Nesse ínterim, é possível percebermos as relações de poder, sob a ótica do capital, que se estabelecem entre o empresariado e o governo. Com o colapso do corporativismo e o advento da ordem política semicompetitiva do populismo, o eixo estruturador das decisões de política social se desloca. Numa época que data de 1945 a 1960, a questão social como incorporação na gestão pública de atores sociais continuará subsumida numa elaboração em que a política social vai ser subsidiária dos imperativos do mercado político:

A agenda política era dominada por uma elite técnica modernizadora composta, por um lado, de ideólogos e técnicos 'desenvolvimentistas' e, por outro, da elite tecnoburocrática do complexo organizacional do Ministério do Trabalho que controlava a agenda social do Estado (MELO, 1999, p. 14).

Com o advento do regime militar, em 1964, houve grande centralização do poder de decisão em Brasília. Esse processo foi reforçado com a Constituição de 1967, que retirou a vinculação de recursos destinados ao combate às secas do Nordeste e reduziu as transferências do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

A revolução de 64 deu forte impulso ao planejamento nacional permitindo forte modernização, grandes obras de infra-estrutura energética e viária mantida com as restrições das liberdades democráticas. A política pública social primou pelo assistencialismo deixando para trás a esperança da participação popular nas gestões de Governo e a distribuição de renda mais justa.

Isso prova o caráter classista do Estado, pois suas políticas reforçariam a concentração de renda com sua política social reduzida e localizada. Com opção preferencial pelo desenvolvimento econômico privado e a omissão do poder público frente aos problemas sociais, estes tenderiam a se expandir.

As secas continuavam a minar em terras nordestinas, e em 1970 o Governo Federal, novamente, revia programas e projetos paliativos. Reduziu pela metade os incentivos fiscais e com os recursos criou o Programa de Integração Nacional (PIN)³⁰ e o Programa de Redistribuição de Terras e apoio à Agroindústria Canavieira (PRÓ-TERRA). Criou, também, o Programa Plurianual de Irrigação, numa tentativa de complementar as ações realizadas durante a fase hídrica, aproveitando a água acumulada para promover a agricultura irrigada em terras privadas, deixando mais uma vez de dirigir políticas para a Reforma Agrária com distribuição de terras para os trabalhadores.

Junto a esses programas, O Governo construiu a rodovia Transamazônica (ligando o Nordeste à Amazônia), com o objetivo de abrir caminhos para a população ir para a Amazônia. Em 1974 essa estratégia foi abandonada e os recursos do PIN e do PROTERRA foram destinados a outros programas confirmando que os problemas estruturais não seriam resolvidos com medidas parciais, e voltadas para os interesses do capital.

Tudo isso, indiretamente refletia nas migrações, pois se a população que vivia da agricultura não estava encontrando, nessas políticas públicas, formas de suprir suas necessidades, eles teriam que encontrar saídas para sua sobrevivência, muitas vezes na cidade.

Não só pelas fragilidades dessas políticas, mas também com a industrialização a cada dia mais fortalecida, a rede urbana se diversifica consideravelmente e as cidades de porte médio assumem crescente importância. Com um todo articulado, a urbanização industrial gerou empregos insuficientes para a demanda populacional, produzindo marginais ao processo econômico. Com este cenário, deu-se o fenômeno da “periferização”, ou seja, ocorreu a segregação sócio-espacial da classe trabalhadora.

³⁰ O PIN inicia uma nova fase de entrada de recursos federais para a região Nordeste. Criado em 1970, os recursos do PIN chegaram na região para dar nova dinâmica ao setor agrícola modernizando a concepção hidráulica executada pelo DNOCS. Os objetivos do programa seriam adotar a agricultura nordestina não apenas de açudes, mas de todo um conjunto de técnicas agrícolas de irrigação, de forma que ofereça condições à interiorização de indústrias, e com isso promovesse emprego mantendo o trabalhador no interior do Estado.

Este momento, portanto, foi marcado pelo aumento dos deslocamentos migratórios que, por sua vez, auxiliaram a aceleração da urbanização, a qual atrelada à consolidação da economia de base industrial, ocasionou transformações consideráveis no nível da estrutura de emprego. Temos a explosão da pobreza e seu reconhecimento como questão social das regiões metropolitanas, por parte dos Governos.

Nesta acelerada movimentação de pessoas para os centros urbanos, em particular para a cidade de Fortaleza, Sampaio (2002) vai introduzir um dado novo nesse contexto social que é a elevação do nível de organização dos trabalhadores, que significa uma nova força emergente, nas redes de poder entre patrões e empregados:

No final de 1983, após o quarto ano consecutivo da seca, a imprensa divulgava que a cidade de Fortaleza havia recebido 350.000 pessoas carentes originárias do campo. A cidade não tinha condições de abrigar repentinamente esse contingente populacional. No entanto, não só Fortaleza que vai acolher os imigrantes, as cidades médias e pequenas também recebem a população que está sendo liberada do campo, porque os proprietários não querem mais moradores em suas terras principalmente depois que os sindicatos passaram a esclarecer o Estatuto da Terra, que garante a desapropriação de terras improdutivas (p. 118).

Mesmo com a organização sindical, que ocorre no campo e na cidade, a luta dos trabalhadores por melhores condições de renda e trabalho, portanto, como crítica social à expansão desigual do capitalismo, não consegue alterar o modo de vida dos trabalhadores, o qual não satisfaz àqueles despossuídos dos meios de produção. Com isso, proliferaram os loteamentos periféricos, sem infra-estrutura urbana e precariamente servidos pelo sistema de transportes. Outra característica marcante deste período era a descontinuidade dos serviços públicos em áreas de baixa renda. Os investimentos eram dependentes da conjuntura política, dentro da lógica de um planejamento descomprometido com as classes trabalhadoras. Houve a intensificação da especulação imobiliária e de um padrão de desenvolvimento urbano que não atende aos interesses da população de baixa renda, promovendo a diferenciação econômica entre os diversos lugares da cidade. Este fenômeno de variadas transformações sócio-espaciais e econômicas, e ainda o momento em que a cidade passava de inúmeras mudanças infra-estruturais e administrativas, são explicados pelo pensamento de Milton Santos quando revela que:

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional.

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades externas, aquelas do modo de produção 'puro', quanto pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 1982, p. 14).

Meio a desorganização nas cidades e a proliferação crescente da pobreza, agravadas em parte pelas migrações urbanas, projetos e programas, direcionados ao campo, continuavam a ser criados e extintos. A pobreza, apesar de sempre ter sido um problema social para os trabalhadores, passa por uma nova definição nos programas de Governo com o início do ciclo de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI)³¹ e dos Programas Especiais.

Ainda em 1974, foi criado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)³² com base em estudo contratado pelo Ministério de Planejamento. Este programa contava com dois aliados importantes, o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financiaram vários de seus projetos integrados.

Devido aos limites do planejamento, de resolver os problemas estruturais, do desenvolvimento desigual e combinada, que cria desigualdades regionais e comparativas entre campo e cidade, o POLONORDESTE e demais ações realizadas no Nordeste não são eficazes e, no começo dos anos 80, são redefinidas em novas estratégias de desenvolvimento para a região no Nordeste, chamadas em Projeto Nordeste³³. Com a iniciativa do Ministério de Planejamento, outros órgãos regionais também se “evolveram”: a SUDENE, o BNB, o DNOCS e o Banco Mundial. A estratégia básica do DRI foi mantida, mas os coordenadores procuraram simplificar sua coordenação: apenas os componentes ligados diretamente à produção agrícola permaneciam integrados e os demais tomariam a forma de grandes programas setoriais.

³¹ A filosofia DRI era considerada lógica e consistente: a partir do diagnóstico sócio-econômico de uma área determinada, desenhava-se uma programação integrada com todas as ações necessárias para elevar os níveis de produção, produtividade, renda e emprego. A programação integrada envolvia componentes de infra-estrutura (estrada, armazenagem e eletrificação), sociais (educação, saúde e saneamento), produtivo (terra, água, crédito e assistência técnica).

³² O POLONORDESTE pretendia a modernização das atividades agropecuárias de áreas consideradas prioritárias, objetivando a transformação da economia de subsistência em uma moderna economia de mercado.

³³ O Projeto Nordeste compreendia a execução dos seguintes programas: a) Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, compreendendo ação integrada de terra, água, crédito rural, assistência técnica, pesquisa adaptada, apoio à comercialização, apoio às comunidades; b) Programa de Irrigação; c) Programa de Apoio a Pequenos Negócios Agrícolas; d) Programa de Educação no Meio Rural; e) Programa de Ações Básicas de Saúde no Meio Rural e; f) Programa de Saneamento Básico no Meio Rural.

O Projeto Nordeste, no início, contou com amplo apoio político, com o engajamento de governadores, tecnocratas e, inclusive representantes de trabalhadores. Mas, seu longo período de planejamento e maturação levou ao desinteresse dos governadores, normalmente comprometidos com ações que trazem retornos imediatos.

Todas essas medidas estavam orientadas pela hierarquia do planejamento brasileiro marcada pela centralidade do Governo Federal e com reduzida capilaridade. Dentro dessa lógica, o Governo central vai disciplinar os investimentos públicos em políticas que tragam retorno para a expansão capitalista brasileira.

Dáí que, tradicionalmente, as ações e estratégias governamentais são elaboradas para resolver os problemas decorrentes das secas, da baixa produtividade agrícola, da incipiente industrialização no Nordeste, dentre outras coisas.

Chico de Oliveira (1977) um apaixonado pelo Nordeste, pelos trabalhadores e pela política discute em uma de suas obras a economia política do Nordeste brasileiro mostrando a hegemonia econômica e política de regiões dominantes ao longo da história. Além disso, ele explica as mudanças sociais e políticas no Brasil como fruto das lutas de classes, relacionando o planejamento com a política, identificando os ajustes implementados como forma do país adequar-se ao avanço do capitalismo.

Por isso a importância de mencionar suas considerações, pois o mesmo, em suas análises trata da SUDENE como o resultado de um planejamento da expansão hegemônica do capitalismo monopolista.

Para o autor “o planejamento num sistema capitalista não é mais que uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (p. 24)”. Ele é enfático ao afirmar que o planejamento não pode realizar a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista que se instala no coração da própria mercadoria:

(...) a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto (p. 23).

Dessa forma o planejamento é uma ferramenta que administra o conflito social, uma possibilidade de intervenção da realidade e uma orientação das atividades sociais. Ou seja, não resolve os antagonismos de classe por ser uma resposta principalmente da classe burguesa.

Tendo por base esse conceito, provavelmente fica mais fácil entendermos a fragilidade das políticas articuladas pelo Estado. Pois elas partem, antes de um tudo, de

um planejamento normativo, que para Matus (1989) é o modelo onde só um ator planeja e governa o objeto, este de uma governabilidade aparente e fictícia opera a partir de uma ação individual sem criatividade e inteligência.

Nesse contexto, o autor, um planejador e teórico, contribui para a reflexão em torno do planejamento e do papel dos atores sociais, Estado e Governo. Ele vê a necessidade de reconciliação do técnico com o político, a fim de estabelecer uma linguagem comum.

Matus (*op.cit*) afirma que o planejamento é uma ferramenta valiosa e uma arma de reflexão e decisão que nos afeta e nos permite lutar contra a força dos fatos que nos levam para uma direção que não escolhemos. O planejamento, para o autor, não deve estar limitado aos poderes de poucos, mas ao povo que cansados de esperar e cansados da demagogia política, deve repensar a democracia a fim de exercitar a liberdade de escolha e decisão, “(...) somando a inteligência individual para multiplicá-la como inteligência criativa e duradoura” (p. 154).

Diante do que foi feito no Brasil é válido dizer que os mecanismos de intervenção do Estado na região Nordeste conservam um traço comum com a tendência histórica: um Estado que visa a criação de novas formas de acumulação de capital, transformando espaços ainda não capitalistas em espaço orientados a nova era da globalização.

3.3 Políticas públicas indutoras de migração

Vamos neste item resgatar, brevemente, algumas políticas nacionais de incentivo as imigrações internacionais para o Brasil. Pois, a história do país foi construída, em parte, pela movimentação de estrangeiros e nativos.

Começamos pela vinda de imigrantes japoneses para o Brasil foi motivada por interesses dos dois países: o Brasil necessitava de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas de café, principalmente em São Paulo e no norte do Paraná, e o Japão precisava aliviar a tensão social no país, causada por seu alto índice demográfico. Para conseguir isso, o governo japonês adotou uma política de emigração desde o princípio de sua modernização, iniciada na era Meiji (1868). Apesar de não serem favoráveis à imigração, em 1906, os governos do Japão e do Estado de São Paulo levaram adiante esse processo.

Os japoneses, então, começaram a criar parcerias e cooperativas, a fim de defender seus interesses. Além disso, adquiriram pequenas terras, em que desenvolveram técnicas de produção agrícola. A partir de 1917, o governo japonês coordenou a fusão de diversas empresas particulares de emigração e fundou a estatal Kaigai Kôgyô Kabushiki Kaisha, que passou a subsidiar as passagens dos imigrantes. Por causa da impossibilidade de acesso dessas pessoas aos EUA, esses recursos passaram a ser destinados às viagens para o Brasil.

Em oposição a isso, no Brasil começaram a surgir movimentos contrários à entrada de japoneses no território nacional. Em 1934, foi aprovada uma emenda constitucional que limitava a entrada de imigrantes estrangeiros para 2% do total de pessoas que ingressaram no país nos últimos 50 anos. Essa emenda foi incorporada à Constituição de 1934, ocasionando queda nos índices de imigração a partir de 1935.

A imigração japonesa no Brasil foi marcada pela difícil integração entre brasileiros e nipônicos. Vários decretos foram instituídos, proibindo o ensino da língua japonesa no país, e descendentes de japoneses foram obrigados a portar salvo-conduto para que pudessem transitar pelo país. Tais medidas repercutiram na diminuição desse tipo de migração. Entre 1940 e 1950, apenas 1,5 mil japoneses imigraram para o território brasileiro.

Na época, os mais radicais diziam que a imigração japonesa integrava um plano do governo do Japão de “subjugar o mundo” por meio de agentes infiltrados em diversos países. E alguns jornais lamentavam a “invasão amarela” e os “males irreparáveis causados pela imigração japonesa”.

Observamos aqui a repetição da ideologia contrária aos imigrantes e que impinge a eles as causas de problemas provocados por outras razões. Podemos interpretar tais difamações ou falsas críticas ao medo dos trabalhadores locais de perder seus empregos, ou então, dos pequenos produtores perderem seus clientes para esse novo segmento social que vinha competir com eles com recursos diferentes, com conhecimento e culturas distintas.

O fim da Segunda Guerra trouxe também a diminuição da competitividade entre brasileiros e japoneses, e o perfil do imigrante japonês se modificou. Os nikkeis, como são chamados os primeiros imigrantes que vieram ao Brasil, deixaram de ser mão-de-obra barata e, por exigência de acordos bilaterais, passaram a ter acesso às escolas.

A partir da década de 60, famílias japonesas começaram a administrar seus próprios negócios. Os homens trabalhavam como feirantes, quitandeiros e tintureiros, e as mulheres, como costureiras e em salões-de-beleza.

Na década de 70, já não era tão estranha a convivência entre as culturas japonesa e brasileira, e o número de casamentos entre etnias diferentes aumentou no país. Nessa época, o Japão se recuperou da crise econômica e passou ocupar um papel de destaque no cenário mundial. Hoje, o Brasil abriga a maior população japonesa fora do Japão.

Passemos à imigração de alemães, vindos para o país, inicialmente, como soldados e colonos, eles venceram grandes dificuldades e marcaram de maneira significativa a história do Brasil. São Leopoldo, no Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, foi o ponto de partida de uma luta pela sobrevivência que mudou a história do Brasil e que começou em 1824 com a fundação da primeira colônia de imigrantes alemães no país.

Na época, o Brasil havia acabado de se tornar independente de Portugal. Então, por influência de José Bonifácio, o então imperador Dom Pedro I decidiu inaugurar, com esses imigrantes, um programa de imigração para o Sul, movido por questões de segurança nacional, diante das sucessivas disputas territoriais naquela região fronteira.

Nos primeiros 50 anos de imigração, vieram para o Rio Grande do Sul entre 20 e 28 mil alemães e quase todos se dedicaram à colonização agrícola. Essa colonização alterou a ocupação local, levando gente para áreas até então desprezadas. Os colonos alemães acabaram formando uma classe de pequenos proprietários e artesãos livres em uma sociedade dividida entre senhores e escravos com insignificante classe média concentrada nas cidades (SILVA, 2007, p.7).

Desde a fundação de São Leopoldo, aproximadamente 300 mil alemães vieram para o Brasil. Depois de colonizar o Rio Grande do Sul, ainda no século 19, eles subiram para Santa Catarina, que atualmente tem a maior população de descendência alemã — mais de 20% do total —, e seguiram rumo ao Espírito Santo, marcando presença no Paraná e, em menor escala, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Atraídos por falsas promessas do Império brasileiro, os alemães criaram, à sua maneira, um ambiente propício para se desenvolverem no país. De maneira geral, a colonização obedeceu a uma ocupação sistemática.

Japoneses e alemães são apenas dois exemplos de povos que fizeram parte da história de nossa imigração internacional promovidas por políticas e acordos

econômicos que visavam ampliar a produção nacional complementando a força de trabalho nacional, na época insuficiente ou indefinida para os interesses do Estado.

Voltando nosso olhar para as imigrações internas, começemos por destacar um momento histórico que reflete a mobilidade interna da força de trabalho, incentivada pelo projeto político promovido pelo do Governo de Getúlio Vargas: a famosa Batalha da Borracha, no ano de 1942, onde centenas de cearenses foram para a Amazônia, transformando-se em seringueiros no Ciclo da Borracha, para atender ao mercado externo que exigia produtos com este tipo de material para suprir as deficiências³⁴ da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O governo de Vargas, ao se comprometer com os Estados Unidos, precisava encontrar uma forma de trazer homens para a exploração dos seringais, visto que os mesmos estavam abandonados com o fim do primeiro ciclo da borracha na década de 10. Segundo matéria do Jornal O Povo, Escravos da Borracha, de 25 de maio de 2006, Getúlio Vargas destinou cerca de 35 mil brasileiros para explorar as terras do norte. Todos iam para a missão com a promessa de encontrar dinheiro fácil. Ledo engano. Ao invés de riqueza, esses homens se depararam com exploração, condições precárias de trabalho, doenças e a morte.

Com o objetivo de alcançar suas metas o presidente utilizando-se de argumentos “encantadores”, conseguiu aguçar a esperança de um povo sofrido e desamparado. Nessa época ocorria a seca de 1942, castigando os cearenses:

(...) a fome, a miséria e a morte se confrontavam com os sonhos da abundância, riqueza e água; ameaçando a classe social abastada pelo crescimento do número de mendigos, flagelados, epidemias, prostitutas e crimes nas ruas da cidade de Fortaleza. A solução consistia na rotineira decisão de descongestionar a cidade, mandando os flagelados da seca para outras regiões, como ocorrera na I Batalha da Borracha, quando foram enviados para a Amazônia. No entanto, com a repetição do flagelo, essa viagem, que antes era forçada, passou a ser decidida no sertão, pois, o retirante tinha as seguintes opções: a mendicância na capital, a II Guerra Mundial, a floresta da Amazônia ou a seca no Ceará (CAVALCANTE, 2002, p. 35).

³⁴ Tais deficiências começaram a surgir quando o Japão, um dos representantes da tropa do eixo, em 1939, fechou as fronteiras da Malásia, ficando o grupo dos aliados sem o fornecimento da borracha, matéria prima essencial para um período de combate armado. Os Estados Unidos, por sua vez, acordaram com o Brasil a possibilidade da exploração de seringais na Amazônia. Os interesses mútuos facilitaram o acordo.

Com o sonho de encontrar uma vida melhor, milhares de retirantes migraram para os seringais, envolvidos por uma campanha preparada sabiamente pelo governo. Os flagelados cearenses “caíram como uma luva” para o novo projeto governamental.

Por esse motivo, a cidade de Fortaleza, no Ceará foi um espaço estratégico para a criação do Serviço de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Lá, era feito o alistamento para quem tivesse interesse em trabalhar nos seringais: “Só em Fortaleza, a Companhia da Borracha encontrou mais de 30 mil flagelados esperando ajuda, e no interior do Estado (Sobral, Iguatu, Crato) outras centenas de pessoas ansiavam por um lugar nos seringais” (SAMPAIO *apud* SAMPAIO, 2002, p. 117).

O espaço para o SEMTA era chamado de campo de concentração, onde milhares de homens eram recebidos, inspecionados, examinados e selecionados os mais aptos para o trabalho duro nos seringais amazônicos. O Governo americano, maior interessado no sucesso desse projeto supervisionava, através da Divisão de Migração, todo o processo de seleção. Pagava cem dólares ao governo brasileiro, por cada trabalhador³⁵ entregue à Amazônia. O órgão internacional *Rubber Development Corporation (RDC)*, financiado com capital dos industriais americanos, custeava as despesas do deslocamento dos migrantes (conhecidos à época como *brabos*) (NEVES, 2003, p. 206).

Para muitos trabalhadores, este foi um caminho sem volta. Cerca de 30 mil seringueiros morreram abandonados na Amazônia, depois de terem exaurido suas forças extraíndo o ouro branco. Morriam de malária, febre amarela, hepatite e atacados por animais como onças, serpentes e escorpiões. O governo brasileiro também não cumpriu a promessa de reconduzir *os soldados da borracha* de volta à sua terra no final da guerra, reconhecidos como heróis e com aposentadoria equiparada à dos militares.

Neste caso da Batalha da Borracha, se trata de migração de vasto contingente populacional, onde muitos cearenses fizeram parte desta típica daquela *rede de trabalho*, estabelecida pelo programa de Getúlio Vargas, vivendo parte de suas vidas em

³⁵ Cada migrante que assinasse um contrato com o SEMTA recebia um kit básico que consistia em uma calça de mescla azul; uma blusa de morim branco; um chapéu de palha; um par de alparcatas de rabicho; uma caneca de flandre; um prato fundo; um talher, uma rede; uma carteira de cigarros Colomy e um saco de estopa no lugar da mala. Além disso, recebiam um pequeno salário durante a viagem até a Amazônia. Após a chegada, receberiam uma remuneração de 60% de todo capital que fosse obtido com a borracha. Depois de recrutados, os voluntários ficavam acampados em alojamentos construídos para este fim, sob rígida vigilância militar, para depois seguirem até à Amazônia, numa viagem que podia demorar de 2 a 3 meses. A superlotação e o tédio faziam parte, da viagem, sendo os migrantes amedrontados pelo ataque dos submarinos alemães.

território estranho. É interessante que alguns depoimentos³⁶ de sobreviventes apontam certa paixão pela terra acreana, afinal de contas a maioria deles, mesmo tendo deixado familiares para trás, fizeram amigos e constituíram família no local de destino. Na época, a população do Acre era formada basicamente por migrantes e a partir deles várias redes migratórias foram estabelecidas. É certo que o espaço foi transformado e construído pelos “soldados da borracha” que ali se encontravam em busca de uma vida melhor.

A migração para a Amazônia foi mais uma tentativa de milhares de famílias das péssimas condições de vida e trabalho, agravadas pelas secas que assolavam o Nordeste. É nesse contexto complexo que percebemos um conjunto de relações de poder permeando os conflitos entre os grupos oligárquicos donos de terra que controlavam as instituições estaduais e com isso interferem nas políticas públicas, e os trabalhadores depossuídos de terra que migravam para romper com essa situação.

Essas relações de poder, também, são encontradas em políticas que estimulam a migração dentro do próprio Estado do Ceará. O geógrafo Sampaio (2002) que fez um estudo sobre a mobilidade da população cearense, atenta para algumas localidades do Estado que, a partir, do processo de industrialização e modernização ocorrido no Estado, onde os interesses estavam voltados para a inserção na lógica do capital internacional, houve um incremento na movimentação de migrantes.

Para exemplificar, temos as cidades de Morada Nova, Forquilha, Paraipaba, Várzea do Boi, Quixabinha, Icó, Banabuiú e Jaguaruana preparadas com locais estruturados e organizados em agrovilas para receber os novos habitantes selecionados, que passam a ser produtores nestes espaços agrários do Ceará. Nesses casos o Estado investiu na desapropriação de terras para a produção irrigada em áreas onde são instaladas infra-estruturas.

Temos ainda a cidade de Barbalha, onde o autor destaca a usina Manoel Costa Filho, voltada para a exploração da cana. Na região da Ibiapaba a mobilidade de trabalhadores para lá foi ocasionada pela demanda de mão-de-obra para a plantação do maracujá. No Baixo Jaguaribe destaca-se a produção de goiaba, acerola, mana, uva e graviola, local em que o autor verifica que tanto os proprietários quanto os trabalhadores eram de outros municípios ou da cidade de Limoeiro do Norte.

³⁶ Depoimentos de alguns sobreviventes da chamada “Batalha da Borracha” foram exibidos no 14º Cine Ceará, em documentário intitulado “Borracha para vitória” do cineasta Wolney Oliveira, exibido em Junho de 2003.

Esses exemplos, os quais fizemos questão de citar, são para mostrar que o processo de mobilidade da força de trabalho é contínuo e inerente ao sistema capitalista. Áreas que concentrarem riquezas e se mostrarem promissoras de emprego vão continuar a estimular as migrações e àquelas, que estiverem economicamente estagnadas, vão proliferar a expulsão de seus conterrâneos. Isso significa dizer que as desigualdades sócio-espaciais persistirão, pois elas fazem parte de um mercado de trabalho que para funcionar tem que, necessariamente, manter as diferenças e as contradições.

3.4 Políticas estaduais de migração

No que concerne à migração, especificamente, com o apoio do Ministério do Interior, através da SUDENE, mediante os CETREMIs e do Sistema de Informações sobre Migrações Internas (SIMI), no Estado do Ceará, o projeto mais importante foi a instalação dos Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREMIs), elaborado e montado pelo Ministério do Interior que veio com a proposta de facilitar o trajeto e a integração dos migrantes carentes nas cidade receptoras.

Este projeto foi chamado de Programa Estadual de Apoio ao Migrante de Baixa Renda incluído no II Plano de Metas Governamentais – II PLAMEG 79/83. Segundo o Governo, este programa veio constituir-se uma alternativa operacional para a redução das desigualdades sociais nos setores urbanos, atuando especificamente sobre a problemática dos fluxos migratórios.

Inovava a administração estadual, com esse programa, porque modificava sua forma de ver a problemática. Segundo o Governo, o processo migratório campo-cidade tenderia a manter-se, mesmo sob ótimas condições de produtividade da agricultura, o que torna justificada a preocupação com a inserção do migrante nos contextos urbanos.

Mesmo cientes de que o programa não seria uma solução definitiva para o problema, suas diretrizes eram:

1. Apoio à população migrante nos centros urbanos de forma a facilitar uma mais rápida integração ao mercado de trabalho e ao uso dos serviços existentes, antecipando medidas à marginalização dessa população;
2. Realização de estudos sistemáticos sobre fluxos migratórios e características das pessoas que migram, para obter-se o controle efetivo dos fatores que determinam a mobilidade geográfica da população e a provisão de recursos infra-estruturais face ao incremento esperado em determinados centros urbanos (IPLANCE: 1979, p. 15).

Tal abordagem sobre os imigrantes, entendendo-os como segmento possível de assistência pública, foi uma novidade no planejamento estatal. Os administradores do Estado acreditavam que o acelerado processo de urbanização no Ceará influenciado pelo peso exercido pelos contingentes migratórios sobre a capital estava exigindo maior atenção do poder público. Daí o conjunto de medidas de apoio ao imigrante, visando sua integração do migrante em Fortaleza.

Essa preocupação com as migrações para as cidades, por parte do Estado, tinha razões políticas e econômicas importantes. Como sabemos o desenvolvimento desigual entre nações e intranações provocam mudanças estruturais e superestruturais no sentido determinado pelo desenvolvimento capitalista, sendo os movimentos espaciais da força de trabalho determinados pela constante necessidade de valorização do capital no seu processo de expansão. Dessa forma se faz evidente uma preocupação com os movimentos migratórios, principalmente porque há uma tendência histórica de atração de mão-de-obra para lugares de concentração/expansão do capital nos centros urbanos, mas nem sempre esse contingente populacional é absorvido, ficando grandes massas sobrando, excluídas.

Atrelada ao capital industrial, a cidade passa a adquirir novas configurações e no período que compreende ao final da década de 1940 até meados dos anos de 1960, têm-se a consolidação do padrão periférico e a solidificação das ações do Estado na questão habitacional. Este modelo periférico de crescimento e inchaço das cidades é evidenciado ainda nos dias atuais, facilmente observado na espacialização das classes sociais, ocupando lugares e regiões distintas na mesma cidade, dando a impressão de haver várias cidades dentro de apenas uma.

Assim, da mesma forma que existem os programas que tentam reter o homem ao campo, como as políticas de combate à seca que constantemente temos citado, os programas destinados à população migrante vão na direção de assisti-la no local de destino, amenizando os problemas de moradia e adaptação.

O Programa Estadual de Apoio ao Migrante de Baixa Renda tinha uma abrangência estadual atendendo a Região Metropolitana de Fortaleza, e outras cidades do interior do Estado.

Os objetivos do Programa expostos no documento emitido pelo IPLANCE (1979, p. 34) apresenta o Estado como subsidiário da qualificação de mão-de-obra para o desenvolvimento do capital. Essa política transforma os imigrantes em banco de reserva de mão-de-obra capacitada para as necessidades do mercado. Não existe nela a

conscientização da condição de migrante, nem uma discussão sobre as causas da migração, tampouco a valorização do local de origem, portanto, podemos concluir que se trata de uma política que reforça a migração e não a evita.

Muitos órgãos, na época, foram responsabilizados com atribuições específicas, na tentativa de alcançar esses objetivos, demonstrando a importância que o Governo, dava as políticas direcionadas ao processo migratório.

As ações do Governo estadual dependem das disposições federais e seus programas sociais são decorrentes da política nacional. As medidas voltadas, especificamente, para a redução dos efeitos provocados pelas migrações, ao longo do território nacional, são mínimas, não porque as dificuldades nesse campo sejam poucas ou de repercussões econômicas e sociais de fraca expressão. Embora o fenômeno seja antigo, é possível entender a passividade governamental frente ao problema quando o encaramos sob o ponto de vista social.

A partir de 1985, com a redemocratização do país, momento da Nova República, ensejou-se a abertura política com o fim do regime militar e o retorno das eleições diretas, que mais tarde culminaram com a eleição do presidente Tancredo Neves. Nesse período, as discussões políticas e acadêmicas estavam vigorosas sobre os problemas urbanos, o que propiciou a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano³⁷ e a discussão sobre a política urbana nacional.

A constituição de 1988 explicitou essa política urbana e trouxe uma nova repartição de recursos entre a União, Estados e Municípios. Esta constituição estabeleceu, ainda, uma nova ordem no que diz respeito às diretrizes para o desenvolvimento urbano e a necessidade cada vez maior de planejamento, pautado no discurso da sustentabilidade.

No contexto de redemocratização, na Nova República, elementos inovadores foram trazidos para repensar a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, como por exemplo, o estabelecimento do Fundo Constitucional para o Nordeste, envolvendo 1,8% da receita tributária da União para financiar projetos produtivos através do BNB.

No Ceará, a ação de órgãos regionais como o BNB, DNOCS e SUDENE foi responsável pela visibilidade das ações emergenciais de combate às secas, como também, das ações permanentes para o semi-árido nordestino. Essas ações foram das mais diversas, tais como, frente de serviço para trabalhadores rurais sem trabalho

³⁷ Entendemos a política urbana no Brasil importante no debate para as políticas migratórias, visto que estas se encontravam subordinadas à questão do desenvolvimento urbano nas cidades.

durante as estiagens, construção de reservas hídricas como açudes e poços, além de obras de infra-estrutura para ocupar o homem do campo possibilitando dinamizar a economia. Essas medidas representam esforços governamentais que direta ou indiretamente se relacionaram com a migração e seus impactos sobre os trabalhadores e a economia.

Voltemos a problematizar o fenômeno das migrações e uma de suas causas imediatas, as secas, com as relações de poder daí decorrentes que envolvem os produtores, donos de terra, os trabalhadores desprovidos dos meios de produção e o Estado de classe. Para isso, tomemos as palavras de Magalhães que (1991) que:

À medida que foi evoluindo o diagnóstico as respostas emergenciais e permanentes foram se distanciando. Enquanto, durante as secas é necessário criar empregos, para que a construção de obras hídricas e de infra-estrutura se adequem, a estratégia de desenvolvimento econômico e social é muito mais complexa. Dada, entretanto, a escassez de recursos humanos qualificados, geralmente os técnicos e os recursos financeiros destinados aos programas emergenciais, o que estabelece uma competição entre dois tipos de estratégia. A seca acaba impactando negativamente a capacidade do Governo de executar estratégias de combate aos seus efeitos (p. 26).

Novamente, percebemos um discurso que não alcança as razões primeiras do problema social das secas e das migrações. Os problemas técnicos e administrativos são apresentados como obstáculos à eficiência do planejamento.

A experiência institucional de políticas governamentais para combate aos efeitos da seca no Nordeste brasileiro, em geral, e no Estado do Ceará, em particular, suscita outra gama de problemas de ordem cultural, social e econômica. Um deles é a forma como a sociedade é capaz de perceber a seca, o que é fundamental para influenciar na resposta governamental. A organização social, o sistema produtivo, o domínio do poder, a natureza das elites, o nível cultural e educacional do povo, são variáveis importantes que influenciam na forma de percepção, na definição das respostas e na apropriação dos resultados das ações do governo pelas classes sociais.

Essas variáveis também são importantes para analisarmos as migrações, pois este processo chama a atenção do Governo sempre que o agravamento do desequilíbrio entre a demanda e oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho se faz sentir e, ainda, quando as conseqüências geradas pelo intenso processo de crescimento urbano mostra a ineficácia das políticas públicas.

Independente de quantas e quais políticas públicas existentes no nosso país, nós gostaríamos de concluir este item com uma reflexão que será retomado no próximo

capítulo: por que o migrante é tratado pelo Governo como mais um número a ser registrado numa dada estatística ou num trâmite burocrático de documentos na fronteira?

Contudo, lamentavelmente, a intensidade do movimento migratório que se registra hoje em dia em quase todos os países, encontra fronteiras progressivamente fechadas; quase inexistência de espaços sociais de acolhida; e a insegurança de perspectivas. Por isso, nosso interesse em perceber o funcionamento das *redes sociais na migração* e se estas podem amenizar as dificuldades pelas quais os migrantes passam no local de destino.

A falta atual de políticas públicas, através de ação direta, sobre a condição do imigrante, vai impulsionar a sociedade civil a desenvolver ações de assistência e atendimento a esse segmento popular, atitudes estas tradicionalmente de competência dos governos. Assim vamos encontrar redes sociais que envolvem imigrantes, estabelecendo laços profissionais, de amizade de solidariedade e de interesses diversos.

Essas redes auxiliam os chegantes em sua inserção no mercado de trabalho, na convivência social, na propagação de informações sobre o lugar e seus serviços básicos, acomodam os imigrantes em moradias e em outras relações sócio-espaciais.

CAPÍTULO IV - REDES SOCIAIS DE MIGRAÇÃO

Diante da discussão feita até o momento, nosso objetivo no presente capítulo é expor a teoria sobre redes sociais e confrontá-la com os resultados de nossa pesquisa, analisando as *redes sociais de migração* a partir de casos específicos. Com isso queremos identificar nessas redes a existência ou não de uma crítica social às políticas públicas.

Tanto nas leituras, como em “inocentes”³⁸ conversas com imigrantes - mesmo eles sendo próximos, conhecidos e até num contato casual como, por exemplo, na hora de uma compra em que o vendedor apresenta sotaque diferente - , algumas questões vinham à tona: De onde você veio? Veio sozinho? Por que decidiu vir a Fortaleza? Você já conhecia alguém que mora aqui? Na maioria das respostas era possível notar que suas vindas se davam em rede, ou seja, sempre havia uma ligação pessoal que viabilizava essa mudança de lugar de moradia.

Em pesquisa feita sobre agricultores mineiros que migraram para São Paulo entre os anos de 1930 e 1958, Ribeiro (2004) descreve o funcionamento de certas redes sociais na migração:

Em São Paulo, lavradores receberam o apoio de redes solidárias e informais, relações pessoais e familiares que atraíam, apoiavam, inseriam e relacionavam os trabalhadores com a cidade, o trabalho e a comunidade de origem. Elas facilitaram entrar no urbano, no mercado e no emprego. Desde as primeiras viagens já seguiam em grupos, já conhecedor da cidade. Os experientes indicavam rumos, defendiam os novatos das armadilhas das estradas, conheciam as melhores empresas, e a *companheiragem*, se fortalecia no emprego (p. 250).

Em outro estudo, de Fusco (2002), o autor verifica que no processo de obtenção do primeiro emprego as agências de recrutamento facilitaram para os imigrantes, contribuindo, em algum momento, para o êxito dessas pessoas. Exemplifica os casos dos imigrantes de Criciúma e Maringá, os quais foram bem sucedidos, em cerca de 6% e 70% das solicitações de emprego, respectivamente. Em Criciúma, as redes sociais, principalmente as de parentesco, configuram-se como principal ponto de apoio para o imigrante, a passo que em Maringá são as agências de recrutamento que desempenham esse papel. Uma grande diferença entre as duas redes, diz o pesquisador, é o custo para

³⁸ Essas conversas chamadas de “inocentes” se referem aquelas em que naquele momento não eram objetos de nossas entrevistas. Algumas questões eram despertadas pelo fato de ser um assunto que há anos fazia parte de nossos estudos. Isso acontece com os pesquisadores que mesmo que não estejam na busca de encontrar tais objetos, sempre que eles apareçam inesperadamente, surgem *insights* que não seriam ativados por pessoas que não trabalham com a mesma temática.

o imigrante. O indivíduo que usa os serviços de uma agência de recrutamento quita esse compromisso pagando em espécie e suas obrigações acabam aí. Quem se apóia nos laços sociais, eventualmente, “compra” favores com dinheiro, mas, na maioria dos casos fica com a obrigação de retribuir o favor, multiplicando as conexões da rede social (p. 162-163).

Além desses autores, nos apoiamos em nossas análises, em Ralfo Matos (2005), Adelita Carleial (2002a e 2004), e Danyelle Guerra (2002), dentre outros estudos que existem sobre as redes sociais ligadas ao processo migratório. O fato de existirem elos entre imigrantes e não imigrantes era suficiente para responder sobre nossas inquietações. Intrigava-nos tanto a falta de campanhas governamentais esclarecedoras sobre a problemática que envolve a migração, quanto o descobrimento de políticas públicas específicas sobre essa questão.

4.1 Redes sociais urbanas dentro do contexto da migração

Diante de uma gama de ações, montadas em redes, pela sociedade civil, podemos citar algumas que se encontram atualmente em pleno vigor: redes digitais, redes de telecomunicações, rede das águas, redes de educação ambiental, redes de educação popular, redes nacionais feministas, redes migratórias, redes de solidariedade, dentre muitas que são desenvolvidas como formas de conexão e de ação conjunta.

Muitos estudiosos, principalmente os geógrafos se detêm no conceito de redes para compreender certos aspectos da organização dos centros urbanos e da forma como estes se articulam no território. Matos (2005) afirma que as redes urbanas, em particular, fornecem importantes subsídios ao estudo das desigualdades regionais no Brasil, já que, o conjunto de suas articulações pode indicar quais são os sub-espços dotados de um maior número de conexões, capazes de gerar economias de aglomerações suficientes fortes, para atrair fatores de desenvolvimento.

Todas essas redes sociais são estratégias construídas pelas pessoas para potencializar seus trabalhos, desejos, interesses, ações sociais encontradas em distintas sociedades e em tempos históricos.

Nosso objeto de estudo permeia diretamente *as redes sociais de migração*. Dentre elas, um tipo especial em particular, aquelas localizadas na cidade de Fortaleza, capital cearense, um local de chegada para milhares de pessoas em busca de sobrevivência e oportunidades.

O fato dessas *redes sociais de migração* ocorrerem nas cidades implica em significados próprios dos espaços urbanos, de modo de vida das urbes e de suas implicações que seriam diferentes se tais interconexões se dessem no meio rural.

As cidades são impessoais, distantes, complexas, repletas de códigos e dificuldades requerendo de seus habitantes certas habilidades e destrezas que o recém-chegado carece, mas que as *redes sociais de migração* vão ajudá-lo a adquiri-las.

Nas cidades, o imigrante fica fragilizado, deslocado, ansioso e perplexo com as novidades das práticas sociais e cotidianas. Aqui, também, as *redes sociais de migração* vão desempenhar o papel de tranquilizá-lo, informá-lo, dando-lhe a sensação de pertencimento ao grupo social e ao novo lugar.

Para nós que pretendemos configurar algumas das *redes sociais de migração* que são estabelecidas na cidade capital cearense, sejam elas no âmbito da família, do trabalho, dos amigos, de universidades, ou até de casamentos, vamos nos deter na discussão das redes existentes nesse espaço urbano, mas não direcionando-as para o estudo das disparidades ou do número de conexões existentes. Nosso objetivo é, através de histórias vividas, mostrar as particularidades encontradas, em cada caso, suas articulações ou nós, desenhando alguns tipos de redes que por vezes se encontram mais ramificadas ou mais curtas.

Diante disso, desenhemos 15 casos de redes, de forma que, visualmente, possamos compreender como se deu o processo de mobilidade de cada protagonista que escolhemos para contar sua história e a partir daí reconstruir suas vidas, na cidade.

Já que estamos lidando com histórias de vida, é esperado que umas se apresentem de forma mais complexas do que outras. Para objetivar, neste momento, dentre os 15 casos, escolhemos três histórias para mostrar a dimensão dos seus fluxos e ainda expor nosso trabalho de uma forma mais clara e visual, sendo elas a de número 4, 7 e 10, nominadas a seguir em casos: A, B e C, respectivamente. As demais ficaram no apêndice, mas suas informações foram aproveitadas e analisadas no cômputo geral do trabalho.

Caso “A”

Neste fluxo temos uma imigrante nascida no Bom Jesus, interior do Estado do Ceará. Com a morte do pai, aos 15 anos ela com mais três irmãs migraram para outro interior onde as perspectivas de ganhar dinheiro eram maiores que as do local de origem. Foram para Quiterionópolis, uma cidade próxima de onde elas moravam,

contudo, mais desenvolvida, tanto na dinâmica do comércio quanto nas escolas. Lá alugaram uma pequena casa indicada por parentes – *rede familiar de migração* – que já moravam lá, recebendo também informações sobre alguns estabelecimentos, onde comercializam doces, produtos que as imigrantes se propuseram a fabricar intencionadas a ganhar dinheiro. Além dos doces de vários sabores, elas também faziam rapaduras e, com o lucro das vendas pagavam o aluguel que era um valor irrisório e se mantinham na nova cidade. Permaneceram por lá por 4 anos, numa situação que, como mostra o gráfico, se mostrou satisfatória no início, foi se mantendo estável no decorrer dos anos e no último ano a situação foi se deteriorando.

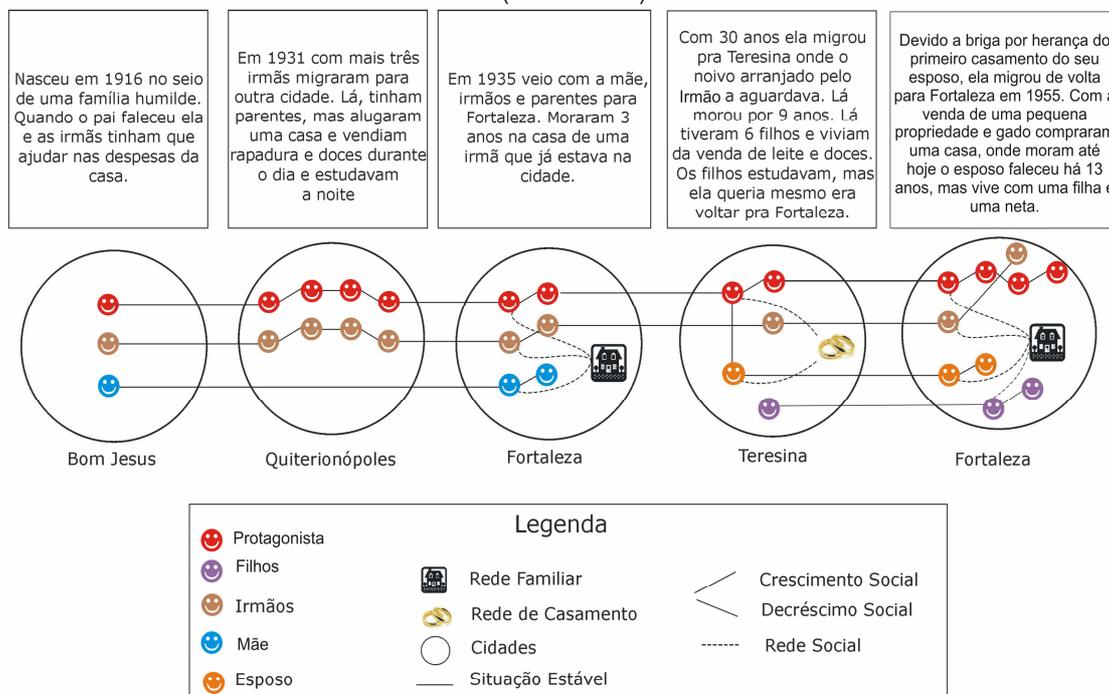
Em 1935 surgiu um convite de uma irmã para ir para Fortaleza e junto com a mãe e as irmãs migraram para a cidade cearense subsidiadas pela *rede familiar de migração*. A situação financeira se mostrava positiva no decorrer dos anos, pois, apesar, de muitas pessoas morando dentro de uma casa, todos ajudavam nas despesas. Aqueles que não trabalhavam fora, como nossa protagonista, costurava e bordava sob encomendas.

Um irmão da protagonista que sempre viajava a negócios para a cidade de Teresina, ao visitar a família em Fortaleza, chegara com uma notícia de que tinha arranjado um bom marido para ela, um viúvo rico e de família tradicional de Teresina. A mãe insistiu para que houvesse esse casamento, alegando estar na hora de casar e, mesmo sem conhecer o noivo, ela migrou para Teresina já para seu casamento, estabelecendo assim *uma rede de casamento*. A situação não era bem como o irmão a contara, mas nada podia ser feito. Eles casaram e tiveram 6 filhos. Viviam da venda de leite e doces produzidos na pequena propriedade de seu esposo. A situação em que viviam era boa não faltando nada aos filhos. O maior problema enfrentado era a briga pela herança ovacionada pelos filhos do primeiro casamento de seu esposo. Um envenenamento provocado pelos enteados levou a morte de dois de seus filhos. Essa situação resultou na decisão de voltar para Fortaleza, onde ainda morava 2 de suas irmãs. Mais uma vez a *rede familiar* permitiu maior facilidade em sua estadia. Com a venda de uma propriedade e gado eles compraram uma casa e todos vieram com o objetivo de permanecer na cidade. A vida em Fortaleza, a princípio foi de muita dificuldade, tendo os filhos que, mesmo crianças, vender jornais, e algumas frutas. Como ela bem lembra: “Os meninos acordavam por volta das 4:30h para vender jornais, enquanto as meninas vendiam cajarana e siriguela na vizinhança”. No decorrer de seu

relato, a imigrante crê que todo o esforço foi compensado. Hoje todos os 8 filhos vivem numa situação financeira estável, podendo ajudá-la em qualquer ocasião.

O esposo falecido há mais de 13 anos, é lembrado várias vezes em trechos de nossa conversa. Apesar da solidão que a mesma se diz atormentada, pareceu-nos uma senhora bastante feliz. Atualmente ela mora com uma filha e uma neta. Está com 92 anos de idade, detendo uma saúde invejável, e bastante lúcida, o que permitiu o desvelamento de toda essa história vivida.

Gráfico 04 - Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração
Caso 04 - Período (1931 - 1955)*



Na próxima rede a ser apresentada, pudemos identificar 3 tipos de *redes de migração*. A história dessa protagonista se mostrou com muitas particularidades, devido a intensidade do fluxo. Lembramos que, no momento da entrevista, ao chegarmos à sua casa a satisfação dela era clara para expor sua história: “minha vida poderia virar até um livro. Já passei por tanta coisa (...).” É assim que ela vai se aconchegando para iniciar seu relato e nós, atentas e ouriçadas para novas descobertas.

Caso “B”

O deslocamento da protagonista iniciou quando ela era ainda criança. Com o desemprego do pai, a família se viu obrigada a mudar para outra cidade, onde moravam alguns parentes, na perspectiva de conseguir algum tipo de trabalho. Com a ajuda de um tio, - *rede familiar de migração* - eles moraram um tempo de favor, até ter a possibilidade de adquirirem uma casa própria. Morando por mais de quinze anos nessa cidadezinha a situação foi considerada estável. Ainda nesse local a protagonista casou e teve 5 filhos. Com a doença do avô paterno, migraram para Ipueiras, com o objetivo de cuidar do ente querido. Lá a situação piorou, pois seu esposo não conseguia emprego, tendo que viver apenas da roça. Com a morte do avô, e um emprego certo para o esposo, migraram novamente, desta vez para Quiterionópolis, cidade onde moravam vários parentes e amigos. Viveram por 3 anos de favor na casa de um parente, - *rede familiar de migração* - mas conseguiram uma casa pagando um aluguel baixo em relação ao cobrado na época. Apesar de permanecer como dona de casa, a situação da família melhorou: os filhos estudavam em escolas melhores e o esposo permanecia estável no trabalho.

À convite de um primo do seu esposo que estava morando em Brasília para trabalhar na construção civil com a promessa de um salário três vezes maior do que o marido recebia, a família decidiu mais uma vez migrar.

Alugaram uma pequena casa, e, apesar, de um início difícil por causa da adaptação em uma cidade grande, que para eles era uma importante novidade, por apresentarem aspectos diversos de cidade pequena, no decorrer de um ano eles conseguiram juntar uma razoável quantia de dinheiro.

Com o término das obras, nas quais seu esposo estava inserido no quadro de funcionários, outra oportunidade surgiu. Só que no momento na cidade de Goiânia-Go. Lá, *a rede fraterna* foi estabelecida por um grande amigo de seu esposo que já morava naquele lugar há mais de cinco anos. Com o dinheiro que eles tinham conseguido juntar, compraram uma casa da Cohab e, logo, tanto o esposo como alguns de seus filhos conseguiram emprego. Permaneceram nesta cidade por 4 anos, numa situação estável e confortável.

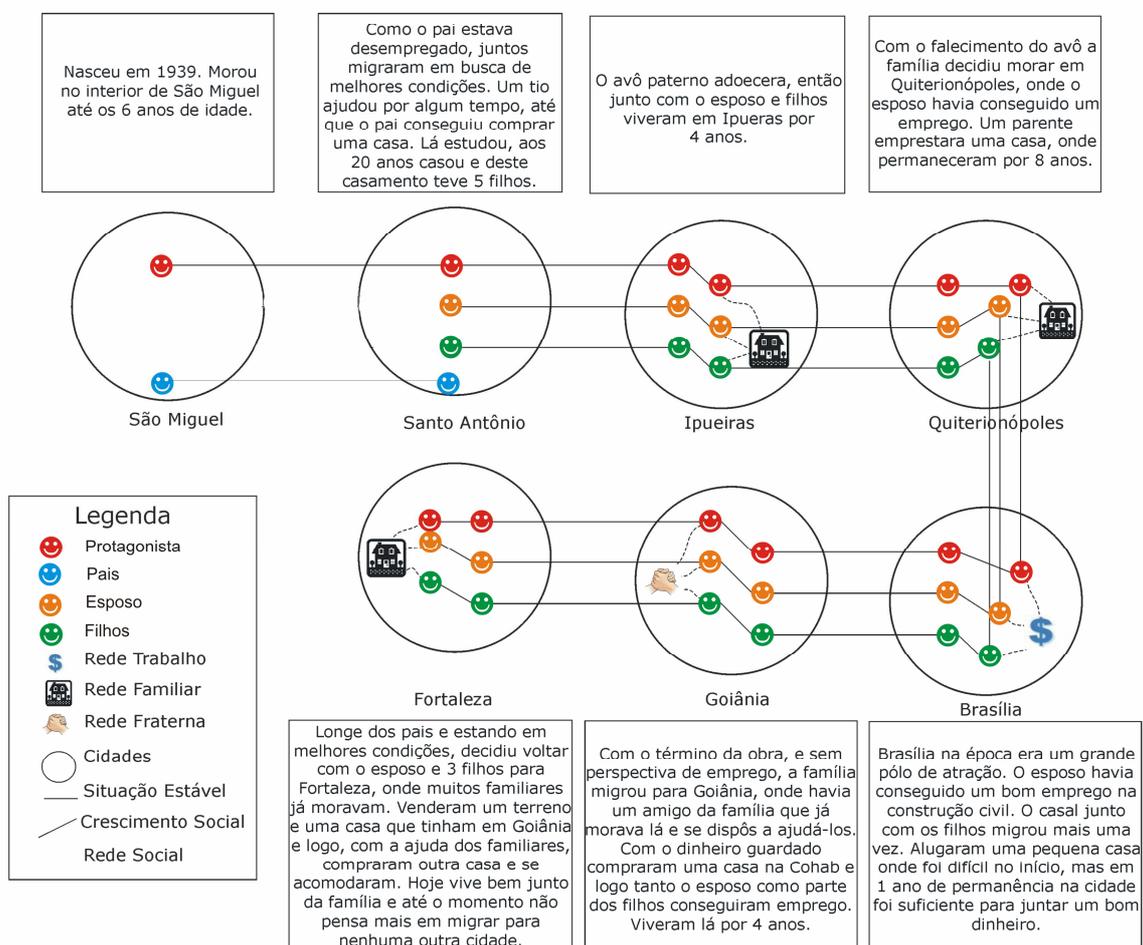
Longe dos pais e de seus irmãos, a protagonista relata a saudade de seus familiares:

Fazia muitos anos que a gente morava longe das pessoas que mais amava. Fiz o que tinha que fazer, acompanhar meu marido e meus filhos. Não tinha mais razão para ficar longe. A gente vivia bem, tinha dinheiro, mas não estava com

família perto, então insisti até conseguir com que a gente viesse para Fortaleza, onde estavam quase todos os meus irmãos.

Mesmo que 2 de seus filhos quisessem permanecer na cidade goiana, o restante da família migrou para Fortaleza. Alguns de seus irmãos ajudaram no início, mas logo eles compraram uma casa próxima aos familiares, onde moram até hoje, sem a intenção de morar em outra cidade. Como ela mesma disse: “Sair daqui, só quando eu for me enterrar”.

Gráfico 07 - Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração
Caso 07 - Período (1945 - 1980)*



No caso seguinte, a ser apresentado, temos um protagonista de origem estrangeira, que teve em sua trajetória, particularidades diversas das anteriores, o que o impulsionaram a migração, de certa forma, marcando diferenças entre imigrantes internos e estrangeiros.

Caso “C”

O protagonista português escolheu como pouso para férias o Brasil, especificamente a cidade de São Paulo, onde morava um amigo, também, de origem portuguesa. Provavelmente, o fato de ter esse amigo, pesou na sua escolha da cidade paulista.

O que seria temporário tornou-se permanente, devido à surpresa de um encontro. Mas, não estamos falando de um encontro qualquer, apesar de inesperado. Como ele enfatizou: “O amor me tocou naquele momento. Foi só olhar, que eu vi que era ela”. A relação de cumplicidade se intensificava a cada encontro. Uma pernambucana, que morava em Fortaleza, mas passava uma temporada em São Paulo a trabalho, foi motivo para que nosso protagonista permanecesse na cidade.

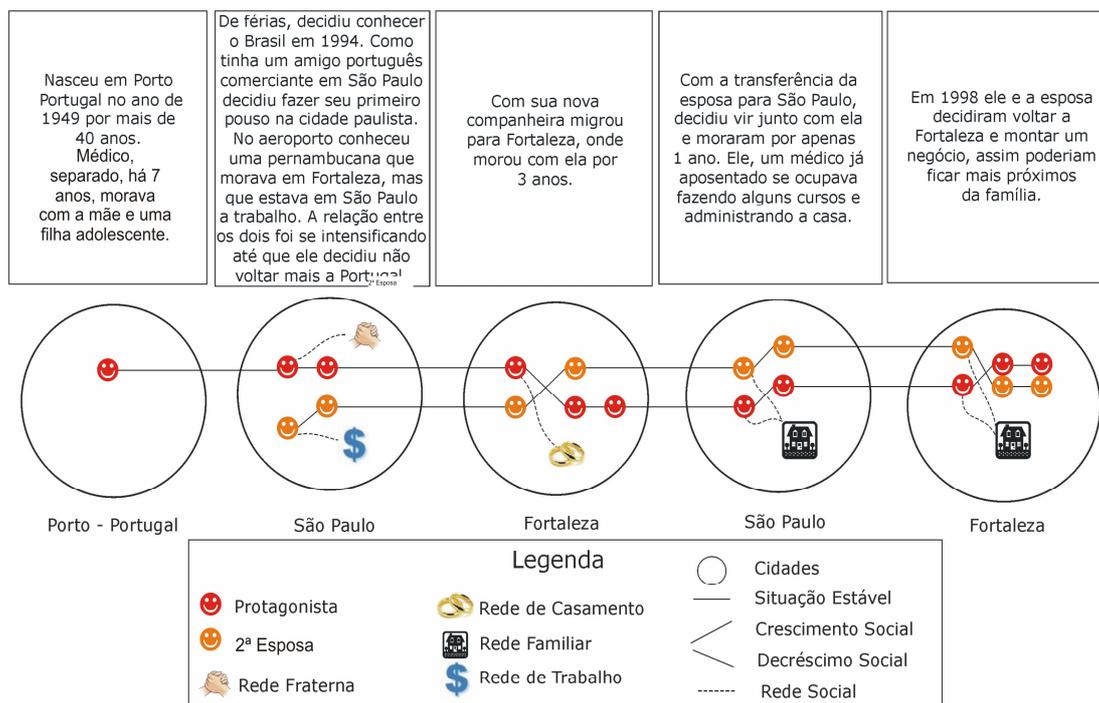
Com a volta de sua companheira para Fortaleza, o imigrante decide ir junto com ela. Apesar de uma “gorda” poupança que dava para ele se manter sua situação não era confortável, pois até se acostumar na cidade, a ociosidade lhe causou certa inquietação.

De volta para São Paulo acompanhando sua esposa a trabalho, ele aproveitou para fazer um curso de especialização ofertado por uma grande universidade paulista. Paralelamente, ele administrava a casa, principalmente nas compras de supermercado e pagamento de contas.

A saudade de Portugal foi citada várias vezes em seu relato, mas em nenhum momento sentimos dúvidas ou mesmo arrependimentos em sua decisão de constituir uma nova família longe de seu país. A relação com os filhos dessa sua segunda esposa era saudável e estável o que, de acordo com ele, fazia pairar um sentimento sincero de amor e carinho. Todos esses motivos fizeram com ele se sentisse tranquilo e feliz em sua nova relação.

Após 1 ano em São Paulo, o casal decidiu voltar para Fortaleza e juntos montarem um negócio próprio. A falta de experiência no comércio da esposa levou a algumas dificuldades, mas com estabilidade financeira e um emprego de professor na Faculdade de Medicina, os problemas foram amenizando, mantendo a situação atual de estabilidade familiar.

Gráfico 10 - Fluxo Migratório para Fortaleza e Redes Sociais de Migração
Caso 10 - Período (1994 - 1998)*



Refletindo sobre os três casos apresentados, os demais pesquisados (ver apêndice), a análise dos resultados gerais da pesquisa nos revelou a importância que os atrativos da cidade exercem sobre as motivações dos imigrantes para deixarem seus locais de origem. Marcadamente, são as oportunidades da cidade que despertam interesse nos imigrantes, como as oportunidades de estudo para os filhos e para o (a) próprio (a) protagonista, o emprego, o atendimento médico e o casamento. Desperta atenção o fato de que as razões femininas têm predominância nos cuidados com a família (estudos dos filhos), enquanto que os motivos masculinos primam pelos interesses individuais (casamento, emprego, estudos deles próprios).

Quando buscamos com quem os homens migraram, vemos que eles vieram sozinhos, com amigos e também com a esposa, mas as mulheres em sua maioria vieram com a família. O que significariam essas diferenças entre homens e mulheres sob a ótica de gênero? Poderíamos ventilar que as mulheres imigrantes não se diferem das outras não imigrantes, portando comportamentos voltados para a vida privada. Mas, no contexto atual, além dos cuidados com a família e o lar, as mulheres, em geral, se dirigem à vida pública inferindo-se no mercado de trabalho.

Algumas questões, que já foram apontadas, vamos resumir no Quadro 1 a fim de visualizarmos dados mais gerais, obtidos na pesquisa.

Quadro 1 – Dados gerais sobre o (a) imigrante pesquisado (a), segundo sexo, local de nascimento e estratégias de análise.

PROTAGONISTA	Sexo	Local de Nascimento	Estratégias de análise					
			Razões da migração	Com quem migrou	Quem o abrigou, ou forneceu ajuda	Vantagens da migração	Des-Vantagens da migração	Tipo de rede
Imigrante 1	F	Baixio - CE	Estudo para os filhos	Esposo e filhos	Parentes	Melhor condição de vida	Dificuldades de adaptação	 Familiar
Imigrante 2	F	Santa Quitéria – CE	Estudo para os filhos	Esposo e filhos	Amigos	Estrutura familiar	Dificuldades de adaptação	 Fraterna
Imigrante 3	F	Teresina - PI	Estudo e emprego	Sozinha	Amigos	Independência financeira	Saudade da família	 Fraterna
Imigrante 4	F	Bom Jesus - CE	Problemas de saúde	Irmãos	Parentes	Estrutura familiar/ Melhoria na saúde	Dificuldades de adaptação	 Familiar
Imigrante 5	F	Baixio - CE	Estudo	Sozinha	Parentes	Melhor condição de vida	Saudade da família	 Familiar
Imigrante 6	F	Canindé - CE	Estudo e trabalho	Sozinha	Parentes	Melhor Condição de vida e casamento	Dificuldades de adaptação	 Fraterna
Imigrante 7	F	São Miguel – CE	Emprego	Esposo e filhos	Parentes	Melhor condição de vida	Dificuldades de adaptação	 Familiar
Imigrante 8	M	São Paulo – SP	Casamento	Sozinho	Companheira	Estrutura familiar	Saudades da família	 Casamento
Imigrante 9	F	Nova Russas – CE	Trabalho	Esposo	Parentes	Estrutura familiar	Dificuldades de adaptação	 Familiar
Imigrante 10		Porto - Portugal	Casamento	Sozinho	Amigos	Estrutura familiar	Saudades da família	 Fraterna

Imigrante 11	F	Cedro - CE	Casamento (Acompanhar esposo)	Esposo e filhos	Amigos	Estrutura familiar	Dificuldades de adaptação	 Fraterna
Imigrante 12	F	Preá- CE	Casamento (Acompanhar esposo)	Esposo e filho	Parentes	Estrutura familiar	Dificuldades de adaptação	 Familiar
Imigrante 13	F	Manaus	Casamento	Esposo	Amigos	Estrutura familiar e melhor formação acadêmica	Saudade da família	 Fraterna
Imigrante 14	M	Boa Vista – RR	Estudo	Amigos	Universi- dade	Melhor formação acadêmica	Saudade da família	 Estudo
Imigrante 15	M	Hamburgo - Alemanha	Emprego	Esposa	Empresa	Melhor condição de vida	Saudade da família	 Trabalho

Fonte: Pesquisa direta em Fortaleza – Período: Julho de 2006.

Vemos, no conjunto dos pesquisados, que há uma predominância de entrevistados do sexo feminino, representando quase 75% dos casos. Como já salientamos, a escolha foi aleatória e o público feminino foi aparecendo, sem intenção nossa, de uma forma mais acentuada. É possível que a identidade feminina entre a pesquisadora e os imigrantes possa, em algum momento, ter influenciado a aproximação com o objeto de estudo, mas tal coisa não prejudicou os resultados obtidos.

Interessante perceber que as conversas que tivemos com as mulheres foram mais longas e produtivas, quando elas se portaram de forma mais à vontade durante o seu discurso. Já os homens, foram mais breves e algumas questões importantes para a pesquisa precisaram ser salientadas, por nós, durante a conversa.

Na maioria dos casos, tivemos pessoas oriundas do interior do Estado, e, na seqüência, 4 (quatro) vindas de outros estados (quatro) e apenas 2 (dois) estrangeiros. Diante do universo de imigrantes no Ceará, não podemos dizer, a partir dessa diminuta amostra, que migram mais para Fortaleza pessoas vindas do interior, pois em nossa pesquisa temos imigrantes recentes e antigos, mas em nossos resultados podemos afirmar o predomínio de interioranos.

Em geral, o objetivo de sair de sua terra natal em busca de melhores condições de vida, seja pelo trabalho, ou pelo estudo sempre permeou as motivações dos imigrantes. Aqui não foi diferente. Retomando a questão das motivações para migrar, vimos apenas 4 (quatro) casos de pessoas que migraram com objetivo matrimonial, e destes, 3 (três) apresentavam já uma condição de relativa estabilidade.

Sobre esse assunto, temos o caso do imigrante vindo de Portugal, médico e solitário, ele afirmou sua pretensão em fixar residência em Fortaleza, por motivos afetivos:

Quando eu conheci a Socorro, não foi difícil decidi ficar aqui. Faltavam alguns anos para conseguir minha aposentadoria e como sempre juntei dinheiro, o tempo que faltava dava para eu me sustentar com minhas economias. É óbvio que se eu não tivesse dinheiro, seria mais difícil, mas decidi reconstruir minha vida ao lado dela (Imigrante 10 - Nascido em Portugal, vindo ao Brasil de férias conheceu sua segunda mulher e decidiu morar com ela em Fortaleza).

O depoimento mostra que a condição financeira, como um recurso que traz segurança, ajudou este imigrante a tomar uma decisão de ficar. Essa estabilidade, sem dúvida, fez com que ele priorizasse a questão afetiva, que no momento era mais importante para ele. Além disso, é evidente que essa pessoa não tinha laços fortes com o lugar de origem, facilitando seu desapego e sua disposição para refazer sua vida sob novas condições. A saudade sentida por ele, de sua família, não foi suficiente para retê-lo.

Neste outro depoimento é possível afirmarmos que além da estabilidade, aparece um dado novo que é o nível de conhecimento em área tecnológica, capacidade profissional com facilidades no mercado de trabalho que veio facilitar a decisão desse imigrante de construir sua vida pessoal, na cidade de Fortaleza:

Começamos nossa história ainda em São Paulo. Apesar de dois filhos dela morarem fora. Uma em Orlando e um outro em Bauru, a maior parte de sua família morava em Fortaleza. Ela tinha uma casa muito boa e queria montar um negócio. Ela já estava juntando dinheiro, e eu também já tinha um bom dinheiro na poupança, decidimos viajar juntos. Eu não entendia nada de artesanato, mas meu conhecimento na área de informática tem ajudado na administração da empresa. Estou muito bem, só sinto saudade dos meus filhos que ficaram lá (Imigrante 8 – Nasceu em São Paulo, e há menos de dois anos veio para Fortaleza).

Neste último depoimento, mesmo dizendo-se feliz e estabilizado no matrimônio, o depoente desperta a palavra saudade. Um termo muito utilizado pelos imigrantes.

Como podemos observar no Quadro 1 essa característica aparece, constantemente, quando se fala nas desvantagens da migração.

Essa noção de saudade, nos depoimentos dos entrevistados, vai aparecer em mulheres também, e novamente, esse sentimento que mantém laços efetivos, não significa correntes que impeçam a imigração de homens e mulheres.

É razoável pensar que mesmo que alguém migre com sua família, filhos ou irmãos, sempre membros de sua família e amigos permanecem na cidade natal e, é certo, que um sentimento saudosista perpassa pelos imigrantes.

Quando se está sozinho, a dor da saudade ainda é mais aguda, como recorda uma outra imigrante que morou certo tempo na cidade de Santarém, onde teve seus momentos de angústia pelo fato de viver longe de familiares e amigos:

Não foi nada fácil. Nos primeiros meses eu chorava muito, rezava prá chegar o final de semana prá ligar para minha mãe. Quando eu ouvia a voz dela aí é que eu chorava mesmo. Senti muita saudade mesmo. Achava que nem ia agüentar. O que me fez ficar lá foi apenas o dinheiro que eu recebia e podia estar sempre mandando para minha mãe. Já estava até me acostumando, mas já fazia muito tempo que não via meus pais e o salário nunca aumentava. Ficar no interior eu sei que não quero, mas resolvi passar uns tempos lá perto deles (Imigrante 5 – Jovem de 27 anos. Nasceu no interior do Baixo e veio para Fortaleza com apenas 10 anos de idade).

É bem verdade que os imigrantes sabem que sentirão falta de seus entes familiares, mas o que eles não estão preparados é para a intensidade desse sentimento. O que pesa mais na decisão de homens e mulheres, de sair em busca de trabalho é obter ou melhorar sua renda e, assim, poder sobreviver ou ajudar aqueles que ficaram. Mesmo que as relações humanas sejam baseadas em contradições e diferenças, o afeto, a saudade são sentimentos que persistem e podem ser identificados entre as pessoas.

Como vimos nos depoimentos e na expressão gráfica deles, existem diversas redes sociais identificadas nos fluxos migratórios pesquisados. A partir de cada caso, durante os percursos realizados pelo (a) protagonista, vários tipos de redes sociais foram estabelecidas. Em algumas histórias tivemos casos que apareceram 4 tipos de redes. Mas, nessa análise optamos por concentrar nossa reflexão sobre a rede principal, motivadora da chegada, a qual foi estabelecida na cidade de Fortaleza, o último pouso dos imigrantes, embora possa não ter sido a única.

Entender, analisar e interpretar a dinâmica dessas redes foi um de nossos objetivos. Percebê-las no discurso de nossos entrevistados, embora eles não se dêem conta da importância dessas redes, trouxe uma contribuição preciosa para nosso

trabalho, porque a realidade social foi vista, por nós, na fala dos depoentes. A ajuda dos amigos e parentes, os contatos com as escolas, Universidades, as relações com empresas privadas, foram expressões concretas dessas redes, que trouxeram em certa medida, benefícios ao bem-estar do imigrante, em território desconhecido, na maioria das vezes.

Nessa pesquisa, onde encontramos imigrantes antigos e recentes, vimos que a atuação daquilo o que denominamos como *redes sociais de migração* sempre existiu, embora em formatos diferentes, e, mesmo com o advento da globalização, junto ao fortalecimento das regras neoliberais, houve, na verdade, um incremento das ações protagonizadas pela sociedade civil, atualmente revigorada pelo desenvolvimento social de novas formas de participação coletiva, suprindo, em parte, a fragilidade das políticas públicas que se apresentaram de forma ambígua e contraditória, como analisamos anteriormente.

A atuação das *redes sociais de migração* serviu para a adaptação do imigrante em Fortaleza. Como elas são produtos da sociedade civil e não do Governo, podemos deduzir que elas vieram para ocupar um lugar vazio deixado pela assistência pública insuficiente, portanto, elas revelam uma crítica social às políticas públicas. As relações estabelecidas em tais trocas sociais, apesar de permeada de sentimentos, afetividade, de poder, rejeição, exploração e conflitos, trouxeram, inicialmente, parcela de segurança para os imigrantes.

Mesmo que, em caso hipotético, houvesse políticas efetivas para este segmento, tais medidas governamentais seriam insuficientes para resolver os problemas, porque elas não tocariam nas causas estruturais das desigualdades sociais e das discriminações. Assim, as relações sociais e econômicas se perpetuariam sob as mesmas condições, pois elas são inerentes ao processo produtivo. A realidade social é, todavia, mais complexa e não há como deixar de salientar as ações eficientes produzidas por tais redes protagonizadas pelos familiares, amigos, escolas e até mesmo os patrões, do ponto de vista da inserção do imigrante na comunidade e no mundo do trabalho.

Poderíamos explicar essas redes pela hospitalidade como uma característica marcante de nosso povo? É nesse sentido que registremos aqui o que diz Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*, onde vai atrás do que poderíamos chamar de essência do homem brasileiro, num jogo de idas e vindas na nossa história. Um dos aspectos que ele enfatiza, que gostaríamos de salientar, é o do “homem cordial”, que nada mais é do que fruto de nossa história, que vem da colonização

portuguesa, de uma estrutura política, econômica e social, completamente instável, de famílias patriarcais e escravagistas.

Sérgio Buarque afirma, de antemão, buscando evitar más compreensões, que a referida “cordialidade” não se trata, necessariamente, de uma referência direta ao significado literal da expressão. Na realidade, ao referir-se à cordialidade, Sérgio Buarque busca enfatizar uma característica marcante do modo de ser do brasileiro, segundo sua lupa: a dificuldade de cumprir os ritos sociais que sejam rigidamente formais e não pessoais e afetivos e, de separar, a partir de uma racionalização destes espaços, o público e o privado. Assim, a cordialidade perpassa, em maior ou menor escala, a todos os atores sociais no Brasil. Afirma Buarque de Holanda (1999):

A lhaneza no trato, a hospitalidade, e generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças (p. 141).

Entendemos que a “cordialidade” para Buarque de Holanda é uma forma de adaptação do homem brasileiro às adversidades encontradas. Nesse sentido, vemos correspondência com a natureza das *redes sociais de migração* aqui analisadas. O que ele aponta como características dessa cordialidade foram identificadas, também, nos vínculos estabelecidos entre os migrantes e pessoas que compartilham o seu cotidiano nas comunidades, na vizinhança, na família e no local de trabalho. Vejamos a expressão disso no seguinte depoimento:

Ai de mim se não fosse a comadre Constância. Ela é minha vizinha há muitos anos. Quando eu cheguei nessa casa, ela já morava aqui um tempão. Ela me ajudou muito. Ia comigo levar meus filhos para o hospital, ia no mercado para a gente fazer a feira. Uma vez quando meu marido queria me pegar, ela me protegeu até ele ficar bom da bebedeira. Meus filhos são muito amigos ainda hoje dos filhos dela. Posso dizer que ela é muito mais da minha família que muitos por aí que tem meu sangue (Imigrante 2 – Senhora de 71 anos, nascida em Santa Quitéria que mora em Fortaleza há mais de 45 anos).

Neste caso, vemos claramente a forte relação de cumplicidade existente entre vizinhas. Com a ajuda daquela já residente em Fortaleza, foi possível uma melhor adaptação da imigrante frente às situações rotineiramente vividas. Lisboa (2003)

percebe a importância desse lugar construído no estabelecimento de laços sociais, entre as pessoas, quando salienta sobre essas relações, afirmando que:

Os moradores de uma comunidade tendem a nuclear-se em torno de problemas comuns e imediatos que vão além de suas diferenças. Eles adquirem uma identidade que se expressa num conjunto de comportamentos coletivos com as mesmas orientações nas lutas estabelecidas diante do Estado. A convivência de vizinhos que inicialmente eram amigos, parentes e conhecidos, à medida que ocupam o mesmo espaço e enfrentam as mesmas lutas, vai gestando uma memória coletiva e uma raiz comum, que passam a fazer parte da tradição oral, e que estão na origem da identidade do grupo (p. 91).

Esse autor acrescenta, à conformação da vida em comunidade, o aspecto da resistência coletiva. Daí que o convívio entre pessoas de um mesmo grupo gera ações direcionadas com a finalidade de conviverem com as contradições próprias de um sistema opressor que tem trazido o agravamento de mazelas e desigualdades sociais.

Dessa forma, os imigrantes, ao chegar, têm que enfrentar vários tipos de dificuldades, seja com relação às condições financeiras, de moradia, de informações e até de compreensão da língua nativa. Além deles, também aqueles que são excluídos pelo próprio sistema por não estarem empregados e não terem nenhuma qualificação precisam encontrar formas de enfrentar o cotidiano da injustiça social.

Gostaríamos de concluir essa discussão retomando a reflexão sobre as migrações como um fenômeno produzido sob a ótica da reprodução e da crítica social ao capitalismo e sua gestão pública. Não obstante a existência do direito humano de ir e vir, as funções sociais e econômicas dos deslocamentos da mão-de-obra, implicam, esses ajustes da produção ampliada do capital. Dialeticamente, a migração altera a lógica perversa da expansão capitalista, com a relativa melhoria das condições de vida dos imigrantes e suas novas oportunidades abertas com o enriquecimento cultural decorrente de seu encontro com diferentes povos e culturas.

Do ponto de vista individual, devemos atentar que, freqüentemente, por trás das migrações escondem-se aspectos negativos ou conflitivos, como a expulsão do lugar de residência, o desenraizamento cultural, a desestruturação identitária e religiosa, a exclusão social, a rejeição e a dificuldade de inserção no lugar de chegada. Em geral, a migração não é conseqüência de uma escolha livre, mas tem uma raiz claramente compulsória. A maioria dos migrantes é impelida a abandonar a própria terra, buscando melhores condições de vida e fugindo de situações de violência estrutural e doméstica.

4.2 Configurações das redes sociais: importância e heterogeneidade

Repensando a elaboração do conceito de rede social que teve inspiração original nos métodos matemáticos (teoria dos gráficos e análise combinatória), temos a dizer que na antropologia tornou-se um importante instrumento na "teoria da ação social". Retornando à definição aqui adotada, na sua forma mais simplificada, a rede social é entendida como "um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos" (BARNES, 1987, p. 172). Essa é uma idéia simples, porém quando analisada metodologicamente, como observa Feldman-Bianco (1987) se trata de um conceito valioso e atual, devido a "sua utilidade em ajudar a refinar a observação da fluência e do movimento das relações face a face de indivíduos específicos em contextos sociais particulares" (p. 28). Cabe, entretanto, ampliá-la para uma interpretação de classe e incorporá-la numa abordagem histórica do objeto analisado.

Independente da existência de diversas redes e dos vários conceitos utilizados, os quais são direcionados ao objetivo de cada ação, devemos sem esquecer a perspectiva de classe, ter claro que rede é fruto do compartilhamento de idéias entre pessoas que possuem interesses e objetivos em comum e também valores a serem trocados mutuamente:

Uma estrutura em rede (...) corresponde também ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um chefe, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo (WITHAKER, 1998, p. 39).

O que é importante deixar claro é que as redes sociais foram surgindo das condições vividas até impor-se como problema para a teoria social. Para Van Deth (1997), os grupos informais e as associações voluntárias são formas pelas quais a sociedade civil se mantém ativa, além de serem *escolas de democracia* onde os indivíduos têm a oportunidade de exercer a participação, a liderança e o consenso. Apesar desses grupos não mostrarem objetivos especificamente políticos, em determinado momento, podem transformar-se em grupos de interesses. Ele cita a observação de Olsen (1972, p. 318, *apud* DETH, p. 5) de que essas associações participam eventualmente do sistema político, influenciando líderes políticos nas

tomadas de decisão. Ele defende que muitas associações que, normalmente, são apolíticas podem, temporariamente, tornar-se 'parapolíticas'.

Van Deth (*op. cit.*) trata da questão das associações voluntárias considerando-as um remédio contra a atomização e desintegração social características da sociedade de massa. Independente dos objetivos dessas organizações, esses grupos promovem uma oportunidade de as pessoas se conhecerem, cooperarem ou competirem umas com as outras. A partir da micro-perspectiva dos grupos de interesses, as associações voluntárias, organizações intermediárias, associações cívicas e outras, têm como função a mobilização dos cidadãos (p. 5).

Nos últimos anos, tem sido debatido o fortalecimento da solidariedade como uma forma de ativar e estreitar as redes sociais e evitar a atomização dos indivíduos, agravando a exclusão social. A solidariedade seria uma forma de viabilizar a democratização de informação e recursos para que alguma consciência de cidadania pudesse ser formada. Richard Rorty, citado por Velozzo (1998) afirma que a solidariedade é um atributo socialmente construído num processo sensível de reconhecimento de que as diferenças entre pessoas ou grupos são menos importantes do que a igualdade nas situações de sofrimento e de humilhação. Assim, as questões da proximidade e da identificação "do outro como um de nós" tornam-se centrais.

Assumimos a posição teórica que não nega os interesses de classes nessas trocas sociais, acreditando que sentimentos e ações como solidariedade, ajuda, associações voluntárias fundamentam-se na vida material e na sua reprodução. Tais subjetividades concretizadas em ajudas e trocas existe, como observamos em nossa pesquisa, mas não se explicam por si mesmas, descoladas do contexto histórico e das estruturas sociais dominantes.

As *redes sociais de migração*, em tese, são articulações entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. A complexidade que permeia o conceito de redes sociais está centrada nas relações que se estabelecem nos elos, nos nós de cada rede existente.

Essas ações, de inúmeros movimentos, caracterizam-se por uma heterogeneidade nas atividades espaços-temporais, organizadas, por vezes, de forma hierárquica e em redes de maior porte e operacionalidade. A articulação entre essas ações, ao mesmo

tempo em que pode se manifestar de maneira rudimentar, também se dão através do uso da tecnologia de informação. Dessa forma, as ações da sociedade civil possuem características multifacetadas em seu aspecto espaços-temporais e na forma de constituírem e articularem redes sobre os territórios.

Nesse contexto, Matos (2005) reforça essa idéia atentando para a presença de variadas redes que organizam a produção e a circulação:

(...) assim como os lugares não são iguais, as redes que neles se instalam são marcadas pela heterogeneidade, tanto na forma como na composição, permitindo a constituição de categorias diferenciadas de fluxos e de usos do tempo. Em cada uma das escalas em que as redes tornam-se perceptíveis revelam-se níveis de coesão diferenciados, bem como distintos níveis de centralização e poder dos atores envolvidos (p. 114).

Os participantes das *redes sociais de migração*, analisadas neste estudo, sabem que fazem parte de relações sociais, mas não a identificam como nós o fazemos. Eles atuam como receptores e acolhedores, mas não se reconhecem como atores importantes no processo de pertencimento e de socialização do imigrante na cidade de destino.

Cabe a nós pesquisadoras, nos atentar para esse papel aglutinador que as redes desempenham em nossa sociedade. Pois, embora as redes estejam presentes de forma fragmentada e diversificada em espaços e tempos diferentes é possível dizer que elas cumprem funções sociais e econômicas, ligando pessoas de forma que elas perpetuem ou resignifiquem as práticas sociais entre imigrantes e não imigrantes.

4.3 Redes sociais como expressão crítica às políticas públicas

A primeira idéia que nos vem, quando se fala em redes sociais, são as características que envolvem a vida em sociedade, que para Demo (2002) “é de uma complexidade indevassável” (p. 22).

Entendemos a sociedade humana como um conjunto de pessoas formadas em classes, ligadas umas às outras, a fim de que possam garantir a continuidade das suas vidas e satisfazer seus interesses e desejos. Por estes aspectos, entendemos que, reconhecidamente social, o homem é incapaz de viver ou existir dentro de um contexto alheio ou isolado do grupo social ao qual pertença.

Os processos que derivam dessa condição de vida, em agrupamentos sociais, perpassam por múltiplas e complexas mudanças que ocorrem em toda e qualquer forma de civilização. Poderíamos relatar sobre milhares de formas organizativas, de vários

lugares do mundo, desde a época dos maias, dos astecas e dos incas, por exemplo, até a contemporaneidade. Mas, é importante ressaltar que os conceitos são construídos e reconstruídos a partir dos acontecimentos históricos, independentes das vontades individuais e da marcha constante do desenvolvimento social das sociedades. Assim, as formas de organizações e de trabalho vão sendo repensadas, reformuladas e readaptadas de acordo com esses acontecimentos.

No cenário atual, as redes ganharam, na literatura, grande espaço de discussões. Mas isto não quer dizer que essas ações surgiram apenas em decorrência do processo da globalização. Elas vieram antes, como atestam nossa pesquisa. Em nossas entrevistas temos pessoas nascidas na década de 10 e migraram na década de 30, dentre outras mais jovens que migraram na década de 90. Em todos os casos percebemos uma ação de trocas entre os imigrantes e seus amigos e parentes, como aponta uma das entrevistadas:

A primeira vez que eu vim para Fortaleza era muito jovem, isso já faz mais de 60 anos. Lembro que o centro da cidade era tão bonito, hoje pelo que eu vejo na televisão é muito feio. Morei na Rua Tereza Cristina por vários anos, na casa de umas irmãs que já estavam morando lá. Eu só vim porque lá tinha lugar pra me acomodar. Governo? Os políticos não estavam nem aí, acho que nem gostavam que viessem pessoas de outro lugar. Mas, se não fosse minha família acho que eu nem tinha vindo. Como eu ia morar? Viver? (Imigrante 4 – Senhora de 92 anos, nascida no interior de Bom Jesus, morou em Teresina e vive em Fortaleza há mais de 40 anos).

Neste depoimento, fica clara a insatisfação da protagonista com o descaso do Governo com os imigrantes e a presença da *rede familiar de migração* como preenchedora dessa lacuna. Observando os outros entrevistados, imigrantes antigos e mesmo pessoas consideradas imigrantes recentes, todos os entrevistados não esperavam receber nenhuma ajuda do Governo, sendo acolhidos por pessoas que faziam parte do seu ciclo de amizade, familiar ou de trabalho.

Esses elos, em parte, substitutos da assistência governamental, e por conseqüência, contestam o processo capitalista, rápido e global que atinge o Brasil e todos os países do mundo, com um desenvolvimento econômico que exclui uma significativa parcela da humanidade: contra isso muitas pessoas têm se mobilizado em múltiplos movimentos de protesto e de solidariedade, colaborando com populações vitimadas em diversos aspectos, pela fome, desemprego, guerras civis, inundações, secas, discriminações, com os imigrantes, dentre outros. Segundo Mance (2001), “(...) a colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida frente à sociedade em que estamos inseridos” (p. 19). É importante reafirmar que as ações

solidárias não estão isentas de relações de poder, pois nessas trocas, as pessoas se beneficiam diferentemente e, por isso, devemos estar cientes que até nas ações solidárias encontramos exploração e contradições entre aqueles que executam e aqueles que se beneficiam com tais ações.

Certas ações solidárias são promovidas por organizações sem fins lucrativos, surgidas no Brasil nas últimas décadas do século XX. Essas organizações têm se firmado de forma cada vez mais estratégica e funcional, aumentando sua capacidade de intervenção na comunidade, particularmente, em grupos carentes que fazem parte da classe trabalhadora, com ações até então de prerrogativa do Estado. Elas estão conquistando visibilidade mundial, ao mesmo tempo em que consolidam sua intervenção sobre inúmeras regiões ao redor do mundo. Estas ações, que são promovidas pelo chamado terceiro setor³⁹, têm se expandido nas sociedades contemporâneas. Kurtz (1995) ressalta que essa influência está centrada em “espaços abandonados pelo Estado e não disputados pelo mercado” (p. 5).

Essas formas organizativas, presentes em Associações de Moradores, grupos religiosos, Organizações não-governamentais (ONGs), dentre outros, passam de objeto da ação de Governo a sujeito do processo assistencial no que diz respeito à geração de bens e serviços básicos e sociais, suprindo de certa forma aquilo que foi “engolido” pela fúria do sistema neoliberal vigente, em nosso país que foi o Estado provedor, agora transformado em Estado mínimo.

A promoção dessa sociabilidade social, segundo o discurso de seus promotores, tem aliviado o sofrimento de milhares de pessoas, assim como, tem possibilitado promover uma vida melhor ou “bem-viver”, termo utilizado por Mance (2001) que afirma: “Se para bem viver é preciso dispormos de mediações materiais que garantam nossa liberdade pessoal, cabe considerar que nenhuma propriedade material proporcionará o bem-viver se, mesmo que indiretamente, não estiver voltada à colaboração solidária” (p. 18).

Em outra direção, a esse discurso positivista, é preciso ter o conhecimento da existência de muitas ONGs e instituições que não praticam a colaboração solidária,

³⁹ É recente, na sociedade brasileira, o termo “terceiro setor”, incluindo aí uma diversidade de iniciativas privadas, reconhecidas socialmente como tal, no enfrentamento dos problemas sociais, com destaque para as situações de pobreza e as ações de assistência social. Para Fernandes (2004), o terceiro setor compõe-se “(...) de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo seu sentido para outros domínios, raças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (p. 27).

despretensiosa, sendo elas organizações que defendem abertamente o modelo capitalista até mesmo em sua versão neoliberal. Por isso, a análise sobre a solidariedade existente no Terceiro Setor não pode ser baseada em um só fator – a promoção do bem estar – mas criticada em seus aspectos aparentes e fundamentais.

Voltando aos depoimentos dos (as) protagonistas pesquisados, vamos observar neles uma exaltação aos favores recebidos nas *redes sociais de migração*, baseada na reação imediata e não refletida, de alguém em situação singular, sob efeito do valor ao reconhecimento.

Por outro lado, em vários trechos foi possível notar que apesar da boa vontade de acolher os imigrantes, por trás do discurso do acolhimento existia na verdade uma troca de favores. Vejamos:

Meu compadre foi muito bom. Ficamos na casa dele até o Lourenço [esposo dela] conseguir comprar uma casinha. Mas, quando nós chegamos, a gente já sabia que não era de graça não. Não precisava pagar aluguel, mas tinha que pagar o carnê de aposentadoria dele (o parente que cedeu a casa). Eu não achava ruim não, achava justo, até porque se não fosse assim acho que ainda hoje estaria no interior. (Imigrante 1 – Senhora de 72 anos vinda do Baixo - CE há mais de 40 anos).

Assim, as redes entre os imigrantes possibilitam trocas de favores significando mútuos benefícios entre as partes, o que de certa forma pode ser interpretado como acordos econômicos, pactos de investimentos, acertos envolvendo recursos financeiros. O próximo exemplo reforça essa idéia de ajustes comerciais subjacentes nas *redes sociais de migração*:

Eu e minha família já moramos em muitas casas. A gente nunca pagava aluguel, mas em compensação todos tinham que trabalhar nas plantações e colheitas. Nosso pagamento era a produção. Já aconteceu de como não atingíamos a cota estipulada pelo proprietário da casa, a gente tinha que se retirar do local. Aí, lá vai a gente arrumar outra casa em troca de outros favores. (Imigrante 6 – Jovem de 33 anos, nascida em Canindé – CE. Mora em Fortaleza há mais de 10 anos).

Essas *redes sociais de migração* são não tipicamente capitalistas, pois os acordos de compra e venda da força de trabalho do imigrante são camuflados em relações pessoais, mas significam, efetivamente, relações de poder entre os proprietários e os não proprietários.

Quando líamos estes depoimentos, atentamente, uma reflexão foi inevitável: existem formas de solidariedade sem que haja alguma forma de retribuição? Será que as pessoas que ajudam, acolhem, orientam não esperam receber algo em troca?

Estes questionamentos foram discutidos com colegas de sala de aula e, apesar de algumas divergências, concluímos que: ninguém faz nada sem esperar algo em troca. Na ocasião uma colega fez a seguinte observação:

Conheço algumas pessoas que são muito solidárias e procuram ajudar sempre aqueles que lhes solicitam ajuda. Acho que elas fazem de coração, sim. Até porque os que recebem ajuda nem têm como retribuir, pois muitas vezes são pessoas desconhecidas que nem tem mais contato com quem ajudou.

Outra retrucou: “Ela pode até não esperar de quem ajudou, mas mesmo sem ela perceber esse tipo de sentimento, em algum momento da vida, quando ocorrer algo de desagradável, uma reflexão pode surgir: ‘ Por que isso teve que acontecer justo comigo, que sou uma pessoa tão boa’? Querendo ou não ela cobra sim”.

Não estamos aqui para analisar as formas de solidariedade, muito menos quais concepções carregam essas pessoas sobre este assunto. Mesmo porque para chegar a conclusões é preciso ter elementos suficientes, ou seja, análises que apontem o outro lado, como por exemplo, as falas das pessoas que exercem a solidariedade, a fraternidade e a caridade. Mesmo que esse não seja nosso objetivo é importante perceber que existe o outro lado, embora não possamos chegar a conclusões precisas.

O que podemos dizer é que de acordo com nossas pesquisas há uma parcela de poder nas redes de solidariedade, as quais são exercidas de várias formas. Mesmo percebendo a existência desse poder, foi possível notar nos depoimentos um sentimento de gratidão por parte daqueles que receberam ajuda, para com aqueles que, de uma forma ou de outra ofereceram ajuda aos imigrantes. Como diz um deles:

Serei eternamente grata a minha tia que acolheu meu filho por tanto tempo. Hoje ele está onde está porque ela permitiu que ele ficasse em sua casa. Já faz tanto tempo, ela já até faleceu. Mas sempre rezo por sua alma (Imigrante 1 – Senhora de 72 anos vinda do Baixio - CE há mais de 40 anos).

Como ele me deu casa e emprego eu tinha mesmo é que ajudar em alguns afazeres da casa. Quando eu não fazia, sentia que me olhavam de uma outra forma. É como se eu tivesse que de alguma forma pagar por estar dormindo lá. Mas, é assim mesmo eu sei que ninguém faz nada de graça (Imigrante 5 – Jovem de 27 anos. Nasceu no interior do Baixio e veio para Fortaleza com apenas 10 anos de idade).

Aqui cabe alertar para o fato de que as opiniões das entrevistadas são representações sociais, impressões pessoais, subjetivas e impregnadas de valores e ideologia, nem sempre condizentes com suas posições de classes, podendo ocorrer por

parte delas a defesa de interesses alheios, porque elas estão seguindo costumes tradicionais em seu grupo social. Mesmo assim convém perguntar: Afinal de contas, as *redes sociais de migração* podem ser consideradas de solidariedade? O que é solidariedade?⁴⁰ A partir de quais elementos podemos considerar uma ação como solidária?

Entendemos a solidariedade como um laço ou vínculo desigual entre pessoas movidas por interesses complementares; uma relação pactuada de responsabilidade entre pessoas interligadas, submetidas a um contexto social independente de suas vontades que as unem desigualmente.

Tem-se utilizado a palavra solidariedade, atualmente, indiscriminadamente, seja pelas campanhas publicitárias, para promover um produto ou serviço, seja pelas propagandas governamentais, para destacar as ações do Governo Federal.

A primeira indagação que vem é: será que essas práticas são, de fato, ações solidárias? É possível a convivência entre práxis tão distintas como solidariedade e capitalismo?

Esta última questão evidencia um oxímoro entre duas formas de relacionamento humano: a primeira tem na cooperação um instrumento para a consecução de fins particulares e comuns, sem que haja anulação de um ou de outro; e a outra se vale da competição para se atingir objetivos particulares, sem maiores considerações aos impactos gerados nos diversos agentes envolvidos.

Logo, as ações nomeadas solidárias, sejam aquelas praticadas pelo Governo Federal sejam as realizadas pelas instituições privadas, parecem seguir essa mesma lógica do sistema capitalista. Ou seja, uma maneira de evidenciar uma imagem construída, não pelas ações a partir da cultura, mas pela manipulação de discurso solidário engajado, fazendo das pessoas, socialmente carentes, um objeto de estratégia mercadológica, seja para obtenção de votos, seja para consumir produtos.

⁴⁰ Neste aspecto, lembremos Durkheim, sociólogo que discute duas formas de solidariedade social: *a solidariedade mecânica*, típica das sociedades pré-capitalistas, onde os indivíduos se identificam através da família, da religião, da tradição, dos costumes. É uma sociedade que tem coerência porque os indivíduos ainda não se diferenciam. Reconhecem os mesmos valores, os mesmos sentimentos, os mesmos objetos sagrados, porque pertencem a uma coletividade. E *a solidariedade orgânica*, característica das sociedades capitalistas, onde, através da divisão do trabalho social, os indivíduos tornam-se interdependentes, garantindo, assim, a união social, mas não pelos costumes, tradições etc. Os indivíduos não se assemelham, são diferentes e necessários, como os órgãos de um ser vivo. Assim, o efeito mais importante da divisão do trabalho não é o aumento da produtividade, mas a solidariedade que gera entre os homens. Na nossa compreensão, a solidariedade para Durkheim viabiliza e operacionaliza a produção econômica, fazendo trabalhar conjuntamente pessoas de interesses diferentes.

Pereira (2004) vai dizer que a solidariedade é um termo-chave introduzido no âmbito do pluralismo de bem-estar europeu, desde os fins dos anos de 1970, juntamente com os conceitos de descentralização, participação, parceria ou co-responsabilidade, auto-sustentabilidade, dentre outros. Esse tipo de utilização da noção de solidariedade coaduna-se com o neoliberalismo que considera a solidariedade, eixo estratégico, na medida em que o desenvolvimento da solidariedade despreziosa pode acalmar conflitos sociais de modo a permitir a recuperação da supremacia do mercado, gerando uma idéia e criando um clima de pretensa cooperação e envolvimento geral: “Deixam-se de lado os conflitos sociais e estruturais entre capital e trabalho, o processo voraz de concentração de renda e a exacerbação crescente da exclusão social” (DEMO, 2001, p. 65).

É um discurso que isenta as elites de mudanças estruturais dando à solidariedade um valor e um significado universal, inclusive para as camadas mais empobrecidas da população, como uma tática de trégua ou entrega, cujos efeitos obtidos são o abafamento dos conflitos já que introduz a idéia de que todos devem ser solidários; um chamado quase mítico ou, um dever moral.

Outras tantas questões poder-se-iam levantar e tantos outros encaminhamentos poderiam ser formulados. Entretanto, nessa dissertação, nos concentramos na observação de aspectos relativos às ações das *redes sociais de migração* como contribuição para uma melhor adaptação do imigrante em Fortaleza.

As questões aqui apontadas não têm um caráter maniqueísta, muito menos unidimensional. Isso porque as contradições internas analisadas trazem um cenário multifacetado e complexo, não possuindo resposta única, nem mesmo com o auxílio de diversas ferramentas de análise estatística.

Nesta pesquisa a questão da solidariedade é uma realidade histórica, uma prática social entre pessoas que compartilham nossas supostas necessidades, dúvidas, projetos e ilusões. Como diz Lisboa (2003) citando Rorty: “não há porque especular sobre os motivos da solidariedade, ela floresce porque floresce, como a rosa (p. 88)”. Mas, insistimos, ela não se explica por si mesma.

Carleial (2002a) afirma que as redes de solidariedade aos imigrantes são, de fato, tipos de estratégias econômicas e sociais, que permitem oportunidades de emprego e de convivência, amenizam os conflitos decorrentes das adversidades encontradas no lugar de destino, viabilizando o processo migratório (p. 29).

Em outro sentido, Lisboa (2003) reforça a centralidade da solidariedade em pesquisa com os imigrantes na cidade de Florianópolis, quando salienta que:

Ao chegarem à cidade, as famílias migrantes encontram nas redes sociais – familiares, de vizinhança, de ONGs – os principais espaços de solidariedade. Elas os auxiliaram no processo de aculturação e socialização à sociedade urbana. A experiência de desestruturação de suas formas de vida anteriores foi menos difícil graças ao trabalho de certas redes de solidariedade que propiciam o interconhecimento das mulheres migrantes entre si e com as demais moradoras da comunidade, estimulando ações de ajuda recíproca (p. 88).

Essa supervalorização da solidariedade, nas redes entre imigrantes e não imigrantes, faz supor que o poder que entrelaça a relação entre aqueles que ajudam e aqueles que são ajudados é gratidão. Nos depoimentos, esse senso comum é ressaltado, pois alguns apontam que mesmo reconhecendo a existência de uma troca de favores como: “eu te ajudo, tu me ajudas”, eles demonstram satisfação em receber tal apoio e não se sentem mal em retribuir a acolhida.

Entretanto, *as redes sociais de migração*, como outras relações sociais, tem natureza de classe: quando se dá entre imigrantes identificados na mesma situação econômica e social podem ser fraternas e solidárias, mas quando ocorrem entre indivíduos pertencentes a grupos/classes diferentes, como trabalhadores e patrões, a ligação é de poder, de interesses diferentes, podendo inclusive ser de dominação e submissão.

Nesse estudo, as redes de migração analisadas registraram ações de proteção, assistência e acolhimento que facilitaram o processo de adaptação dos imigrantes na cidade de Fortaleza, que em parte substituíram ações governamentais insuficientes, como também evidenciaram contradições, exclusão, relações de poder características próprias de nossa sociedade, existente em qualquer tipo de relação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos aqui apresentados apontaram que as migrações sempre fizeram parte da história do mundo sendo determinadas por circunstâncias políticas, sociais e econômicas vividas em cada época histórica. Podemos datar os deslocamentos de pessoas, até mesmo de grupos, desde a época das primeiras civilizações. Esses comportamentos trouxeram várias conseqüências, podendo ser de âmbito estrutural, como a reordenação e reorganização do lugar de destino, ou mesmo de âmbito pessoal, como a influência de comportamento daqueles que chegam sobre os que lá estavam.

Incluímos em nossos estudos o Brasil, que nos últimos 50 anos tem passado por um intenso processo de urbanização e as migrações fazem parte dele. O crescimento das cidades tem sido focalizado por diferentes pontos de vista, seja na perspectiva de apontar e avaliar as transformações econômicas que o produzem, seja com a ênfase nas modificações dos padrões de vida da população que o concretizou.

Vimos que a magnitude do problema migratório assume contornos crescentes em todos os países, particularmente nos incluídos no domínio do chamado terceiro mundo. O Brasil configura-se, aliás, um caso significativo em termos de dimensão deste fenômeno, visto que o processo de concentração nas urbes tem refletido inúmeras transformações no espaço.

Os motivos dessa concentração são diversos, podendo ser citados, a falta de oportunidades de trabalho, fatores climáticos, expectativas de melhores condições de vida, expulsão do campo e êxodo para as cidades por motivos de estagnação ou modernização econômica, atração efetiva exercida por áreas em processo de expansão econômica, dentre outros.

A intensa movimentação populacional ocasionada por tais fatores atesta a busca generalizada por condições mais adequadas de vida, empreendida pela população brasileira e nossa pesquisa corrobora com essa idéia.

Nesse estudo, as reflexões permearam a questão da adaptação do imigrante na cidade de Fortaleza. O viés interpretativo foi direcionado às *redes sociais de migração* que eram estabelecidas pela sociedade civil em oposição a intercortada ação da sociedade política, o Governo, para os imigrantes. Estas redes, em diferentes momentos, serviram como apoio, assistência e proteção para que o imigrante enfrentasse os problemas na cidade, que para a maioria era desconhecida.

A pesquisa, também evidencia que os deslocamentos populacionais antes de serem uma decisão individual, são determinados pelas circunstâncias inerentes ao sistema de produção capitalista. As pessoas migram condicionadas pela cultura e pelas necessidades materiais, portanto, orientadas por uma ordem social, não imediatamente dependente de suas vontades, por isso, essas ações estão no campo da política, o que quer dizer que, as migrações estão na esfera do Estado. Por isso, a competição entre imigrantes e naturais, inclusive entre os próprios imigrantes, demonstrando uma situação de classe, política, comumente possível de ordenamento estatal.

Na maioria das vezes, os não-naturais são vistos pelos trabalhadores locais, como intrusos e, ainda pior, considerados quando se trata de desempregados, pobres e vindos do interior. Nesse contexto de tensão e constrangimentos, muitos que aqui chegam se submetem a rendimentos irrisórios e, ainda, permanecem submetidos a relações de dominação, alimentando, assim, o sistema de produção e reprodução do capital.

Fazendo uma análise dos diferentes aspectos da migração, nós percebemos que esse processo é intenso e contínuo. O que diferencia nele é a direção dos fluxos, porque as pessoas vão seguindo o roteiro das áreas que porventura tragam melhores oportunidades de trabalho e renda.

Além da atração econômica que as cidades exercem, por oferecerem empregos melhor remunerados, maiores possibilidades de ascensão, condições de trabalho mais satisfatórias e atividades mais diversificadas, há que considerar também que elas propiciam maiores oportunidades no que concerne à educação, ao lazer, ao matrimônio e aos serviços públicos.

De acordo com a teoria global de Lee (1966), a decisão de migrar responde à “pressão” da pobreza no lugar de origem, à “atração” da perspectiva de obter rendas elevadas no lugar de destino, assim como à intervenção de outros obstáculos e fatores pessoais.

Aliado a esse processo que funciona em conjunto com as regras do capital, discutimos também a questão da globalização como um processo inerente às transformações do capital. As conseqüências daí advindas para os trabalhadores são mais desastrosas ainda, pois o que impera são as questões mercadológicas, ficando as sociais à mercê do descaso governamental.

Dentro dessa ótica, o neoliberalismo, respaldo ideológico da reestruturação produtiva, concentrou esforços em um ataque fervoroso e às políticas sociais universais.

Esse ataque se manifestou na reorganização da estrutura estatal e de seu papel; como promotor de políticas públicas de base deixando que o terceiro setor e as inúmeras outras redes, como as de migração, tomassem impulso e agissem no campo até então estatal, que é do atendimento às necessidades básicas da população.

Nesse ínterim, abordamos as políticas públicas e as políticas direcionadas às migrações, como um dos itens mais importantes nesta dissertação, pois esses resultados propiciaram na fundamentação de nossas hipóteses.

A discussão sobre as políticas públicas partiu de um discurso governamental, chegando-se à sua crítica quando questionamos essas ações como estratégias do capital para sua ampliação e consolidação.

Em nossas análises, vimos uma permanente escassez de políticas migratórias. Em documentos oficiais do Governo encontramos muitas ações ligadas ao combate ou convivência com a seca no Nordeste, porém descomprometidas com a classe trabalhadora e ignorantes sobre os movimentos populacionais.

Confirmamos a pouca atenção dada pelas políticas públicas aos fluxos migratórios e aos deslocamentos populacionais no Brasil. Tal descaso não se justifica ao Estado, porque se trata de um fenômeno decorrente de problemas da alçada dos governos, como a sobrevivência de milhares de pessoas, a necessidade de ocupação, a elevação de renda, etc.

Nessas condições, durante muito tempo as ações de Governo em relação ao fenômeno da migração não chegaram a ultrapassar os limites de uma atuação à distância. Em conseqüência, o tratamento do assunto não chegou a ser atribuído a nenhuma instituição.

Nos raros casos de políticas específicas para esse segmento populacional, como o SEMTA e CETREMI, o principal objetivo dessas políticas migratórias consiste em buscar uma racionalização do processo de distribuição espacial da população, explicitando e articulando as alternativas de ocupação territorial e expansão econômica. A preponderância do fator emprego na motivação migratória e a interdependência entre a migração e o remanejamento setorial e espacial das atividades econômicas indicam a necessidade do capital, representado pelo Governo, de se exercer uma ação coordenadora e normativa sobre a migração ao nível da distribuição das atividades econômicas.

Em geral, as políticas públicas, executadas sob a agenda neoliberal, desviaram a discussão do direito ao trabalho, para o empreendedorismo individual, que passou a julgar o indivíduo isoladamente e a responsabilizá-lo pelas suas carências.

A retirada das funções tradicionais do Estado, de combate aos problemas sociais, levou a uma redução nas políticas sociais, deixando-as, cada vez mais, particularizadas e isoladas. Tudo isso corroborou para a visibilidade das redes sociais de migração, tornando-as necessárias aos imigrantes para viabilizar sua inserção no mercado e na sociedade. A lógica do Estado mínimo é perversa porque, nesse contexto, é a própria sociedade civil que reproduz, sem o apoio governamental, a força de trabalho.

Concluimos que as redes sociais são nada menos que ações articuladas pela sociedade civil frente a esse enfraquecimento do Estado. Afirmarmos, no que concerne aos movimentos migratórios, que essas articulações estiveram presentes em todos os casos pesquisados o que mostra a complexidade das relações que envolvem os imigrantes.

Na análise dessas redes ficou claro que o acolhimento dado ao imigrante, seja pela família, amigo, empresa ou universidade não se resume apenas a uma ajuda. Existem nessas ligações formas de dominação, poder, e interesses, aspectos, estes, que são inerentes ao sistema de produção no qual vivemos e que têm uma força que ultrapassa a questão da solidariedade.

Mas, independente dessas contradições, concluimos que diferente de nossa percepção acadêmica essas ações são vistas pelos imigrantes como algo benéfico que deu condições para melhorar a adaptação na cidade de Fortaleza. Também temos percepções diferentes, na interpretação do papel do Estado na feitura de políticas públicas que esse segmento populacional. Interpretamos a descontinuidade da ação governamental nesse setor como uma posição de classe, ao passo que a maioria deles sequer se remeteu ao Estado, como o responsável por esse papel de assistir e acolher aos trabalhadores imigrantes.

Mas, a nós, caberia o papel de publicizar a função do Estado e reclamar a falta de políticas nessa área? Será que uma política perceptível, constituída por princípios básicos claramente fixados, objetivos nitidamente definidos e orientação operativa teria alcance de um modo direto e indireto para enfrentar o problema? Essas são questões que resultaram desse trabalho, deixando pistas para novas investigações que poderão aprofundar, ainda mais essa temática.

Podemos avançar nesses questionamentos nos perguntando: O problema dos deslocamentos populacionais no Ceará, pela sua magnitude, pela natureza dos fatores que os geram e pela importância das consequências que produz, estaria a reclamar um esforço do poder público a ser definido, através de uma fixação de objetivos e normas capazes de configurar uma política de população e força de trabalho?

Ainda mais para concluir: A concepção dessa política deverá partir do princípio de que a repartição populacional e a dinâmica migratória constituem uma projeção demográfico-espacial do processo de desenvolvimento? Desse modo, as medidas que o problema das migrações reclama devem situar-se nos programas e projetos que interferem nesse processo, ou seja, nos programas e projetos de desenvolvimento? Resulta, por isso, que os planos nacionais de desenvolvimento devem se ocupar da matéria do modo sistemático, articulando-a com as diretrizes referentes aos setores e espaços a que, pela sua natureza, o problema se vincula?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. O processo de metropolização em Fortaleza: uma interpretação pela migração. In: Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2001. *Revista Scripta Nova. Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona. Universidade de Barcelona. N° 94, p.73-88, 2001.

BARNES, J. A. *Redes sociais e processo político*. São Paulo: Global, 1987.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 2. ed. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994.

BESSERA, Bernadete R. A latinidade na experiência dos imigrantes brasileiro em Los Angeles. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.) *América Latina*. Transformações econômicas e políticas. Fortaleza, UFC, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A profissão do sociólogo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL (org.) *Transições migratórias*. Fortaleza: IPLANCE, 2002.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e direito administrativo. In *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, n° 133, jan/mar. 2002.

CAMARGO, A.; D'ARAÚJO, C. Como a história oral chegou ao Brasil, In: *Revista de História oral*. Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p.167-179, 1999.

CARDODO, Fernando H; MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARLEIAL, Adelita Neto. Trabalho e redes de solidariedade aos migrantes. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN:1138 – 9788. Vol. VI. Núm. 119(124), 1 de agosto de 2002a.

_____. Cultura migratória. In: CARLEIAL (org.) *Transições migratórias*. Fortaleza: IPLANCE, 2002b.

_____. Redes sociais entre imigrantes. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu – MG: ABEP: 2004.

CARONE, Iray. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In: NAPOLEONI, C. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

CARVALHO, Otamar de; MARTINE, George. *Migrações e urbanização: concepções de políticas e instrumentos para a ordenação da migração interna no Brasil*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1977.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Inserção do Brasil na nova ordem do capital: a experiência do ajuste em questão. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org). *América Latina*. Transformações econômicas e políticas. Fortaleza: UFC, 2003.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Tradição e cultura de migração na memória e educação de jovens e famílias do interior do Ceará. In: CARLEIAL, Adelita (Org.) *Transições Migratórias*. Fortaleza: IPLANCE, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o Juízo de Constitucionalidade das Políticas Públicas. In: *Revista dos Tribunais*. São Paulo: RT, ano 86, v. 737, mar. 1997. 11/22.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Intensidade da migração no país. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/noticias/2006>> Acesso em: 12 jan 2007.

DEBERT, G.G. Problemas relativos à utilização da história oral de vida e história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001

DEMO, Pedro. *Conhecer & aprender: sabedoria dos limites e desafios*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

_____. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

FERNANDES, Rubens C. Privado Porém Público: O terceiro Setor na América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumaré, 1994.

FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

FERREIRA, M.M ; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S/A, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FROTA, Helena de Paula. Metodologia da Pesquisa Científica I. Apostila de circulação interna: Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Aplicados – CESA, MAPPS, 2005.

- FUSCO, Wilson. As redes sociais nas migrações internacionais: migrantes brasileiros para os Estados Unidos e Japão. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol. 19, n. 1, Jan./jun. Campinas: REPEB, 2002.
- GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. In: *Revista: Mulher e trabalho* FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT. – V.1 (Março, 2001). Porto Alegre.
- GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2006.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. Escolhendo o percurso metodológico. In: BARROS, Ivis C. *Conversas sobre iniciação à pesquisa*. São Paulo: Alínea, 2001.
- GUERRA, Danyelle Mota. R. Migração, gênero e mercado de trabalho. Monografia de graduação. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2002.
- HAGUETTE, Tereza. M. F. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo. Cortez, 1987.
- HIRSCH, Joaquim. *Globalización, capital y Estado*. México: UAM, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- IPLANCE. *Programa Estadual de apoio ao migrante de baixa renda*. Plano geral – 1980/1984. Fortaleza: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1977.
- JACQUET, Christine. Projetos matrimoniais e escolhas migratórias: o caso das empregadas domésticas de Fortaleza. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campinas: ABEP, 2000.
- KUTZ, Robert. *Para além do Estado e mercado: autonomia de organizações comunitárias permite superar previsões da economia totalitária*. São Paulo, Folha de São Paulo, 03/12/1995. Caderno Mais, p.5.
- LEE, Everett S. Theory on migration. *Revist Demography*, v. 3, nº 1, 1966.
- LEFEBVRE, Henri: *A vida cotidiana no mundo moderno*. S. Paulo: Ática, 1991.
- LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide M.T. Turismo e Migração um estudo de caso. In: CARLEIAL (org.) *Transições migratórias*. Fortaleza: IPLANCE, 2002.
- LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, classe e etnia*. Trajetória de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Argos, 2003.
- MAGALHÃES, Antônio Rocha. *Respostas governamentais às secas*. A experiência de 1987 no Nordeste. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1991.
- MANCINI, Euclides André. *A revolução das redes*. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

- MARQUES, J. Luiz. *O marxismo*. Passado e presente. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.
- MARTINS, Cyro. A mulher na sociedade atual. In: *A mulher na sociedade atual* (ensaios). Porto Alegre: Movimento, 1986.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. Coleção *Os Pensadores*. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987a.
- _____. Manuscritos econômicos filosóficos. Terceiro manuscrito. Tradução de José Carlo Bruni. Coleção *Os Pensadores*. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987b.
- MASSI, Marina. *Vida de mulheres: cotidiano e imaginário*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MATOS, Ralfo (org.) *Espacialidades em rede*. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Arte, 2005.
- MATUS, Carlos. *Adeus, Senhor Presidente*. Tradução de Francisco A. Carneiro da Cunha Filho. Recife, Litteris Editora Ltda, 1989
- MEIHY José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (org.) *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MÉSZAROS, I. *Marx: A Teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MINAYO, M.C.S. (org.). *Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- NEGRÃO, J. J de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. In: *Lutas sociais*. São Paulo: Neils/Xamã, 1996.
- NEVES, Frederico de Castro. Seca, Estado e controle social: as políticas públicas de combate às secas no Ceará. In: BRAGA, Elza M. F. (org.) *América Latina. Transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: UFC, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PÁDUA, Elisabete M. Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática*. 8 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- PEREIRA, Potyara A. P. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: PEREIRA, Potyara A. P. *Política Social e democracia*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Mudanças estruturais, políticas sociais e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A. et.al. (org.). *Política social e juventude*. Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

- POLITZER, Georges. *Princípios fundamentais de filosofia*. São Paulo: Hemus, 1970.
- SALIM, C.A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais. 1992. São Paulo: ABEP. v.3, p.119-144.
- SAMPAIO, José Levi Furtado. A mobilidade da população cearense e a reestruturação produtiva. In: CARLEIAL, Adelita Neto (org). *Transições migratórias*. Fortaleza: IPLANCE, 2002.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SCARLATO, Francisco C. *Metropolização de São Paulo e terceiro mundo*. São Paulo: Iglu, 1987.
- SILVA, Diogo Dreyer. A Imigração alemã. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/reportagens>>. Acesso em: 10 jul 2007.
- SOARES, Weber. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: ABEP. v. 21, n.1, p. 1-168, jan/jun. 2004.
- TRENKLE, Norbert. *O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio*. São Paulo: Hertz, 1996.
- VALENTEI, D. *Teoria da população*. Moscou: Progresso, 1987.
- VAN DETH, Jan. Social involvement and democratic politics. In: *Private Groups and Public Life: Social Participation, Voluntary Association and Political Involvement in Representative Democracies*. Edited by Jan Van Deth. London: Routledge, 1997.
- VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- VELOZZO, Vitória. *Comunidade Solidária: há algo de novo no reino das Políticas Sociais?* Physis: Rio de Janeiro: Physis, 1998.
- VIDIGAL, Luis. Os testemunhos orais na escola. *Coleção Perspectivas atuais*. Porto, Portugal: Asa, 1996.
- WARREN, Ilse Sherer. Sujeitos e Movimentos conectando-se através de redes. In: *Revista Política & Trabalho*. nº 19 out. Paraíba: UFPb, 2003.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso*. Planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- WITHAKER, Francisco (1998) *Redes: Uma estrutura Alternativa de Organização*. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/redes>>. Acesso em: 12 mai 2006.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

CEARÁ. Governador 1991-1994 (Ciro Gomes) Mensagem à Assembléia Legislativa 1994. Fortaleza: IPLANCE, 1994. 136p.

CEARÁ. Governador 1991-1994 (Ciro Gomes) Mensagem à Assembléia Legislativa 1994. Fortaleza: IPLANCE, 1995 152p.

CEARÁ. Governador 1999-2002 (Tasso Jereissati) Mensagem à Assembléia Legislativa 1998. Fortaleza: IPLANCE, 1998. 145p.

CEARÁ. Governador 1999-2002 (Tasso Jereissati) Mensagem à Assembléia Legislativa 1999. Fortaleza: SEPLAN, 1999. 153p.

CEARÁ. Governador 1999-2002 (Tasso Jereissati) Mensagem à Assembléia Legislativa 2002. Fortaleza: SEPLAN, 2002. 258p.

CEARÁ. Governador (2003-2007) (Lúcio Gonçalo de Alcântara) Mensagem à Assembléia Legislativa 2005. Fortaleza: SEPLAN, 2005. 257p.

CEARÁ em números v. 1 – 1976 – Fortaleza, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

CEARÁ. Governador 1995-1998 (Tasso Jereissati). Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará – 1995- 1998 – Fortaleza: SEPLAN. 1995. 140p.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. 2 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

Proposta de Política Social para o Estado. Diagnóstico e Diretrizes. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Fortaleza: IPLANCE, 1976. 139p.

APÊNDICE